

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

DISSERTAÇÃO

**Políticas Públicas e Educação na
Baixada Fluminense durante a Ditadura Militar:
a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (SESNI)**

Debora Luisa de Freitas da Silva

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO NA
BAIXADA FLUMINENSE DURANTE A DITADURA MILITAR:
A SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE NOVA IGUAÇU (SESNI)**

DÉBORA LUISA DE FREITAS DA SILVA

Sob a Orientação do Professor
Carlos Eduardo Coutinho da Costa

e Co-orientação do Professor
Felipe Augusto dos Santos Ribeiro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em Relações de Poder e Cultura

Seropédica, RJ
Novembro de 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p Silva, Debora Luisa de Freitas, 1990-
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO NA BAIXADA FLUMINENSE
DURANTE A DITADURA MILITAR: A SOCIEDADE DE ENSINO
SUPERIOR DE NOVA IGUAÇU (SESNI) / Debora Luisa de
Freitas Silva. - Mesquita, 2019.
129 f.

Orientador: Carlos Eduardo Coutinho da Costa.
Coorientador: Felipe Augusto dos Santos Ribeiro.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA, 2019.

1. Políticas públicas de educação. 2. reforma
universitária de 1978. 3. Ensino superior durante a
Ditadura militar. 4. ensino superior na Baixada
Fluminense. 5. Unig-SESNI. I. Costa, Carlos Eduardo
Coutinho da , 1980-, orient. II. Ribeiro, Felipe
Augusto dos Santos , -, coorient. III Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. CURSO DE PÓS
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. IV. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO
DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA

DEBORA LUISA DE FREITAS DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre
em História, no Curso de Pós-Graduação em História, área de Concentração
em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM ____/____/2019



Professor Dr. Carlos Eduardo Coutinho da Costa – UFRRJ (Orientador)



Professora Dra. Amália Cristina Dias da Rocha Bezerra – FEBF-UERJ



Professora Dra. Stephanie Virginia Reist – UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Em primeiro momento gostaria de agradecer as políticas públicas que possibilitaram o Campus do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu, que por sua localização estratégica me permitiu concluir o ensino superior em uma instituição Federal, a qual nunca fui “ensinada” a sonhar. Aos professores: José D’Assunção, meu orientador na graduação, Alexandre Fortes meu primeiro orientador no programa, Carlos Eduardo que assumiu a responsabilidade de me orientar no meio do cronograma do programa e me incentivou a chegar até o fim, ao professor Felipe Ribeiro que foi meu coorientador neste trabalho. Ao projeto “The Cost of Opportunity” que me permitiu chegar até a temática desta pesquisa e também me possibilitou grandes amigos que levarei para vida, a todos os componentes do grupo de pesquisa, meu muito obrigada! Esta experiência com certeza foi determinante na minha formação como professora. Ao professor John French, que apesar de sua brilhante carreira acadêmica, é de uma generosidade intelectual imensa. Aos grandes amigos que fiz nesta instituição e que carrego com carinho na minha história e na construção de quem sou hoje, muito obrigada!

Agradeço aos meus familiares que sempre me incentivaram a ser uma pessoa melhor e a lutar pelos meus sonhos, obrigada tios, primos, cunhados e sogros. Aos meus sobrinhos e afilhados, que são as paixões da minha vida: Rebeca, Yasmin, Lara, Pedro, Israel, Richard, Alana e Luíza, é por vocês que eu sonho ir mais alto, para que assim eu possa impulsionar o sonho de vocês. A minha filha Emilly, que foi gerada no meu coração, agradeço o carinho e a confiança que você deposita em mim, minha motivação é buscar dias melhores para você, Te amo! A minha vó Dulce, em memória, que teve uma trajetória difícil, porém a mais inspiradora, enfrentou todas as dificuldades de uma sociedade desigual, a maior herança que a senhora me deixou é acreditar na força e na coragem de uma mulher, que lutou contra tudo e todos e que venceu sem negociar seus princípios. Te amo eternamente! As minhas irmãs, Simone e Joana, que sempre foram minhas melhores amigas, sempre acreditaram em mim e me impulsionaram a sonhar mais alto, espero um dia retribuir tudo o que vocês representam para mim, amo vocês!

Agora agradeço ao tripé da minha base: pai, mãe e esposo. Aos meus pais que sempre me motivaram a nunca desistir. Meu pai que apesar de não ter conseguido se formar no ensino superior, sem dúvidas é um dos homens mais inteligentes que eu já conheci, e ainda é meu

grande amigo e um dos maiores incentivadores da minha trajetória. Te amo demais! Minha mãe, uma guerreira sem precedentes, nesta caminhada seu olhar de orgulho e suas palavras de motivação me ajudaram acreditar que eu conseguiria ir até o fim. Te amo eternamente, minha rainha. São vocês que merecem Títulos e reconhecimentos, pois vocês são os verdadeiros heróis desta história. Ao meu marido Júnior que acompanhou a trajetória desde o início, muito obrigada! Sei que você renunciou muitas coisas para que eu concluísse o curso de graduação, e quando eu já estava sem forças me motivou a prosseguir na carreira acadêmica e acreditar no meu potencial. Tudo o que conquistei não é meu, é nosso! Porque na verdade eu não fiz nada sozinha, você está presente em cada letra deste trabalho. Acredito que esta é só a primeira conquista de muitas que virão na nossa caminhada junto, te amo muito minha vida!

Por último, porém, o mais importante, agradeço ao meu Deus que além da Saúde e da vida me proporcionou está cercada por pessoas especiais que me possibilitaram a realização deste sonho. Eu que pelos médicos não teria nascido, vi sua mão me cercando, me protegendo e me tornando um “milagre” para medicina. Ao Rei dos reis, o Eterno e Imortal, o Ser mais real da minha vida, toda minha gratidão!

*O presente trabalho foi realizado com apoio da
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001*

*This study was financed in part by the Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil –
(CAPES) – Finance Code 001*

RESUMO

SILVA, Debora Luisa de Freitas. **Políticas Públicas e Educação na Baixada Fluminense durante a Ditadura Militar: a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (SESNI)**. RJ. 2019. 120p Dissertação (Mestrado em Historia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

Em busca de entender o projeto educacional para a Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, mais precisamente em Nova Iguaçu, iniciamos uma busca a fim de entender as políticas públicas na área da educação. No entanto um fenômeno ocorrido após a Reforma Universitária de 1968, em plena ditadura Militar, nos levou a mapear as três instituições de ensino superior implantadas na região, todas de cunho privado, no mesmo período, ou seja, imediata a Reforma a nível Federal. Então o caminho para a compreensão de tal fato, foi através das políticas públicas a nível nacional, para então discutirmos os reflexos sentidos nas regiões periféricas e com poucas estruturas para a educação. A história da educação no município de Nova Iguaçu, o contexto político e social revelam as especificidades e a importância de um empreendimento educacional de nível superior na região. Tal importância é evidenciada pela instituição mais emblemática da nossa pesquisa: SESNI (futuramente UNIG). Relações de uma família influente politicamente, juntamente com personagens empresariais da cidade, instituíram a primeira fundação de ensino superior em Nova Iguaçu, no mesmo período em que era implantado as novas diretrizes para a oferta do ensino superior no Brasil. Portanto este trabalho teve por finalidade entender as políticas públicas no campo educacional inseridas no contexto da Ditadura Militar e nas dinâmicas locais de uma cidade em verdadeira expansão, porém ainda periférica no Rio de Janeiro. Os empreendedores educacionais e as instituições de ensino superior privadas que surgiram neste período também nos ajuda a mapear as relações entre sociedade e ensino superior nas décadas de 1960 e 70 na Baixada Fluminense. Para o desenvolvimento da pesquisa nos utilizamos de jornais fluminenses das décadas de 1960,70 e 80 como fontes. Além da legislação e projetos de leis que envolveram a temática abordada neste trabalho durante as décadas supracitadas.

Palavras chaves: UNIG ; Reforma Universitária de 1968 ; Políticas Públicas Educacionais

ABSTRACT

SILVA, Debora Luisa de Freitas. **Políticas Públicas e Educação na Baixada Fluminense durante a Ditadura Militar: a Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (SESNI)**. RJ. 2019. 120p Dissertation (Master History) . Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

In order to understand the educational project for the Baixada Fluminense in Rio de Janeiro, more precisely in Nova Iguaçu, we began a search to understand public policies in the area of education. However, a phenomenon that occurred after the University Reform of 1968, during the military regime, led us to map the three higher education institutions in the region, all of a private nature, in the same period, that is, the immediate reform at the Federal level. So, the way to understand this fact was through public policies at the national level, to then discuss the reflexes felt in peripheral regions and with few structures for education. The history of education in the municipality of Nova Iguaçu, the political and social context reveal the specificities and importance of a higher-level educational enterprise in the region. Such importance is evidenced by the most emblematic institution of our research: SESNI (future UNIG). Relations from a politically influential family, along with business characters from the city, established the first higher education foundation in Nova Iguaçu, at the same time that the new guidelines for higher education provision were implemented in Brazil. Therefore, this work aimed to understand the public policies in the educational field inserted in the context of the Military Regime and the local dynamics of a city in true expansion, but still peripheral in Rio de Janeiro. The educational entrepreneurs and private higher education institutions that emerged during this period also help us map the relationship between society and higher education in the 1960s and 70s in the Baixada Fluminense. For the development of the research we used Rio de Janeiro newspapers from the 1960s, 70s and 80s as sources. In addition to the legislation and bills that involved the theme addressed in this work during the aforementioned decades.

Keywords: UNIG; University Reform of 1968; Educational Public Policies

SUMÁRIO

Introdução -----	10
Capítulo I Políticas Públicas e Educação, o cenário instaurado para a privatização do ensino superior.	
1.1 Políticas Públicas e educação no Brasil do século XX. -----	15
1.2 Sobre Políticas Públicas no campo educacional-----	17
1.3 As Universidades no Brasil – histórico das lutas e reivindicações até o Regime Militar. -----	24
1.4 Relação: Estado e Universidade Pública durante o regime Militar-----	30
1.5 Expansão das IES Privadas -----	34
1.6 Reforma universitária 1968 – a necessidade da democratização do ensino durante declínio da democracia. -----	35
1.6.1 Cenário Pré Reforma-----	35
1.6.2 A Reforma-----	38
1.7 Mensalidades no Ensino Superior Público x Financiamentos nas instituições privadas. -----	42
Capítulo II As Instituições de Ensino Superior na Baixada Fluminense - dinâmicas educacionais e políticas de Nova Iguaçu durante o Regime Militar.	
2.1 Breve histórico da história da região fluminense e seu sistema de educação no século XX.-----	53
2.2 “Pioneirismo” na Baixada Fluminense, as iniciativas dos empreendedores ou predadores educacionais na década de 1970. -----	63
2.3. Jogo das cadeiras em Nova Iguaçu. A repercussão do golpe na cidade e os desdobramentos políticos. -----	71
2.3.1 A importância da Igreja Católica em Nova Iguaçu em meio a Ditadura Militar-----	80
Capítulo III Coalizões e convenções: as redes de sociabilidades que formaram uma Instituição.	
3.1 Dinâmicas sociais e políticas iguaçuanas que antecederam a SESNI. -----	86
3.2 Constituição da SESNI e título de utilidade pública. -----	96
3.2.1 Curso de Medicina na Baixada Fluminense, um grande avanço para a quem? -----	110
3.3 A UNIG-----	113
3.4 Considerações finais-----	115
Fontes -----	120
Bibliografia -----	126

INTRODUÇÃO

Foi através de um grupo de pesquisa já existente dentro do campus IM¹ da UFRRJ, que surgiu o tema e o objeto estudado nesta dissertação. Através de uma cooperação institucional e internacional, entre a Universidade Rural e a Duke University (Carolina do Norte, EUA), onde houve um esforço para levantar dados socioeconômicos dos estudantes presentes no Campus de Nova Iguaçu da instituição fluminense. Esta iniciativa denominada de “The Cost of Opportunity”², tinha por intenção dimensionar os impactos trazidos pela expansão universitária no início dos anos 2000, e o quanto à universidade em uma região periférica do Rio de Janeiro poderia influenciar não só na produção de acadêmica local, mas também na vida e no cotidiano dos jovens que moram na região fluminense. Nós fizemos parte desta comitiva, no decorrer de todo o trabalho, que perdura até os dias atuais, encontramos diversos dados que nos levantam questões históricas não respondidas, portanto nos propusemos nesta dissertação trazer um panorama histórico a respeito das Universidades na Baixada Fluminense.

A medida que percebemos que a presença de Universidades Federais e Estaduais na Baixada Fluminense é muito recente, nos propusemos a voltarmos a implantação das primeiras faculdades na região, todas de iniciativa privada. Dentro da perspectiva encontrada na pesquisa “The Cost of Opportunity”, encontramos números que nos fazem refletir sobre o papel de uma universidade nas regiões periféricas das grandes cidades, como por exemplo, a quantidade de alunos que conciliavam estudos com trabalho chegava a 50% dos entrevistados, este número é muito expressivo e retrata uma realidade bem peculiar da região na qual a maioria dos alunos matriculados não consegue se dedicar exclusivamente aos estudos. Outro número também importante, é o número de pessoas que são responsáveis pelo sustento familiar que chega a 16% dos alunos participantes da pesquisa, esses alunos não têm somente a necessidade de trabalhar enquanto estuda, como também de sustentar suas famílias, não lhe restando a opção de se dedicar exclusivamente à pesquisa e aos estudos. Um ponto que é importante ressaltarmos aqui é que três quartos dos entrevistados frequentam cursos noturnos, apontando para a importância da adequação dos horários de cursos superiores na rotina de

1 Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal do Rio de Janeiro, localizado em Nova Iguaçu, cidade pertencente a Baixada Fluminense.

2 Site do projeto <https://sites.duke.edu/project_duke_baixada_project/cost-of-opportunity-educate-to-liberate/>

moradores da região, que como citamos anteriormente pelo menos metade necessita trabalhar durante o dia. Estes números retratam a realidade de jovens e adultos trabalhadores que viram na opção de ter uma universidade, muitas vezes, próxima de casa, a oportunidade de alcançar o ensino superior.

Porém o número que fermentou a necessidade da escrita deste trabalho foi o número obtido em relação aos pais desses alunos, nos quais 33% dos entrevistados declararam que seus pais tinham no máximo a educação primária, mostrando que as oportunidades no nível de ensino superior são muito recentes. Isto salvo a questão de escola pública de nível médio e condições desta geração (dos pais dos alunos) em frequentar a escola até concluir pelo menos o nível secundário, também se reflete um dado alarmante. Esses valores já nos trazem uma perspectiva de qual público é atendido, na sua maioria, pela Universidade Rural do Rio de Janeiro no Campus Nova Iguaçu, onde 70% dos alunos que responderam possuíam uma renda de até 3 salários mínimos por família, representando as condições econômicas e a realidade vivida pela juventude estudantil da Baixada Fluminense. Todos esses números nos fizeram refletir sobre a importância do acesso ao ensino básico, sobretudo ao ensino superior, onde a maioria desses alunos eram os primeiros a cursar uma faculdade em na sua família, nos traz uma questão: até que ponto as faculdades particulares instaladas na Baixada Fluminense representaram efetivamente uma mudança de acessibilidade para a juventude e moradores da região? E é esta questão que norteia todo o nosso trabalho, na tentativa de entender o porquê da ausência de políticas públicas trazidas pelo Estado nos fizeram abrir diversas indagações a respeito da história da educação na Baixada Fluminense, as respostas ainda eram um problema, tendo em vista a ausência de pesquisas dedicadas às temáticas que envolvam Ensino Superior e Baixada Fluminense.

Para tanto, nos esforçamos em mapear as primeiras faculdades instaladas na região, nesta análise preliminar observamos um padrão, que não foi feito de forma aleatória, mas sim uma resposta do setor privado a uma necessidade de política pública nas regiões periféricas do Brasil, a Baixada Fluminense, portanto, não estaria excluída destas iniciativas. A região estudada neste trabalho é uma região conhecida por ser extremamente “pobre” e “dominada” por violência até os dias atuais, nesta época a população já sofria com os estigmas relacionados à falta de condições básicas de sobrevivência no que concerne a saúde, saneamento básico, segurança pública e educação. É neste momento em que uma brecha na Reforma

Universitária de 1968, permite a iniciativa de diversas " instituições empreendedoras", concentrando a iniciativa do ensino superior na baixada nos primeiros anos da década de 70, três instituições em 2 anos. Os reflexos da Reforma Universitária de 1968, também permeou nosso trabalho, portanto, procuramos entender primeiramente a importância das políticas públicas, sobretudo as voltadas para educação, para o desenvolvimento geral do país, fazendo um balanço bibliográfico e uma reflexão acerca do que seria efetivamente uma política pública, como ela se origina e a importância da sua existência.

No esforço de entendermos as dinâmicas que aconteciam na Baixada Fluminense durante a década de 1970, em especial a origem das instituições particulares de ensino superior, nos debruçamos nas iniciativas de políticas públicas trazidas pelo Governo durante o Regime Militar, em especial as ligadas ao ensino superior no âmbito nacional, em seguida nos propusemos a mapear essas políticas dentro das dinâmicas locais do município de Nova Iguaçu, para que em seguida pudéssemos entender de fato a importância que se teve ao inaugurar o ensino superior na região. Entre as discussões bibliográficas nos tencionamos a entender em qual medida as iniciativas privadas refletem as agendas das políticas públicas? Estas políticas que muitas vezes são negligenciadas pelo poder público. A omissão do Estado abriria oportunidade para o “ensino lucrativo”? Dentro desta proposta guiamos nosso olhar sobre os fatos, a fim de nos aproximarmos de uma resposta, que por ora fosse, satisfatória.

Tivemos como parâmetro o entendimento de que uma sociedade é formada por indivíduos, portanto as ações e as redes sociais que cercam esse indivíduo refletem na formação de uma instituição, e esta por sua vez tem o peso na formação de outros indivíduos que formam outras redes sociais. Por este ponto buscamos entender essas instituições através de seus fundadores e atores sociais envolvidos nas dinâmicas locais em que estavam inseridas. Tentamos também fugir do padrão encontrado na bibliografia sobre a história local da Baixada Fluminense, em que as relações econômicas são abordadas, e nos propusemos a entender as dinâmicas sociais e políticas, e relacionar com os reflexos trazidos das dinâmicas em âmbito Nacional, a fim de ligar o plano nacional para educação com as iniciativas de políticas públicas destinadas à educação na região de Nova Iguaçu.

Para construção dos capítulos nos baseamos na teoria do livro “Sociedade dos Indivíduos” de Norbert Elias³, na tentativa de compreender uma sociedade e a importância

3 ELIAS, Nobert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

da individualidade das ações, encontramos aporte teórico em Norbert a respeito da importância e a influência da individualidade na sociedade. Como nos propusemos a estudar a “História de uma Instituição”, tivemos a preocupação de mapear os indivíduos que constituem esta instituição, para que assim, pudéssemos desenvolver a “História dos indivíduos que desenvolveram uma Instituição”. Este ponto é importante, pois para Elias o indivíduo estaria confinado a situação na qual ele nasce, portanto, as funções, as situações da escolarização seus pais, influenciaria na construção dele como indivíduo, isso estaria ligado ao círculo de relações a qual ele pertence. Portanto ao estudarmos a rede de sociabilidade que desenvolveu o projeto das Instituições de Ensino, conseguimos construir uma narrativa com a dimensão mais verossímil da história do ensino superior na Baixada Fluminense.

Também consideramos as redes de funções, que seriam o desempenho das pessoas em relação umas às outras e isto seria o que nós chamamos de sociedade. Em suma inferimos que os indivíduos se entrelaçam, porém conservam sua individualidade, seria uma rede em constante movimento com um tecer e destecer ininterrupto de ligações entre si. Essas redes são formadas por funções sociais e quanto maior for a divisão dessas funções mais acentuado fica a dependência entre as pessoas que fazem parte dela. Então ao nos desdobramos sobre as redes e funções sociais dos atores sociais envolvidos no processo de fundação destas instituições, compreendemos que a pluralidade das funções era essencial para o projeto de ensino superior, uma vez que uma característica do indivíduo na sociedade seria então a extensão da margem de decisão que ele possui, isso seria o "poder", então isso definiria quem estaria no comando ou na submissão. Portanto quanto maior a rede e a diversificação das funções, maiores seriam as margens de “decisão”. Com essa perspectiva embasamos o nosso olhar sobre os indivíduos, que formaram uma rede social em prol da construção de um sistema educacional de ensino superior em regiões periféricas, como é o exemplo de Nova Iguaçu, e construíram as instituições a qual estudamos até aqui, e que desta forma ajudaram a formar outras perspectivas e opções sociais para os estudantes que a tiveram acesso a elas.

Assim compreendemos que as ações de grupos e pessoas refletiram no êxito dos empreendimentos educacionais encontrados na região. Sem qualquer intenção de esgotar as pesquisas relativas ao assunto, nos propusemos então a trazer um panorama a respeito da história da educação na Baixada Fluminense, em especial no que discerne a educação

superior, com a expectativa de ser apenas um trabalho inaugural na temática, trouxemos pontos relevantes para o “pontapé” nas pesquisas a respeito do assunto

CAPÍTULO 1: Capítulo I Políticas Públicas e Educação, o cenário instaurado para a privatização do ensino superior.

1.1 Políticas Públicas e Educação no Brasil do século XX

Nesta primeira etapa, trataremos de políticas públicas educacionais, suas definições e aplicações no Brasil durante o século XX. Como em um campo de disputa, as políticas públicas refletem os interesses defendidos pelos atores envolvidos nas dinâmicas sociais de determinados lugares, conforme veremos adiante na Baixada Fluminense. Há diversos estudos que discutem as definições e os processos de aplicação dessas políticas. Para compreendermos as particularidades, os personagens e os interesses envolvidos nas dinâmicas sociais que ocorriam na Baixada Fluminense durante a ditadura militar, propomos uma breve análise da literatura referente às políticas públicas educacionais no país, que será fundamental no decorrer de todo o presente trabalho.

Celina Souza se dispõe a desenvolver uma revisão da literatura existente sobre políticas públicas, não especificamente na área educacional, mas trazendo um panorama instigante sobre as definições e aplicações destas políticas no decorrer das últimas décadas⁴. A política pública enquanto área do conhecimento tem sua origem nos Estados Unidos da América (EUA), tornando-se uma disciplina acadêmica. A proposta era tratar a política pública como uma ação planejada dos governos, rompendo com a tendência analítica europeia que, ao analisar tais políticas, se concentrava no estudo do Estado e das instituições. Esta iniciativa permitiu então a aplicação de métodos científicos nas decisões do Estado sobre problemas públicos, ampliando a análise acerca das políticas sociais.

Considerado um dos fundadores da área de políticas públicas, Harold Lasswell, já na década de 1930, incluiu a expressão “análise de política pública” na tentativa de agregar o conhecimento acadêmico à produção prática dos governos. Nesta iniciativa, Lasswell desenvolveu um diálogo entre grupos de interesse, governos e cientistas sociais⁵. Já Herbert Simon, nos anos 50, introduziu à discussão o argumento da racionalidade dos decisores

⁴ SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. In: *Sociologias*. Porto Alegre, jul/dez 2006. a.8. n.16. p.20-45.

⁵ Cf. PARSONS, Wayne. *Public Policy: An Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis*. Cheltenham: Edward Elgar. 1997.

públicos. Para ele, essa racionalidade poderia ser maximizada através da criação de uma estrutura (regras e incentivos) que delimitasse o comportamento dos atores envolvidos, impedindo a busca por interesses próprios. Outro que é considerado como um dos pioneiros desta área é Charles Lindblom, autor que questionou as teorias anteriores e propôs incorporar outras variáveis, como, por exemplo, as relações de poder e a integração entre diferentes fases do processo, que não necessariamente possuem um início e fim, incorporando assim, além da racionalidade, os processos eleitorais para cargos públicos, as burocracias, os partidos e os grupos de interesses. Na década de 1960, David Easton contribuiu para a construção da definição de política pública, que em seu entendimento era um sistema formado por três pontos: formulação, resultado e ambiente. Nesse sentido, a política pública então receberia elementos dos grupos de interesse – mídia e partidos – impactando diretamente seus resultados e efeitos.

A partir das diferentes interpretações aqui apresentadas, o conceito de política pública assumiu uma visão abrangente, em que a perspectiva do “todo” é mais importante do que as partes somadas, sejam indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses. Souza então conclui que políticas públicas é o campo do conhecimento que visa colocar o governo em ação e, ao mesmo tempo, analisar essa ação. Dentro desta análise, a intervenção no curso dessas ações, quando necessária, seria válida, a fim de coordenar seus resultados.⁶

Como vimos, os modelos de análise são diversos, porém destacamos aqui os principais modelos, para compreendermos os contextos e processos que levam o governo a desenvolver ou não políticas públicas que repercutirão na vida dos cidadãos. O incrementalismo desenvolvido por Charles Lindblom, por exemplo, defende que os recursos governamentais para uma política pública, um órgão ou programa, não despertam de um “ponto zero”, mas sim de decisões marginais. Porém, é neste modelo que há a crença de que políticas passadas inibem os governos de implementar novas políticas públicas ou transformar as existentes. Sob este argumento, surge o modelo de ciclo da política pública, que seria formado por cinco estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação. Esse modelo enfatiza sobretudo a criação de uma agenda, questionando o motivo de inclusão de algumas pautas em detrimento de outras. Quando uma agenda de política pública é baseada simplesmente pela política institucional, o consenso é

⁶ SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. In: Sociologias. Porto Alegre: jul/dez 2006. a.8. n.16. p.39.

elaborado mais por barganha do que por persuasão. Porém, quando o ponto de partida é o problema a ser solucionado, o processo se dá ao contrário, com a persuasão construindo o consenso.

O modelo “equilíbrio interrompido”, elaborado por Frank Baumgartner e Bryan Jones entende que as políticas públicas se caracterizam por longos períodos de estabilidade, que são interrompidos por períodos de instabilidades. Segundo os autores, seria isto que geraria mudanças nas políticas anteriores. Ainda nesta vertente, a política pública seria formada por subsistemas que permitiriam o sistema decisório processar as questões de forma paralela, efetuando mudanças a partir das experiências, pausando e mudando quando necessário e apenas em momentos de instabilidade haveria uma mudança substancial. A ênfase na eficiência surgiu do modelo “novo gerencialismo público”, Mancur Olson passou a focar na eficiência/racionalidade das políticas públicas, para ele isso seria alcançado através da desregulamentação, privatização e reformas no sistema social. A partir deste ponto, especificamente, passaremos a discorrer sobre como os governos constroem sua agenda, quais são os fatores decisórios para concepção de prioridades e as viabilidades dessas agendas relacionadas à política pública, investigando os atores sociais, instituições e governos.

Podemos sintetizar as questões levantadas pelos autores ressaltando aqui apontamentos que serão relevantes no decorrer de todo o presente trabalho. Entendemos que a política pública permite diferenciar entre a pretensão e a ação do governo, e ela envolve vários atores no nível de decisão, embora seja materializada sob o ato do Estado. A política pública é uma ação intencional com objetivos a serem alcançados, ela está comprometida em três etapas: implementação, execução e avaliação. A partir destes entendimentos podemos compreender o papel das instituições/regras na formulação destas políticas, pois os decisores agem e se organizam a partir de regras socialmente construídas, conhecidas e aceitas anteriormente. Essas instituições/regras, que podem ser formais ou informais, conduzem de certa forma o comportamento dos atores envolvidos. Deste modo, as instituições influenciam nos resultados das políticas públicas.

1.2 Sobre Políticas Públicas no campo educacional

Após esta abordagem mais geral sobre o conceito de política pública, partiremos para

uma narrativa voltada especificamente ao campo educacional brasileiro, dialogando com a bibliografia pertinente ao tema.

Marília Fonseca conduz uma discussão acerca das políticas públicas na educação, comparando o histórico do Brasil com as propostas de qualidade da educação e levantando questões relevantes sobre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social no âmbito da educação. Para nossa discussão, vale pontuar o conceito de qualidade na educação trazido por Fonseca, pois para ela é necessário educar para compreensão a todas as manifestações da cultura humana, desenvolvendo um indivíduo que preza pela ética profissional e cidadania⁷.

Luiz Antônio Cunha⁸ disserta sobre a ampliação da escola fundamental e os enfrentamentos do estado a partir de então. Para ele, com ampliação do acesso ao Ensino Fundamental é gerada uma nova demanda, pois os egressos procurariam as etapas subsequentes, gerando uma nova demanda educacional, além de outras problemáticas como a insuficiência da aprendizagem, o alto índice de reprovação e o abandono escolar. Segundo o autor, a expansão na “Era Vargas” (1930-1945) atraiu para a escola diferentes perfis, se fazendo necessário a adaptação do padrão de qualidade na educação.

Já na década de 1960, a história da educação foi marcada pela promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, provocando os primeiros planos educacionais. O processo para elaboração da LDB perdurou por 16 anos. Em suma, isto ocorreu pela disputa de grupos, que partiam de pressupostos divergentes. De um lado estavam os estatistas, geralmente ligados a partidos de esquerda, partindo do princípio de que o Estado anterioriza o indivíduo e que o papel da educação seria preparar o cidadão para o bem-estar da sociedade. Portanto, cabia ao Estado educar e a educação privada poderia coexistir, porém somente com a concessão do poder público. Do outro lado estavam os liberalistas, geralmente ligados aos partidos de centro e direita, considerando que as pessoas possuíam direitos naturais e que não era incumbência do Estado garantir ou negar a educação. Cabia sim à família escolher entre as variedades de opções de escolas particulares, enquanto que para o Estado restaria a função de traçar as diretrizes do sistema de educação e providenciar bolsas para as famílias que não

⁷ FONSECA, Marília. *Políticas Públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social*. In: Cad. Cedes. Campinas: maio/2009. v.29. n.78. p.153-177.

⁸ CUNHA, Luiz Antônio. *O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado*. In: Educação & Sociedade. Campinas: out/2007. v.28. n.100. p.809-829.

tivessem condições de arcar com os custos do ensino privado. As ideias liberais, por fim, se impuseram sobre os estatistas, pelo menos na maior parte do texto aprovado em 20 de dezembro de 1961.⁹

Mesmo que distante da idealizada pelo apelo popular, a LDB de 1961 marcou a história da educação por ser o primeiro projeto de diretrizes do sistema educacional, apesar que já havia movimentos de intelectuais buscando a implantação de planejamento nas políticas educacionais desde os anos 1930, porém somente na década de 1960 que o planejamento na área é de fato posto em ação.

É importante voltarmos à década de 30 do século XX para entendermos a participação do Estado no processo educacional no Brasil. As políticas do Estado Novo privilegiavam a formação do aluno com foco no trabalho, organizando o ensino básico pelos ramos profissionais, tendo uma educação diferente para a elite, as mulheres e os trabalhadores em geral, sendo os últimos o exército que dava suporte ao projeto industrial do governo.

No processo de industrialização durante o Estado Novo, o governo se viu pressionado a assumir a responsabilidade da erradicação do analfabetismo no Brasil, isso devido a demanda que se originou nos novos postos de trabalho que exigiam ao menos uma mínima qualificação escolar dos trabalhadores. A alta demanda de trabalhadores somado ao mínimo de exigência em qualificação escolar resultou em uma pressão social sobre o processo educativo já existente. Neste cenário, a “Revolução” de 1930 altera o papel do Estado na dinâmica educacional, ampliando a possibilidade de ensino, incluiu no sistema grande parte da população, muito embora de forma concentrada nas regiões mais industrializadas. Tal processo permitiu o aumento das possibilidades da educação básica, além de proporcionar uma significativa mudança na postura do Estado dentro do processo educativo. Agora a responsabilidade passava a ser do governante em proporcionar acesso ao ensino básico e suprir a demanda crescente de trabalhadores mais qualificados.

A política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek com o “*programa de metas*” incorporou a educação no programa com a intenção de preparar trabalhadores técnicos para dar suporte a indústria de base. Nesta época, a teoria de emergência do capital humano respaldava a incorporação da educação na economia, para tanto era necessário um método de

⁹ LDB de 1961. In: História do Ensino de Línguas no Brasil. Disponível em <http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=32:lhb-de-1961&Itemid=2>. Acessado em 15/10/2018.

planejamento, este método consistia na determinação das metas da educação, embasadas na demanda de mercado. Entre os governos de Kubitschek e João Goulart (1956-1963), ampliou-se o debate entre os educadores em busca do conceito de qualidade na educação, realizando uma cooperação técnica com o governo norte-americano: a “Aliança para o Progresso”. Os educadores buscavam preservar o enfoque cultural herdado dos pioneiros, neste caso a oferta educacional teria que ser demarcada pela demanda social coletiva, e essa demanda seria constituída das necessidades individuais, e era necessário considerar todas as condições como a econômica, política e cultural do país, desta forma poderia se definir a qualidade educativa no Brasil.¹⁰

Entre os anos de 1964-1965, o plano foi revisto, devido a instauração do governo militar, sendo “adequado” à nova realidade brasileira, reflexo do novo governo. A primeira grande mudança foi a regência da gestão educacional, que passou a ser orientada a partir do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que instituiu uma reforma administrativa no serviço público brasileiro. Este decreto foi implantado com o escopo de descentralizar a administração pública e assim delegar as competências, favorecendo a administração indireta por meio do surgimento de autarquias, fundações, sociedades mistas e empresas públicas. Reduziu-se, portanto, os controles puramente formais, tornando mais flexível a gerência dos recursos públicos. Todavia, os aspectos trazidos com este Decreto-lei não foram apenas positivos, houve diversas consequências negativas. A mais significativa foi o fortalecimento do patrimonialismo e clientelismo na administração pública, isso se deu pela flexibilidade do processo de contratação, que passou a ser possível a nomeação direta, eliminando a necessidade de um concurso público. Estas nomeações, em muitos casos, não seguiam nenhum critério seletivo, apenas o parâmetro político. As reivindicações em torno da Reforma Universitária pontuaram a importância de concursos públicos nas seleções para professores nas universidades públicas, combatendo as práticas de nomeação do Estado dentro do âmbito educacional.¹¹

Outras reformas durante os anos de 1970 ocorreram com ênfase no aspecto organizacional, tendo a organização das ações através de projetos prioritários, criação de grupos

¹⁰ FONSECA, Marília. *Políticas Públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social*. In: Cad. Cedes. Campinas: maio/2009. v.29. n.78. p.163.

¹¹ CASTOR, Belmiro Valverde Jobim; JOSÉ, Herbert Antonio Age. *Reforma e Contra-Reforma: A perversa Dinâmica da Administração Pública Brasileira*. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, nov-dez/1998. v. 32. n.6. p.97-111.

de tarefas para administrar as ações transitórias e descentralizadas, e o uso de consultorias do setor privado e governamental (nacional e estrangeiro). Neste período, foi criado o I Plano Setorial, conhecido também como I Plano Nacional de Desenvolvimento, instituído pela Lei 5.727, de 04 de novembro de 1971, coincidindo com o lançamento do programa Metas e Bases para a Ação de Governo (1970-1974). Os responsáveis em idealizar o plano foram os ministros do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, e da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, que indicavam as metas de crescimento e a meta de controle da inflação. Para tanto, apostava-se na infraestrutura necessária para o crescimento do país, com isso setores como telecomunicações e transportes adquiriram mais protagonismo, além de investimentos nas áreas das indústrias naval, siderúrgica e petroquímica. Grandes obras como a Ponte Rio-Niterói, Transamazônica e Usina Hidrelétrica de Itaipu se deram por meio deste programa.

Este período marcou o ápice da intervenção do Estado no planejamento governamental desde a década de 1930, segundo Antônio Ricardo de Souza, autor dedicado ao estudo sobre administração pública¹². Dentro desta perspectiva consolidava-se a teoria do capital humano, construindo a educação a partir de bases “doutrinárias” com foco na mão de obra. Tais métricas proporcionaram uma década de rogativas sociais em busca de uma expansão das vagas nas instituições públicas, demanda gerada pelo próprio mercado. Para atender essa nova realidade as mudanças qualitativas se concentraram no ensino secundário, substituindo disciplinas de cunho humanístico e erudito por disciplinas voltadas para o ensino técnico e profissional, bem como a continuidade do ensino secundário para o ensino superior, através de um vestibular, também foi atendido após demandas das classes sociais alta e média. Marcando então este período com a reformulação no que tange à definição da qualidade do ensino, a busca por atender as demandas do mercado, e ainda sim “satisfazer” - mesmo que parcialmente - as demandas sociais de determinadas classes (média e alta), mesmo que com o objetivo de suprir a necessidade de profissionais no mercado de trabalho.

Entre os anos 1975 e 1979, o II Plano Setorial foi posto em prática, a veia doutrinária permanecia, porém o termo *mão de obra* foi substituído por *recursos humanos para o desenvolvimento*. Os objetivos do primeiro plano foram mantidos e a novidade eram as

¹² SOUZA, Antônio Ricardo. *As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública*. In: Revista do Serviço Público: out-dez/2004. v. 55. n.4. p.16. Disponível em <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/254/259>>. Acessado em 15/10/2018.

adequações para as mudanças do mercado, com a introdução de novas tecnologias e novos planos técnicos nas carreiras profissionais¹³. A implementação ficou por conta do projeto *Política Nacional de Educação Integrada*, inspirada no programa implantado no Nordeste pelo Banco Mundial, denominado *Política Nacional Rural Integrada*. A ideia era garantir qualificação para trabalhadores rurais, já adultos e analfabetos. Nascia então o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com a intenção de zerar o “estoque” de adultos analfabetos no Brasil e impedir novamente o crescimento desse “estoque”. O curso era noturno e utilizava prédios de escolas, igrejas e outras instituições. O objetivo principal do MOBRAL era alfabetizar a população iletrada das cidades com idades entre 15 a 35 anos, porém o projeto se estendeu a crianças a partir de 9 anos em 1974. Os alunos do primeiro grupo eram justificados pela importância na produção, já o projeto para os mais novos era uma forma de desafogar as primeiras séries do ensino regular. O programa era dividido em quatro partes, a primeira era a alfabetização de fato, as aulas eram diárias e possuíam cerca de duas horas de duração, perfazendo XX meses nesta etapa, o que aliás contrariava a recomendação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que previa o mínimo de 8 meses para tal. A segunda etapa possuía um ano de duração que equivalia aos primeiros anos do primeiro grau, depois havia a etapa do desenvolvimento humanitário, com o objetivo de inserir o estudante na participação de um projeto de empreendedorismo de interesse comum a todos, com duração de 2 meses. E, por fim, atividades culturais sem um prazo pré-definido, que tinha por pretensão ampliar o universo cultural de toda população atingida.

Um balanço feito pelo governo em 1977 indicou que 11,2 milhões de pessoas foram alfabetizadas, caindo o número de pessoas analfabetas no Brasil de 28%, em 1971, para 14% da população. Apesar de satisfatório, tais números sempre foram questionados. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, com os resultados de uma pesquisa feita em 1976, apontava que o número de analfabetos caiu para 24% e não 14%, índice bem diferente do apresentado pelo governo. Portanto, a eficácia efetiva do MOBRAL sempre foi discutida. Especialistas apontam que evasão era muito grande e que muitos alunos, mesmo concluindo a primeira etapa, voltavam ao ponto inicial, demonstrando a ineficácia do método adotado. Indubitavelmente, pessoas foram “atingidas” e favorecidas pelo programa, porém o

¹³

FONSECA, Marília. *Políticas Públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social*. In: Cad. Cedes. Campinas: mai-ago/2009. v.29. n.78. p85

discurso de pleno sucesso não foi acatado pela maior parte dos estudiosos. Em 1985, um decreto daria o fim ao programa.¹⁴

O MOBREAL, assim como projetos anteriores durante a ditadura militar, era regido pela demanda do mercado, com isso as políticas voltadas para educação também seguiam a mesma lógica. Neste caso, a “persuasão” da economia criava a demanda que seria incluída na agenda do Estado, com o foco no Ensino Fundamental (1º Grau) e a educação dos mais pobres para o trabalho. Essas políticas limitavam trabalhadoras e trabalhadores, perpetuando o ciclo que possibilita a Educação Superior quase que exclusivamente para algumas classes específicas (classe média e alta).

A conclusão da Marília Fonseca se aproxima da que reputamos: a ação educativa foi conduzida na congruência da economia, utilizando atividades educacionais como instrumento de administração de meios e insumos. Logo, a competitividade e as avaliações externas eram as legitimadoras da qualidade da educação. Porém, apesar de o enfoque parecer a primazia empresarial, este não era suficiente para direcionar a qualidade da ação educativa. A qualidade no horizonte da educação teria que ser permeada pela diversidade das dimensões sociais, uma interação contínua entre política educacional, ciência, cultura, cidadania e ética, por exemplo. Para tal resultado, a escola não poderia manter o isolamento, sendo o Estado responsável por políticas públicas que integrassem a sociedade ao ambiente educacional, ao passo que o saber acadêmico se reverteria em melhorias para a sociedade. O Estado teria que equalizar as condições para superar os desafios de orçamento, gestão, pedagógico e cultural para enfim preparar os alunos alinhados em uma qualidade educacional mais plural e socialmente democrática.¹⁵

1.3 As Universidades dentro das Políticas educativas adotadas pelo Estado brasileiro nas últimas décadas.

Para entendermos as particularidades das Universidades durante o regime militar

¹⁴ BARRETO, E.; CUNHA, L. *Educação*; CUNHA, L. A. *Educação, Estado*; INF. Sinclair Cechin; MIN. EDUCAÇÃO E CULTURA. *Mobral*; PAIVA, V. *Educação*.

¹⁵ FONSECA, Marília. *Políticas Públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social*. In: Cad. Cedes. Campinas: mai-ago/2009. v.29. n.78. p93

ocorrido na década de 1960 no Brasil, iremos fazer uma pequena retrospectiva histórica, observando os pontos de congruência e divergência entre Ensino Superior e o papel do Estado na Educação durante alguns períodos estratégicos da história do Brasil.

Para Saviani, a primeira iniciativa oficial em prol do Ensino Superior no Brasil teve sua origem em 1808, com os cursos superiores criados por D João VI. Essa estrutura tomou outro formato durante a Primeira República, quando o incentivo se voltou para a iniciativa privada na criação de instituições “livres”. Com o protagonismo do público na década de 1930, mas uma vez a lógica se inverteu e a participação do Estado na educação superior se efetivou através da federalização. Esse processo se estendeu até a década de 1960, onde mais uma vez a iniciativa privada e as instituições isoladas dominam o cenário educacional. Observamos um ciclo constante, onde ora o Estado assume a responsabilidade do ensino superior, ora transfere para iniciativa privada a fim de atender demandas de grupos específicos. Portanto, iremos abordar na seção seguinte os aspectos que permearam a Reforma Universitária de 1968 e seus impactos para a composição das IES em todo país.¹⁶

Olhando para a reforma educacional de 1931, percebemos a instituição de um sistema de educação superior organizado através de instituições universitárias, o que mudaria a forma com que o Estado se relacionava com a educação, Menezes sintetiza que:

[...] sob o comando do Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos. Essa reforma, de 1931, foi marcada pela articulação junto aos ideários do governo autoritário de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico...”. (MENEZES, 2001, p1)¹⁷

Na década de 1930 a política de expansão da educação superior se baseava um conceito da união de Instituições isoladas e as transformações de instituições privadas e estaduais em universidades federais. Isso caracterizou-se como processo chamado de federalização das faculdades. Nesse processo podemos identificar o Estado tomando para si a responsabilidade de promover o aumento de instituições e vagas na educação superior pública.

¹⁶ SAVIANI, Dermeval. *A expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades*. In: *Póiesis Pedagógica*: ago/dez.2010. v.8. n.2. p.12-13

¹⁷ MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Reforma Francisco Campos [verbete]*. In: *Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-francisco-campos/>>. Acessado em 26/10/2018.

Na concepção de Saviani, somente após a chamada Revolução de 1930 que o Estado Nacional se tornou protagonista no campo da educação, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e com os decretos da Reforma Francisco Campos, como foi ficou conhecida¹⁸. Em suma, esta foi a primeira reforma educacional de natureza nacional, tratando de dar para ao ensino secundário uma estrutura mais orgânica, também aplicando a metodologia no ensino superior, além de ter instituído de forma definitiva o currículo seriado e dividido o ensino em dois ciclos: um com duração de 5 anos, que foi chamado de Ensino Fundamental, e outro complementar, com duração de 2 anos, que serviria de habilitação para ingresso ao ensino superior. Também se propôs a equiparar todas as escolas secundárias ao Colégio Pedro II. Para tanto organizou inspeções federais e possibilitou a mesma equiparação às escolas de iniciativa privada que aceitassem a ser submetidas as mesmas inspeções.

Apesar da importância em colocar a educação na agenda do Estado, Romanelli acredita que o sistema ainda refletia a instabilidade e precariedade que são características de uma tomada de poder político nos moldes da “Revolução” de 1930¹⁹. Entre as maiores críticas da autora sobre a reforma, está a marginalização do ensino primário e ainda a segregação do ensino secundário, no que tange os cursos normalistas e vários ramos do ensino profissional, salvando apenas o ensino profissional voltado para o campo comercial, que adquiriu bastante incentivo. Ela finaliza seus apontamentos destacando que tais medidas provocaram uma estrutura rígida e altamente seletiva, contendo as matrículas em números não muito abrangentes. Levando em consideração as pontuações trazidas por Romanelli, percebemos que o resultado da reforma foi a manutenção de uma política educacional que se baseava em uma ideologia autoritária em sua organização e aristocrática no que tange ao acesso. Justamente o reflexo da transição que o país passava que, apesar da necessidade de modernização, ainda possuía raízes em valores ultrapassados e modelos organizacionais obsoletos.

Entre os decretos da Reforma Francisco Campos estava a consolidação do Estatuto das Universidades Brasileiras. Para Arnaldo Romero, o Estatuto era ambíguo e não representava de fato uma ruptura com a velha política voltada para educação. Ele destaca que a reforma, apesar de pregar a autonomia, não a implantava, já que não condizia com a realidade do momento,

¹⁸ SAVIANI, Dermeval. *A expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades*. In: *Póiesis Pedagógica*: ago/dez.2010. v.8. n.2. p.4-17.

¹⁹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1983. ed.4. p141.

procrastinando a implantação do modelo proposto pela própria reforma²⁰. Outro erro apontado pelo autor é a conciliação entre formação cultural e formação profissional. Para Romero, a tentativa de evitar “ruptura brusca” culminou em um sistema de justaposição e não a uma integração, como seria idealizado. A tentativa de criar um “Sistema Universitário” com instituições isoladas demonstrava a tamanha ambiguidade do projeto governamental. Ao deixar uma brecha na ementa que estabelecia o Sistema Universitário, a possibilidade de fugir do padrão estabelecido, abria margem para o surgimento de instituições isoladas. Com tudo, ainda houve diversas iniciativas na busca de federalização de institutos isolados, acarretando o surgimento de algumas universidades federais existentes até os dias atuais.

Dessa forma, até o fim da década de 1940, se observou um contínuo crescimento no processo de federalização de instituições de ensino superior, o que continuou acontecendo nas décadas posteriores. Na maior parte, essas universidades eram estabelecidas nas capitais dos estados federados. Nesta iniciativa, foram criadas a Universidade do Rio de Janeiro (1934), a Universidade de São Paulo (1935), a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, bem como a de São Paulo (ambas na década de 40), e se estendeu na década de 1950, quando houve um movimento na federalização de instituições estaduais e privadas. Saviani aponta ainda que foi na década de 1930 que a organização do movimento estudantil se tornou de fato efetivo através da União Nacional de Estudante (UNE), em 1938²¹. Nas décadas seguintes, portanto, ocorreu um processo de federalização, porém a parcela da população que tinha acesso a essas novas universidades ainda eram reduzidas. A ampliação precisaria ser mais radical e o acesso mais democrático para que de fato a sociedade atingisse o resultado esperado.

Com o Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek, em 1955, ocorreu uma série de transformações sociais e econômicas no país. A população que desejava mobilidade social enxergava no Ensino Superior um meio para tal conquista. Esse pensamento incomum na classe média em meados do século XX vai de encontro com a perspectiva funcionalista inicial dos teóricos do assunto. Para eles, a expansão do Ensino Superior e o crescimento do acesso à educação de modo sistêmico resultariam na diminuição das

²⁰ ROMERO, Arnaldo. *O sentido da reforma: o Estatuto da Universidade de Francisco Campos em um Brasil em Transição*. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/files/fo8OntIz.pdf>. Acessado em 05/04/2019.

²¹ SAVIANI, Dermeval. *A expansão do Ensino Superior no Brasil: mudanças e continuidades*. In: *Póiesis Pedagógica*: ago/dez.2010. v.8. n.2. p.10

desigualdades sociais. Este pensamento progressista acreditava que a escolarização e o aumento nas oportunidades acarretariam na mudança dos critérios utilizados como parâmetro de seleção. Deixando, então, de ser por origem social, gênero, raça, por exemplo, e passariam a ser por mérito, inteligência, esforço, competência, entre outros atributos.²²

Caso esta perspectiva se concretizasse, o crescimento de oportunidades no âmbito escolar causaria um declínio no efeito da classe de origem sobre o destino do indivíduo, ou seja, sua origem social não determinaria mais suas projeções profissionais. Porém, André Salata argumenta que os resultados empíricos contrariavam as expectativas e uma análise mais pessimista ganharia força no campo teórico da educação. Segundo Salata, o sociólogo Pierre Bourdieu ganharia atenção, destacando as teorias reprodutivistas. Partindo desta concepção trazida por Bourdieu, o sistema de ensino, ao contrário das expectativas de promover a igualdade de oportunidades, teria a função de reproduzir as desigualdades já presentes na sociedade como um todo. Além da reprodução das diferenças formadas pelo capital cultural, perpetuaria, também, as diferenças de poder aquisitivo em investimento financeiro no mercado educacional na vida do indivíduo. Segundo Bourdieu, o processo de “causalidade provável” promoveria a internalização de suas chances, uma vez que as possibilidades dele estariam limitadas às probabilidades do seu grupo social, transformando a condição objetiva em uma esperança subjetiva. Portanto, a expansão educacional pretendida em meados do século XX, poderia não ter os resultados esperados pelos reivindicadores. Se a reforma de 1968 contribuiu para o aumento ou diminuição de tais aspectos, é a questão que trataremos ao longo do trabalho.

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 não insistiu nessa organização, estava voltada na regulamentação de mecanismos para expansão do ensino superior. Havia um texto constitucional feito em 1946, que previa a elaboração e aplicação da LDB, porém a aprovação veio somente em 1961. O texto da LDB, aprovada em 1961, se baseou de forma efetiva no texto elaborado em 1946, a via ideológica de 1946 estava impressa no texto aprovado 15 anos depois. A elaboração da LDB passou por diversos embates políticos durante a década de 1950. Carlos Lacerda foi um dos defensores de que o sistema educativo teria que criar um mecanismo de repasse de verbas públicas para os estabelecimentos de educação privada. O debate em torno da real responsabilidade do Estado na educação, e a validade do

²²

BLAU, Peter M. & DUNCAN, Otis Dudley. , The American occupational structure. Nova York, Wiley. 1967. P.75

Estado interferir na educação das crianças por meio da escola pública e de um currículo único, era o plano de fundo para as discussões em prol da educação. De um lado, se defendia que o Estado era responsável por oferecer uma educação escolar de qualidade a todos, de forma igualitária e sem vias doutrinárias; do outro lado, a defesa da autonomia dos pais em escolher a escola e a “ideologia” que seu filho fosse cursar, tendo as instituições privadas como melhor alternativa, uma vez que cada uma teria a liberdade de criar seu currículo e expressar sua perspectiva ideológica. Os pais, portanto, teriam liberdade de escolher a instituição e o currículo proposto. Já as famílias sem recursos financeiros suficientes para arcar com as mensalidades receberiam bolsas de estudos para seus filhos. Ou seja, havia duas vias ideológicas que defendiam perspectivas opostas para a educação nacional, a primeira militava a favor da escola pública já a outra acreditava na educação privada como solução para o sistema educativo brasileiro.

Esse debate se estendeu no âmbito da sociedade civil. Uns defendiam a escola pública e outros a liberdade de ensino. Para os defensores da escola pública, o estado deveria zelar pela manutenção e expansão de escolas oficiais, sob a cautela de oferecer um ensino obrigatório, laico e gratuito. O outro grupo defendia o repasse das verbas para as instituições privadas, para que tais instituições pudessem ministrar as orientações ideológicas da família, reservando ao estado apenas o papel de oferecer recursos aos que não puderem arcar financeiramente com as taxas e valores das instituições. Envolvidas com estas questões estavam várias parcelas da sociedade, como, por exemplo: profissionais da educação, entidades culturais, sindicatos, entidades estudantis, organizações religiosas e a imprensa. Em São Paulo, onde se concentrou a discussão, ocorreu a institucionalização do Movimento de Defesa da Escola Pública, grupo que promovia manifestações, palestras e debates, com o objetivo de mobilizar a sociedade na luta pela expansão do ensino público. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, o novo sistema parlamentarista, governado por João Goulart, tratou de elaborar no Congresso Nacional um texto conciliador entre as tendências e aprovou a então primeira LDB do Brasil, sancionada pelo presidente em dezembro de 1961. Permanecia então a estrutura tradicional do ensino, porém não estabeleceu um currículo rígido e fixo em todo território brasileiro.

Em síntese, com a aprovação da LDB de 1961, a organização do sistema educacional continuou se dividindo em: ensino Pré Primário; ensino Primário obrigatório, a partir dos sete anos de idade; ensino Médio, que se dividia em duas categorias, o Ginásial (com duração de 4

anos) e o Colegial (com duração de 3 anos ou mais), que abrangia os cursos secundários, técnicos e de formação de professores. As disciplinas escolares ficaram a cargo do Conselho Federal de Educação (órgão instituído pela LDB/1961). Ao Conselho cabia selecionar até cinco disciplinas obrigatórias em todos os cursos de ensino médio, e caberia aos conselhos estaduais a complementação do currículo das instituições concernentes a ele. Outro ponto foi a continuidade do exame de admissão para o ingresso no Ginásio. O ensino técnico foi dividido em três vertentes, a industrial, agrícola e a comercial, e o curso Normal continuou a ser voltado para formação de professores, administradores escolares, orientadores e supervisores de educação, relativos à educação da infância. Já no ensino superior, a lei manteve as diretrizes da reforma "Francisco Campos". Somente a Lei nº 5.540, de 1968, revogou totalmente o capítulo destinado ao Ensino Superior na LDB, aprovada em 1961, que iniciou uma modificação descentralizadora na administração escolar, conferindo ao Conselho Federal de Educação (CFE) as funções normativas quanto ao quadro nacional de educação.

O estabelecimento de três entidades que poderiam regulamentar a criação de novos cursos se deu de forma estratégica para as novas políticas educacionais. Eram elas, as universidades que gozavam de autonomia; os Conselhos Estaduais de Educação e o Conselho Federal de Educação (CFE). Em 1963, através da portaria nº 4163, baseada no Parecer do CFE 92/63, foram fixadas as normas para autorização e o reconhecimento de Escolas de Nível Superior, sendo definidos requisitos mínimos para o reconhecimento destas instituições. A burocracia e as exigências favoreceram a abertura de estabelecimentos privados e a criação de novos cursos nas universidades que já estavam em funcionamento, nos anos subsequentes à nova legislação de 1961.

Com estas iniciativas, o Estado conseguiu de forma gradual que o número de vagas nas instituições públicas e privadas crescessem, porém, a demanda crescia em ritmo mais acelerado do que as vagas. Em 1960, os excedentes dos vestibulares chegavam perto de 30 mil alunos, que, apesar de aprovados para as universidades públicas, não conseguiam vagas nas mesmas. Essa demanda era em virtude da busca da classe média em uma colocação privilegiada na pirâmide social, estavam dispostos a trabalhar na burocracia estatal e nas indústrias de base que chegavam ao país²³. Os primeiros anos da década de 1960 foram marcados pelos movimentos

²³

CUNHA. A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988 p.35

que buscavam uma reforma do sistema universitário brasileiro, que envolvia docentes, pesquisadores, alunos e uma parcela da população em geral.²⁴

1.4 Relação: Estado e Universidade Pública durante o regime Militar

Desde o início da Colonização do Brasil, o predomínio da economia agroexportadora influenciou diretamente na formação do sistema educacional, voltando a formação da camada social correspondente ao domínio econômico, os primeiros cursos superiores no Brasil refletem essa realidade. Com a intenção de preparar essa camada da sociedade para desenvolver atividades políticas-burocráticas e/ou profissões de perfis liberais, a oferta de cursos era então voltada para suprir essas demandas específicas, assim como distribuição territorial e oferta de horários dos cursos. As iniciativas “privadas-religiosas” tiveram papel importante na perpetuação deste ciclo de formação superior destinado aos mais afortunados, influenciando o desenvolvimento de um ensino humanístico e elitista. Logo observamos um movimento entre demanda e oferta em que o fator econômico é o determinante para as agendas e prioridades das Políticas Públicas do Estado²⁵.

No esforço de entender as políticas universitárias durante a ditadura brasileira, onde se vivia uma combinação de ações repressivas e autoritárias e ao mesmo tempo, modernizadoras do ensino, utilizaremos uma obra recente de Rodrigo Patto Sá Motta²⁶ para nos ajudar a compreender este momento na história da educação brasileira. Segundo Motta duas premissas resumiam o campo do ensino superior durante a ditadura militar: a repressão e a modernização. No campo da repressão podemos ver a demissão, prisão e aposentadoria de vários professores e a exclusão de alunos considerados “subversivos”, além de estabelecer controles e limitarem o livre debate de ideias no meio acadêmico. Porém ao mesmo tempo que reprimiu a autonomia universitária investia na modernização do sistema do ensino superior, que antes era considerado precário comparado com alguns países da América Latina. Uma relação

²⁴ MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, v. 30, n. 106, p. 15-35. 2009..

²⁵ OLIVEIRA, M. M. As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ*, Rio de Janeiro, v.12, n. 45, p. 945-958, 2004

²⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *As Universidades e o regime militar cultura política brasileira E modernização autoritária*. Rio de Janeiro:Zahar, 2014.

de ambiguidade permeava a relação dos dois grupos, permitindo certas concessões em meio aos debates ideários de poder.

A reforma Universitária de 1968 seria o impulso desta modernização algumas medidas adotadas pela reforma ajudariam no processo de modernizar as universidades brasileiras, como, por exemplo, a extinção das cátedras, a criação de carreira dos docentes em tempo integral, a unificação dos vestibulares, o aumento nas verbas para pesquisa e a criação de um sistema de pós-graduação, entre outros. Para Motta²⁷ esta relação estava associada a dois eixos paradoxais, porém tais impulsos, tanto o repressivo quando modernizador, se combinaram e fomentaram o crescimento um do outro, o que impulsionou o projeto de poder da ditadura e culminou no favorecimento dos planos econômicos. Outra preocupação de Rodrigo Motta é analisar as políticas universitárias do Estado na concepção das Universidades, ele aponta os impactos e as estratégias adotadas pelo meio acadêmico para lidar com as medidas da ditadura. Esta relação entre a comunidade acadêmica e a ditadura pode ser compreendida a partir de três pontos a adesão, a resistência ou a acomodação. Ele destaca a estratégia de acomodação, mas trataremos nos próximos parágrafos este assunto. Com tudo é importante destacar a interpretação do autor no que concerne a relação ambígua entre o Estado “opressor” e a universidade “revolucionária”, onde os papéis não são estáticos, nem tão pouco limitados pelos rótulos.

Uma das estratégias do grupo vitorioso em 1964 foi obter uma derrota total de todos os seus inimigos, ou seja, a esquerda. Para tanto, preocuparam-se em vencer as batalhas no âmbito de valores, especialmente entre os jovens. Por isto na década de 60 era comum que os lugares de ensino se tornassem em lugares estratégicos de luta política, isto atraía a atenção dos jovens de diferentes pontos de vistas políticos. A universidade seria então um lugar chave, pois não somente influenciava a formação dos valores da juventude, mas também impactava diretamente na indústria da cultura e das mídias. Para Motta este seria o motivo, para que mesmo após o golpe, vários atores políticos continuassem a investir nas universidades e não apenas no Estado. O protagonismo político de seus estudantes, tornaram a universidade em um lugar estratégico, este protagonismo já era uma tendência forte, porém após o golpe se

27

MOTTA, Rodrigo Patto Sá, As Universidades e o regime militar cultura política brasileira E modernização autoritária. Rio de Janeiro:Zahar, 2014.p.246

intensificou. O papel dos estudantes poderia também ter sido valorizado pela modernização e a Reforma Universitária, pois com o crescimento exponencial das matrículas no ensino superior à população de estudantes se multiplicou, entre 1964 e 1979²⁸ já eram dez vezes maiores. A ditadura militar ao promover essa expansão numérica, também gerou uma causa política pela qual os estudantes deveriam lutar, inesperadamente essa causa seria contrário a própria ditadura, este fato segundo Motta facilitou a radicalização e a unificação dos estudantes brasileiros.

O autor, por fim, se concentra na estratégia dos “jogos de acomodação”²⁹, para ele essa estratégia ilustra bem a complexibilidade do quadro político nas relações entre universidade e Estado. A estratégia de acomodação era ambígua para os dois lados, os líderes acadêmicos e os intelectuais aceitavam conviver com regime militar, mas para tanto, o Estado precisava fazer concessões para compensar a trégua de seus opositores. Por muitas vezes esses intelectuais e líderes acadêmicos aceitavam cargos oficiais como de assessores ou cargos dentro das universidades, por exemplo. De um lado favoreciam esses líderes e intelectuais, porém, do outro o Estado também tinha que abrir uma exceção aceitando um profissional “suspeito” dentro do cargo público. Esta situação ilustrava bem os arranjos necessários para flexibilizar a relação entre Estado/ Universidade. Motta ressalta que para analisarmos este período é imprescindível que compreendemos a flexibilidade presente nos dois lados, pois é um processo em que havia um “jogo de mão dupla”. Portanto, a análise deve focar na divisão dos dois grupos, de um lado os atores sociais e do outro lado as perspectivas dos atores estatais. Entendemos então, que apesar de muitas vezes controvérsia, as medidas de políticas públicas neste período eram uma junção entre pontos incomuns da agenda dos dois grupos, claro que na maioria das vezes não abrangiam todas as exigências das agendas, porém essa flexibilidade, trazida por Motta, era o ponto de “equilíbrio” para a coexistência de dois planos dentro de uma determinada conjuntura.

Para o Estado está flexibilização era vantajosa, pois ao flexibilizar algumas políticas repressivas podiam contar com o quadro de técnicos e intelectuais, que eram competentes para exercerem os cargos, o Estado perderia essa “mão de obra” caso tivesse

²⁸ Motta, Rodrigo Patto Sá, *As Universidades e o regime militar cultura política brasileira E modernização autoritária*. Rio de Janeiro:Zahar, 2014. p255.

²⁹ Motta, Rodrigo Patto Sá, *As Universidades e o regime militar cultura política brasileira E modernização autoritária*. Rio de Janeiro:Zahar, 2014. p 292

adotado o expurgo. Além disso, também pôde conter críticas provenientes do grupo oposicionista. Dentro do campo de flexibilidade o Estado também obteve prejuízos, pois afinal o jogo era de “mão dupla”, para manter a lógica da flexibilidade o Estado permitiu alguns espaços para a participação de intelectuais e pessoas pertencentes ao grupo de esquerda (tanto no mundo privado através de editores, televisão, jornais e teatro, como também pelo próprio Estado através das Universidades e das instituições de pesquisa) ao possibilitar essa oportunidade o Estado esperava que este grupo se “comportassem”, e conseqüentemente, questionasse menos as estruturas de poder.

Porém, mesmo com pouco espaço para o debate das ideias no campo de produção acadêmica, os intelectuais disseminavam seus valores. O cerco, as limitações e exigências não impediram as ideias progressistas de se propagarem. Para o Estado, este pouco espaço não seria suficiente para combater o sistema repressivo de informações que foi altamente capitalizado a favor do Regime, portanto, não acreditavam que a pequena brecha que deixaria para os grupos oposicionistas tomassem importância na descrição das discussões intelectuais e influência sobre a população como um todo³⁰. Concluímos então, que a intenção do autor não é minimizar os efeitos da repressão que são amplamente conhecidos, ele apenas deixa claro que a existência de um jogo de acomodação, que permitiu que a oposição tivesse voz não só dentro das universidades, mas que possibilitou atingir novos adeptos a causa. Logo a repressão era de certa forma “temperada” com arranjos e acordos, que possibilitavam a existência de uma tradição cultural e uma singela produção acadêmica.

Dentro desta perspectiva de relação entre Estado e Universidade podemos nos aproximar do objeto estudado, pois para que possamos compreender a relação que as Universidades privadas tinham com o Poder Público, é necessário a percepção de como o Estado encarava os espaços de ensino superior. Essa relação trazida por Motta, nos trás uma visão de “jogos de poder”, uma vez que cada instituição que compõe o jogo precisava impor pautas da sua agenda e ao mesmo tempo que se flexibilizavam para atender as pautas do outro grupo. Portanto, para o Estado o total domínio intelectual de uma instituição de ensino superior só seria possível através de parcerias privadas que estariam abertas a atenderem as pautas do

30

MOTTA, Rodrigo Patto Sá, As Universidades e o regime militar cultura política brasileira E modernização autoritária. Rio de Janeiro:Zahar, 2014.p.322.

regime assim como servir a estrutura social com “mão de obra” técnica e qualificada, para assim, darem continuidade aos projetos do Governo. Neste cenário observamos a multiplicação das IES de cunho privado, como trataremos nos tópicos seguintes.

1.5 Expansão das IES Privadas

Foi nas décadas de 1960 e 70 que o setor privado da educação superior obteve uma expansão considerável, com a multiplicação de instituições de pequeno porte. Isto se deve a diversos fatores, como, por exemplo, um deles foi a transformação de escolas secundárias em Instituições de Ensino Superior (IES). Com isso, o número de instituições de ensino superior privado passou de 463 para 682 na década de 70, alcançando um total de quase 80% das IES no país. Schwartzman aponta que os cursos criados nesta época eram considerados “carreiras modernas”³¹. Cursos noturnos, como o de Direito e Administração, eram oferecidos pleiteando uma clientela específica, geralmente jovens recém-egressos do ensino secundário e trabalhadores que não tinham tido oportunidade de crescimento no mercado de trabalho. Outra característica importante na oferta destes cursos eram as localizações, pois as instituições estavam instaladas nas cidades menores ou do interior, a fim de facilitar o ingresso de jovens que possuíam baixa renda e não teriam condições de se mudar para os grandes centros urbanos. Essas iniciativas asseguraram uma clientela educacional conveniente para estas instituições que, além dos exemplos supracitados, havia a demanda de mulheres que já buscavam formação superior, porém não poderiam romper com a estrutura familiar. Assim, a oferta era estrategicamente pensada para suprir a demanda que as universidades públicas não conseguiam atender.

Ao analisar, dentro deste contexto, a relação das políticas educacionais públicas e privadas, José Germano percebe que não há delimitações claras o suficiente para estabelecer uma oposição. Para ele, o que ocorreu neste período foi uma dominação política e ideológica, incluindo a educação, que manipulava os recursos públicos através de um grupo oligárquico. Nesta lógica, as esferas públicas e privadas se entrelaçam³². Desse modo, podemos pontuar a implantação de instituições privadas como uma medida oriunda da agenda das

³¹ São Paulo. 1990p.61

SCHWARTZMAN, S. Tradição e modernidade da universidade brasileira.

³² ed. São Paulo: Cortez, 1994. p 240

GERMANO, José W. Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985). 2.

políticas públicas educacionais, onde o privado é ativado no momento em que o Estado não supre a demanda da população. Neste caso, podemos interpretar a implantação das instituições de nível superior nas regiões periféricas como uma medida de política pública voltada para educação. Mesmo que não seja necessariamente a resolução aclamada pelas reivindicações, ainda sim possibilitou mudanças sociais nas periferias brasileiras.

1.6 A Reforma Universitária de 1968 - a necessidade da democratização do ensino durante declínio da democracia.

1.6.1 Cenário Pré Reforma

Após o golpe de 1964, o governo se via em constante embate com o movimento estudantil, que neste período vinha sendo apoiado por diversos setores da sociedade. Com o slogan “A UNE somos nós”, vários atos e confrontos foram contabilizados. Iremos, por ora, apenas pontuar historicamente a participação da resistência dos estudantes neste processo.

Sua criação (UNE) está registrada desde a década de 1930, porém esteve na “ilegalidade” durante os anos de 1968 e 1978. Pois, foi através do AI-5 e a Lei de Segurança Nacional de 1969, que este período ficou marcado como “anos de chumbo”, neste período houve estado de exceção, onde havia um controle rígido sobre a mídia e a educação, e quem fosse considerado “subversivo”³³ enfrentaria a mão pesada do Estado, que castigava com prisão, tortura, assassinatos e desaparecimentos. Todo este cenário acarretou uma mudança de estratégia da UNE, pois, eram considerados subversivos e não poderiam atuar de forma “legal”.

Porém, em 1971, os estudantes conseguiram se organizar, mesmo que na ilegalidade, de forma mais estratégica, através do Movimento Universitário de Resistência à Ditadura (MURD)³⁴, suas ações eram decididas em reuniões menores e também o seu alcance foi reduzido, muitas vezes, a embates locais. Entretanto, a tentativa de trazer novamente a voz dos estudantes no embate nacional, fez com que muitos colocassem em risco a própria vida em prol do reagrupamento nacional e dos diretórios acadêmicos. Foi somente em 1979 que houve uma abertura na política do Regime Militar, num Congresso em Salvador ocorreu a

³³ Termo utilizado pelos militares brasileiros durante a ditadura de 1964, para designar o movimento de libertação nacional.

³⁴ PRESOS os membros do “Movimento Universitário de Resistência à Ditadura”. *O Jornal*. 23/04/1971. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

reconstrução do movimento de forma legitimada. Entendendo temporalmente a agência do Movimento de estudante voltaremos para a compreensão dos fatores que acarretaram a Reforma Universitária³⁵.

Os “excedentes”, como eram chamados os que passavam no vestibular e não conseguiam ingressar, pressionavam cada vez mais o governo, de 29 mil em 1964 já ultrapassavam os 162 mil em 1969. A expansão era urgente e a ampliação dos atendidos pela universidade também. Era uma “expansão com contenção” devido às políticas econômicas vividas no período. A Reforma Universitária fixada pela Lei n° 5.540, de 28/11/68³⁶, foi uma resposta criada pelo governo Militar para conter a força que a UNE estaria tomando na sociedade. Com a luta por uma universidade menos elitista e mais democrática, o movimento ganhou incentivos nos interesses da classe média, que neste período estava focada na ascensão social e econômica através do Ensino Superior. Os “excedentes” conseguiriam visibilidade graças às táticas de protesto, nas quais os estudantes aprovados que não conseguiam as vagas, acampavam nos campus das universidades, já que se consideravam parte do corpo discente, reivindicando ampliação das vagas para efetivarem a matrícula. Isso chamou atenção da imprensa e movimentou as petições da classe média. Outro grupo que pressionou o Estado a atender a demanda e a reformar o Ensino superior no Brasil foram os professores, que reivindicavam o fim das cátedras, a autonomia universitária e mais verbas para as instituições, de modo a ampliar as pesquisas e perímetro de influência da universidade³⁷. Portanto, se iniciou um movimento em prol do acesso à Universidade Pública, conduzido por militantes, estudantes, professores e os pais dos alunos. Que reivindicavam mais vagas com a intenção de atender democraticamente a população brasileira. O Movimento ganhou força com a bandeira “mais verbas mais vagas”.

Medeiros e Castanho³⁸ apontam o movimento do Estado na educação como contraditório, pois apontava a possibilidade de ascensão através da educação, em especial a

³⁵ HISTÓRIA da UNE . Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>> acessado em 29/10/2018

³⁶ Legislação Informatizada - LEI N° 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>> acessado dia 15 de junho de 2018.

³⁷ SAVIANE, Dermeval. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES. *Poésis Pedagógica* - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.8-9

³⁸ MEDEIROS, Ruy. & CASTANHO, Sérgio. TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E EXPECTATIVAS SOCIAIS DOS ESTUDANTES BRASILEIROS: 1960-1980. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n° 55, p. 180-194, mar 2014 – ISSN: 1676-2584

educação superior, porém limitava seu acesso e priorizava a formação técnica ao nível médio, e a escassez de repasses financeiros à expansão do ensino superior público. Com todas essas considerações, segundo os autores o movimento estudantil passou a concentrar suas ações no processo de intercessão entre as expectativas individuais e as expectativas sociais. As expectativas individuais estariam ligadas às possibilidades de ascensão social e acesso à educação, já as expectativas sociais relacionavam-se com as ações políticas e as oportunidades democráticas, de modo a construir um país mais justo e menos desigual. Com a falta de canais para expressão (em virtude do Regime político), o apoio popular foi crucial na contestação dos efeitos da concentração de renda e a “exclusividade” ao acesso à educação superior. O movimento estudantil apartidário ocupou as instalações das principais universidades, ficando no controle por todo segundo semestre de 1968, culminando na reforma universitária em novembro do mesmo ano³⁹. Este movimento somado com a pressão da classe média e aliados, ao número de alunos que eram aprovados e não eram chamados pelas universidades, fizeram com que o governo de Costa e Silva providenciasse uma “Reforma” que aquietasse os ânimos.

Ao contrário do que se esperava, esta Reforma não se deu apenas através de lutas e reivindicações, também havia interesse dos industriais em reformular o ensino superior no Brasil. Na visão deles a educação teria que ser tecnicista, uma tendência Liberal oriunda dos Estados Unidos, que via a escola como instrumento para uma formação produtiva, racional e organizada, com a finalidade de constituir um indivíduo capaz de se adaptar ao mercado de trabalho com maior facilidade. Portanto, a imagem da escola deveria se parecer com uma empresa produtiva e eficaz. Dentro desta concepção, o papel da escola teria que ser o de transmissão e de assegurar a recepção das informações, para tanto o modelo de aprendizagem estaria ligado a prática. O professor, apesar de responsável pela eficiência do ensino, não estaria na centralidade do processo, assim como o aluno não ocuparia este lugar. A centralidade do processo de aprendizagem estaria ligada ao objeto estudado e nas técnicas de ensino que garantem a obtenção da eficiência.

Os conteúdos, no pensamento tecnicista, não precisam de um contexto ou adequação, eram vistos como regras, e facilitados com a criação de “macetes”. A educação escolar, portanto, teria a função de preparar o indivíduo para a sociedade, o tornando útil e

³⁹

SAVIANE, Dermeval. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES. *Póesis Pedagógica* - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.8

facilitando sua inserção no mercado de trabalho. Em suma, o ensino se restringiria ao emprego de técnicas e fórmulas, descartando a necessidade de justificações e explicações das teorias. A ênfase estaria no 'fazer' o professor e o aluno seriam apenas executores dentro do processo educativo⁴⁰. Na década de 1960 havia a busca por uma educação mais produtivista e tecnicista voltada para capacitação de 'mão de obra', por parte do mercado de trabalho, então, a massa que queria emergir socialmente através do Ensino Superior, foi encaminhada para faculdades privadas, transformando, assim, os alunos em 'consumidores educacionais' como afirma Martins⁴¹. Assim as políticas educacionais atenderam os grupos ligados ao Regime Militar que buscavam no ensino superior os mecanismos de atender os projetos políticos do mercado.

1.6.2 A Reforma

Apesar de a Reforma ser no Ensino Superior Público, as mudanças contribuíram para o cenário das iniciativas privadas. A Reforma estipulou a implantação do sistema departamental. Os principais pontos modificados pela Reforma foram: o vestibular unificado para racionalização no aproveitamento do número de vagas; a admissão do ingresso por área de conhecimento; o ciclo básico de ensino; a extinção da cátedra e a criação da estrutura departamental; o sistema de créditos e disciplinas; o plano de carreira do magistério superior e a pós-graduação. Se as expectativas das reivindicações dos jovens, professores e classe média eram pelo acesso democrático ao ensino superior público, uma das consequências da Reforma foi a proliferação de instituições isoladas e privadas por todo país. Isso se deu, segundo Saviani⁴², quando se inverteu o enunciado do artigo segundo da Lei 5.540, o qual permitia como exceção a criação de estabelecimentos isolados. Com esta inversão estas instituições tornaram-se a regra durante a expansão do ensino superior. Nas duas décadas anteriores a Reforma, as matrículas em Instituições privadas resultaram em 44% entre todos os ingressantes no Ensino Superior, passando para um pouco mais 60% após a Reforma. Martins⁴³ afirma que o Ensino Superior privado que surgiu em 1968 era bem diferente do que atuava anteriormente

⁴⁰ FIORENTINI, Dario. Alguns Modos de Ver e Conceber o Ensino de Matemática no Brasil. ZETETIKÉ. Campinas: UNICAMP, ano 3, n. 4, 1-36 p., 1995.

⁴¹ MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Educ. Soc., v. 30, n. 106, p. 15-35. 2009.

⁴² SAVIANE, Dermeval. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES. Poësis Pedagógica - V.8, N.2 ago/dez.2010; p. 10

⁴³ MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. Educ. Soc., v. 30, n. 106, p. 20. 2009.

à Reforma, era outra estrutura, em que se tornavam empresas educacionais e tinham objetivos nos lucros.

A Equipe de Assessoria do Ensino Superior, formada pelos militares, assinalava, em relatório sobre a situação, que era necessário o incentivo a instituições privadas, e o governo deveria assegurar auxílio, de modo a garantir vagas para os alunos com poucos recursos financeiros. Neste ponto a análise na situação da Baixada Fluminense se torna inevitável, já que estes alunos de poucos recursos financeiros eram a maior parte da população da região. Logo, o investimento na região se tornou interessante para os “empresários educacionais”, tendo em vista a instalação de três faculdades em um pequeno intervalo de tempo. Estruturava-se, nesse momento, um modelo duplamente seletivo de universidade Federal: no plano social, suas vagas passariam a ser ocupadas por um grupo restrito de estudantes dotados de razoável volume de capital econômico e/ou cultural. Já no plano acadêmico, procurava-se concretizar um elevado padrão de qualidade acadêmica, fundado na associação entre ensino e pesquisa, no interior do qual a pós-graduação exerceria um papel central. A motivação subjacente a esse modelo era preservar as universidades federais de um eventual processo de massificação⁴⁴. Por mais que a reforma possa ter contribuído em alguns setores do ensino superior, a tentativa de isolar as massas em universidades privadas é um embate até os dias atuais, no qual as cotas em instituições públicas são questionadas. As ações afirmativas se tornaram alvos de apontamentos por parte da elite que, após a expansão do ensino superior nos anos 2000, se vê compartilhando os espaços com pessoas de todas as classes e raças, um ambiente antes predominantemente elitista e branco.

A UNE lutava por uma universidade menos elitista, pelo fim da cátedra vitalícia, admissão de professores através de concursos públicos e por currículos atualizados, nesta luta o movimento idealizou diversas palestras e seminários sobre a proposta de reforma. Antes do golpe civil-militar a UNE era vista como mais uma força de esquerda, tentando implantar um regime comunista no país. O que teria mudado na postura da classe média em meio às reivindicações da UNE? ⁴⁵ Temos como ponto de partida para esta análise a obra de

⁴⁴ MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, v. 30, n. 106, p.23 . 2009

⁴⁵ ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. *A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências*. São Paulo: Moderna, 2002.

Thompson ⁴⁶ “Costumes incomum”, mais especificamente dois capítulos a “Economia Moral” e a “Economia Moral Revisada”. Como toda obra, estes capítulos do historiador britânico nos auxiliam na formação teórica dos pressupostos apresentados até aqui. Para falarmos de movimentos sociais suas obras estão diretamente ligadas e se faz necessário um breve levantamento dos principais pontos e é o que faremos em seguida. O texto trata de um movimento ocorrido na Inglaterra no século XVIII, que foi provocado a princípio apenas pelo aumento do preço da farinha. Porém, ele mostra que as reivindicações não eram reativas a um problema cotidiano, mas que estavam ligadas aos seus costumes e que feriam sua moral. Ao inviabilizar, os com menos recursos, a ter acesso ao pão, os comerciantes feriram o “consenso popular”, sobre como deveria ser conduzida as ações dos comerciantes. Os “motins de fome”, como eram conhecidos, estavam lutando por um costume, esse que só era fonte de motivação quando de alguma forma lhes favorecessem. No capítulo de Introdução do mesmo livro, podemos observar que a cultura popular estava diretamente ligada aos costumes cotidianos, e que às leis e ordens (Igreja e Estado) aplicadas aquela sociedade só teria apoio e consolidação popular, caso as mesmas favorecessem ou respaldassem suas crenças e costumes. Com esta visão Thompson⁴⁷ critica leituras historiográficas, que indicam que as massas não eram agentes ativos históricos, por não possuírem pertencimento de classe, não poderiam se organizar para lutar por um problema incomum. Não seria então este o ponto em que os estudantes encontram respaldo e apoio de vários setores da sociedade, incluindo professores e classe média?

Por que, mesmo que o Regime tenha tido o apoio de boa parte da população, não impediu que as massas se organizassem para reivindicar, incluindo boa parte da classe média? Porque para eles, isto era algo essencial. A falta de uma educação democrática feriria seus direitos básicos. Logo a preocupação de atender essas reivindicações por parte do Estado, estava ligada em acalmar os ânimos e retomar o controle. Eles sabiam que a UNE não se calaria, pois, a reforma, apesar de ter pontuado fatos importantes para a luta dos estudantes, não favorecia os menos afortunados, e continuaria a perpetuar o acesso restrito a elite nas melhores universidades. O AI 5 então, se fez útil para jogar na ilegalidade os movimentos sociais, incluindo a UNE. Portanto, encontraram uma forma de silenciar os dois lados, a classe média que se viu satisfeita, por hora, e a UNE que não poderia seguir com a mesma força, tendo seus

⁴⁶

THOMPSON, E.P, Costumes em comum. Companhia das Letras, 1998

⁴⁷

THOMPSON, E.P. Costumes em comum, Economia moral revisitada. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Pp. 203-267 (“).

participantes diluídos em outros movimentos⁴⁸. As obras do historiador britânico não só impactaram nas pesquisas atuais sobre os fatos, mas também diretamente aos fatos coevos à sua chegada no Brasil. Rebecca Abers e Marisa Uon Bülow após apresentarem duas linhas de pesquisa histórica sobre os movimentos sociais concluem que nas décadas de 60 a 80, possuíam forte influência do marxismo, e mais especificamente o marxismo britânico, que via nos movimentos sociais legitimidade e instrumento de transformação dos meios sociais⁴⁹.

Uma das razões para a Reforma de 68, para o plano militar de “grande potência”, era o desafio de superar a institucionalidade do ensino superior brasileiro. Apesar do apoio ao Regime Militar, a classe média se viu no meio de uma crise da universidade pública. Este fato se deu pela gradativa exclusão das classes médias nas pautas da política econômica do Estado, principalmente os extratos inferiores que sentiram o impacto da contenção das verbas na educação e na estagnação do número de vagas nas Universidades Públicas. Resultando na visualização de sua condição de “excluído” do ensino universitário, que era sua principal via de ascensão. Diante da instabilidade educacional, se aproximou da oposição tornando a implantação do plano militar menos viável, portanto a Reforma se tornaria emergencial. Mesmo com o “milagre econômico” gerado pela liquidez internacional e reestruturação do sistema financeiro público e privado através da reforma Campos e Bulhões, ainda sim o percentual dos gastos do MEC foram reduzidos, comparando com os anos anteriores. Isso se deu pelo esforço que priorizava o setor de infraestrutura em detrimento das políticas sociais.⁵⁰ O Governo se via pressionado a tomar alguma atitude, ele precisava acalmar os ânimos da classe média e ainda sim conseguir atender os empresários e industriais que apoiavam o regime político.

A solução para atender a demanda sem gerar “ônus” para o governo seria então a abertura para a iniciativa privada. Era necessário investir no setor, para tanto, incentivos fiscais foram gerados para aquecer os investimentos na área. A Lei nº 5.172/66⁵¹ que engendrou

⁴⁸ ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências. São Paulo: Moderna, 2002.

⁴⁹ ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?. Sociologias, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, Dec. 2011

⁵⁰ CARVALHO, C.H.A.de. *Reforma Universitária e os Mecanismos de Incentivo à Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil. (1964-1984)*. 2002

⁵¹Lei nº 5.172/66 disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm> acessada 12 de agosto de 2018

o Código Tributário Nacional instituindo a isenção de impostos sobre renda, patrimônio e os serviços para instituições de ensino de qualquer natureza. Com isso a especulação de investimento na área educacional aqueceu empreendedores ligados a educação, acelerando o surgimento de instituições nos anos subsequentes. Existiam requisitos restritivos para que estas instituições se enquadrassem nos termos da lei e recebessem a imunidade tributária, entre eles estavam a não distribuição dos lucros; aplicação integral, no país, dos recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e manter escrituração contábil regular. Apesar dos requisitos a maioria das instituições conseguia usufruir do benefício. Uma das exigências para receber a isenção era destinar partes das vagas a alunos bolsistas de baixa renda, porém essa política não dava conta da permanência do aluno na instituição, tendo em vista os custos de manter uma graduação além das mensalidades, boa parte dos ingressos não conseguiam terminar os estudos. A Renúncia Fiscal representou a redução dos custos fixos das instituições, proporcionou a ampliação de estrutura, assim oferecendo mais cursos e vagas, por outro lado, o estreitamento da iniciativa com a arrecadação tributária pode ser visto como uma transferência indireta de recursos financeiros a instituições privadas ⁵².

1.7 Mensalidades no Ensino Superior Público x Financiamentos nas instituições privadas.

Um dos pontos polêmicos das discussões em torno da Reforma e do Ensino Superior durante as décadas de 60 e 70, foi a questão da gratuidade nas Instituições Oficiais (Públicas) de ensino superior. Muitos debates foram feitos por teóricos, reitores e administradores públicos, acerca da necessidade de cobrança de taxa para alunos (em primeiro momento) que possuíssem poder aquisitivo compatível com o custo de um curso superior, para sanar as questões orçamentárias da educação superior no Brasil. Várias reportagens mostraram o movimento dos Reitores das IES Públicas em busca de apoio político para a implantação de taxas semestrais nas universidades, alegando dificuldade financeira e injustiça social. Essa injustiça social era descrita, por que, ao deixar de cobrar taxas para um aluno que possuía condições de fazê-lo, diminuiriam o investimento para que mais alunos de baixa renda possam

⁵²

CARVALHO, C.H.A.de. *Reforma Universitária e os Mecanismos de Incentivo à Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil. (1964-1984)*. 2002

estudar sem ônus algum. Esse discurso, que defendia que quanto maior a arrecadação maior seria a expansão no acesso se sustentou por muito tempo. Porém, já em meados dos anos 70, era abertamente defendido a cobrança de taxas para todos, sob justificativa de que não teriam como controlar quem poderia receber o “benefício” de estudar gratuitamente e quem deveria pagar. Além de que após formados todos teriam a mesma profissão, então a diferença de classe não afetaria suas vidas a partir da formatura. Inevitavelmente esse discurso ganharia oposição de boa parte da população e dos estudantes, que apesar do desmonte a UNE ainda se organizavam em grupos menores e descentralizados e neste período (com o Ministro da Educação Ney Braga 74 – 79) já estava em pauta o retorno de diretórios acadêmicos e representantes estudantis (sob supervisão).

O relatório de Meira Mattos ao MEC, em abril de 1968, reforçou o ideário, que rondaria as discussões no fim da década de 60 e por toda a década de 70, de uma cobrança de anuidade nas universidades públicas. Meira Mattos não é só mais um nome em meio aos que defendiam tais medidas, Coronel De infantaria era comandante do batalhão da Guarda Presidencial, comandou a invasão de militares no parlamento, acarretando o fechamento do mesmo. Já em 1967 foi nomeado pela presidência da República a presidir uma comissão, que teria como escopo estudar e elaborar uma solução para bloquear as atividades do movimento estudantil. Para tanto, o relatório descreveu que a ação necessária seria o fortalecimento dos grupos de estudantes favoráveis ao Regime, seriam os defensores da “democracia” lutando contra os opositores que estavam ligados ao Partido Comunista, como afirmava Meira Mattos⁵³.

No relatório, além de apontar o plano de contenção do movimento estudantil, Meira Mattos se permite a fazer apontamentos acerca da modernização do ensino superior. No relatório dirigido ao MEC Meira Mattos, não escondeu que fazia parte dos defensores do fim da gratuidade, observamos de forma manifesta nestes trechos:

[...] pareceu conveniente à Comissão que fosse adotado, pelo MEC, um critério uniforme de cobrança de anuidades escolares para matrícula nos estabelecimentos oficiais de ensino superior”. (RELATÓRIO MEIRA MATTOS, 1968, p.203)⁵⁴.

⁵³
ed. São Paulo: Cortez, 1994. p128

GERMANO, José W. Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985). 2.

⁵⁴

RELATÓRIO MEIRA MATOS. Revista Paz e Terra, Rio de Janeiro n. 09,

[...] *Com relação ao ensino superior que, no Brasil, vem sendo ministrado gratuitamente, ao contrário do que sucede em outros países mais adiantados, onde só o ensino primário e o ensino médio o são, pareceu aconselhável, à Comissão, que medidas viessem a ser implantadas no tocante à cobrança de taxas daqueles que estão em condições de arcar com a responsabilidade do custeio de seus cursos superiores, tudo de conformidade com os preceitos constitucionais”* (Ibidem, p.206).

[...] *Só por utopia ou má fé se pode defender, num país de economia fraca como o Brasil, a gratuidade do ensino em todos os graus. O princípio de igualdade de oportunidade só será válido quando aquele que puder pagar o ensino o fizer a fim de que os poucos recursos restantes possam ser empregados em benefício do maior número possível dos desfavorecidos pela fortuna, isto sim será justiça social implantada na educação. A conscientização desse entendimento é indispensável à efetivação do princípio democrático fundamental de “igualdade de oportunidade.”*(Ibidem, p.225).

Na concepção de Meira Mattos, o fato do Brasil ser um país de economia “fraca” seria a determinante para que a educação superior pública cobrasse taxas dos alunos, porém a lógica não deveria ser inversa? Já que a educação poderia alavancar um desenvolvimento no país com uma 'mão de obra' de qualidade no mercado. Caminhando no mesmo sentido de Meira Mattos o Conselho Federal de Educação, com uma produção doutrinária, avançando para a implantação do ensino superior público pago.

Outros grupos também traziam um direcionamento quanto a Reforma no ensino superior durante o governo militar. Por exemplo, no Jockey Club Brasileiro, no Rio de Janeiro, em novembro de 1968 houve um Fórum denominado “A Educação que nos Convém” organizado pelo IPES. Este evento reunia figuras de grande expressão, tais como: Roberto Campos; Mário Henrique Simonsen, Fernando Bastos D’Ávila, entre outros. Este fórum tinha

p. 203, 1969.

por objetivo coordenar a Reforma universitária, de modo a desmobilizar o movimento estudantil, no fórum pontuaram que a educação essencialmente teria que “guiar” a juventude para seu tempo, ensinando-lhes obediência ao programa de desenvolvimento social da “empresa brasileira”. Germano ainda completa sinalizando que a burguesia, durante o Regime Militar, fora encontrando espaços na administração pública, opinando e interferindo nas decisões do Estado. O autor chama de “privatização das decisões”, em outras palavras, houve uma invasão no Estado por grupos privados, como, por exemplo: empreiteiras, bancos e indústrias. Que conspiraram com o projeto nacional dos militares, que transformaram o aparelho estatal numa máquina de fraudes e corrupções, servindo aos interesses privados.⁵⁵

A Reforma Universitária esquentou os debates durante toda a década de 1960, o medo da população que seria prejudicada em contraponto os reitores que contavam com isso para o financiamento dos gastos das instituições⁵⁶. De modo a reduzir as tensões no meio acadêmico e garantir o apoio da classe média a Reforma Universitária, o governo optou pela permanência do ensino gratuito no nível superior, porém as investidas dos interessados pelas cobranças permaneceram durante toda a década de 70⁵⁷, sempre gerando debates quanto ao acesso e permanência de alunos de baixa renda na universidade. A permanência da gratuidade não se deu pela constitucionalidade, mas devido as lutas e reivindicações dos segmentos sociais como os professores, estudantes, intelectuais e trabalhadores.

Ney Braga, político atuante no Paraná e Ministro da Educação durante os anos de 74 – 79 teve sua gestão no Ministério, marcada pelos debates acerca da gratuidade nas IES públicas e o Crédito Educativo ⁵⁸, esse último uma ação em busca da legitimação do ensino privado no Brasil. A figura política de Ney Braga ainda é uma das mais emblemáticas do período ditatorial, amigo de figuras importantes na História brasileira, desde os tempos da escola militar, como Castelo Branco e Geisel, sempre esteve presente nos debates políticos de

⁵⁵ GERMANO, José W. Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985). 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. p.86

⁵⁶ FONSECA, Dirce Mendes da. O Pensamento Privatista em Educação. Campinas: Papirus, 1992

⁵⁷ TELLES, Adilson. Panorama escolar. Luta Democrática RJ. 13 de maio de 1979. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=universidade%20paga&pasta=ano%20197>> acessado 29/10/2018

⁵⁸ UNIVERSITÁRIO só paga estudos após formatura. Diário de Notícias, RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=Ney%20braga%20+%20credito%20educativo&pasta=ano%20197> acessado em 29/10/2018

seu tempo. Além de ter sido o primeiro governador do Paraná eleito democraticamente nos anos 50, foi Deputado Federal, senador e ministro de várias pastas, neste trabalho nos ateremos a comentar sua passagem pelo Ministério da educação e cultura — MEC — no período de governo de Geisel. Entre suas participações no meio político foi um dos indicados a sucessão de Castelo Branco, porém a posição foi ocupada por Costa e Silva, com quem não tinha boa relação. Ney Braga sempre teve um discurso progressista e defendia a liberdade de expressão, porém apoiou o golpe militar, mesmo tendo discursado tempos antes a necessidade de evitar um possível golpe na democracia brasileira. Um balanço trazido por ele durante sua gestão no MEC afirmava que, após dois anos da administração dele, os recursos para educação havia quase triplicado, passando de 9 bilhões em 1965 para 25 bilhões em 1974, o número de alunos no segundo grau teria um aumento de 50% nos últimos 5 anos. Também relatou que a criação do conselho Nacional de pós-graduação, feita por ele, teria gerado 121 novos cursos nas instituições de ensino superior. Finalizou sua apresentação enaltecendo a implantação do Creduc em fevereiro de 1976, mostrando que até 1979 o governo canalizaria cerca de dez bilhões de cruzeiros em atendimento ao universitário carente de recursos financeiros. Ney Braga, apesar de ter sido fielmente contra o AI-5, ter defendido a volta dos diretórios acadêmicos, e sempre discursar a favor da liberdade de expressão, foi um nome envolvido em todo o governo do regime militar, por muitas vezes sendo o homem de confiança do presidente da república.

Após as políticas de isenção fiscal e distribuição de bolsas, o governo Militar mais uma vez interveio no cenário da educação superior privada através do Programa Crédito Educativo chamado de PCE e também de Creduc (efetivado por Ney Braga), implantado no primeiro semestre de 1976 nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e estendendo-se para todo país no segundo semestre do mesmo ano. Seu escopo principal era o financiamento das taxas e mensalidades nas universidades privadas para facilitar o acesso dos alunos de baixa renda. O aluno após o crédito aprovado em um dos bancos parceiros do programa (Caixa Econômica e Banco do Brasil) estudaria todo o curso recebendo repasses mensais ou semestrais no valor das mensalidades e taxas pagas às instituições, e começaria a pagar somente um ano após a formatura. Além desses bancos, o convênio era firmado pelo Conselho Federal de Educação e o Banco Central. Os juros cobrados eram de 15% ao ano sem correção monetária, dessa porcentagem, 12% destinava-se ao lucro da financiadora e 3% apenas era recolhido para

o Fundo de Risco do Programa. Já outro programa em funcionamento desde 1966, através do Decreto Nº 57.870, de 25 de fevereiro, o Programa Especial de Bolsas de Estudo o PEBE,⁵⁹ contemplava com financiamento dos estudos de nível superior os sindicalistas e seus dependentes. A diferença desse programa, que além de pioneiro, ele não cobrava a taxa de juros de 15%, sendo isento o aluno de qualquer juros na hora do pagamento. Observamos que na necessidade de suprir a demanda por ensino superior público o governo estava sempre focado em políticas que facilitassem a ampliação da clientela destinada ao ensino privado. É certo que houve investimentos nas IES públicas, porém o impacto em números reais foi gerado através das instituições privadas e as políticas que as favoreciam. Germano⁶⁰ contribuiu mais uma vez para esta temática, ao analisar o impacto de tais medidas, para ele ocorreu um desfavorecimento na implantação das instituições de ensino superior privado, pois, o aluno pagaria para ter um diploma, que o autor considera, de segunda categoria. Desta forma, a elite financeira do país ficaria com o caminho “facilitado” ao acesso no ensino superior público, pois o mesmo utilizava processos seletivos rigorosos, no qual a burguesia teria maior possibilidade, dado seu capital cultural e qualidade da educação escolar.

Um ponto a ser observado seria as diversas propagandas das universidades em torno do Crédito Educativo, o interesse por atrair os alunos provenientes do “benefício” traz um discurso de urgência em suas propagandas. Podemos entender esse interesse em atrair esses alunos em duas partes, a primeira seria a garantia de pagamento, já que o aluno receberia os valores, direto do governo e, caso não passasse a instituição, o repasse era cortado. Há denúncias até que instituições receberam taxas de matrículas e administrativas dos alunos de forma ilegal, antes do período que iniciava o financiamento sob a justificativa de garantir a vaga, e não ressarcia o aluno quando essas taxas eram recebidas do governo (A SESNI foi uma das denunciadas)⁶¹. Em alguns casos a instituição recebia diretamente do governo

⁵⁹ FINANCIAMENTO de cursos superiores. Jornal dos Sports. RJ. 07 de out de 1979. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=112518_04&pasta=ano%20197&pesq=financiamento%20de%20cursos> acessado 29/10/2018.

⁶⁰ GERMANO, José W. Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985). 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. p 128

⁶¹ UNIVERSIDADE, expansão e evolução. Jornal do Comercio, AM. 12 de jul de 1975. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=universidade%20+%20expans%C3%A3o+%20de%20julho&pasta=ano%20197> acessado em 29/10/2018

ampliando ainda o fator de confiança. Outra questão era que o financiamento com o sistema de bolsas para pessoas de baixa renda era obrigatório para o recebimento dos incentivos fiscais, portanto mais vagas foram disponibilizadas para o público geral, colocando a instituição privada em uma busca “capitalizada” por alunos. Esses dois fatores podem ter sido incentivadores para que as instituições se desdobrassem em uma busca por alunos que se enquadrassem no programa, chegando a 105 mil inscritos no primeiro ano nas regiões pioneiras⁶².

Além da denúncia na questão da cobrança das taxas por parte da instituição, o PCE também recebia outras acusações, principalmente pela parte dos estudantes⁶³. Os alunos de baixa renda foram opositores ao programa, tendo em vista o tempo de carência de apenas 1 ano. Segundo as reivindicações, seria insuficiente para que um aluno de situação financeira vulnerável conseguisse se empregar e estruturar sua carreira a tempo para o início das parcelas, obrigando a muitos procurarem “subempregos” para que pudessem arcar com a dívida, por que, caso não conseguissem cumprir com os prazos iriam para dívida ativa da União. Outro ponto questionado pelos estudantes é que tal medida foi uma forma de acabar com as bolsas e obrigar ao estudante a pagar pelo ensino superior. Já que as medidas sempre eram voltadas para o ensino privado, os alunos de baixa renda que queriam ingressar no ensino superior teriam que se endividar para tal, pois, as vagas para as IES públicas continuavam escassas. E, por fim, a falta de uma bolsa permanência em que auxiliasse o estudante no transporte e na alimentação, a iniciativa do crédito federal não garantiria a manutenção desse estudante, resultando no abandono ou mal desempenho nos estudos.

Para finalizar esse tema iremos nos basear em um artigo publicado no Jornal do Commercio RJ, em 04 de dezembro de 1974, com o título de “Pobre leva desvantagem no vestibular.”⁶⁴ Ney Braga designa um grupo de trabalho para mapear a situação do 2º grau no Brasil, com o questionamento se na escola se ensina o que é cobrado nos vestibulares. Para

⁶² QUEIROZ, V. DE. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do CREDUC. Universidade e Sociedade (Brasília), v. 55, p. 44–57, 2015.

⁶³ CONVÊNIO MEC-CEF é forma de comercializar estudo. Tribuna da Imprensa. RJ. 06 de fev de 1976. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_03&pasta=ano%20197&pesq=mec+cef> acessado 29/10/2018.

⁶⁴ POBRE leva desvantagem no vestibular. Jornal do Commercio, RJ. 04 de dez de 2018. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=Torquato%20jardim&pasta=ano%20197> acessado em 30/10/2018

fundamentar este questionamento levantou-se a temática dos cursinhos pré vestibulares, que para os alunos mais abastados seria fácil a contratação de um de qualidade, porém alunos de baixa renda teriam dificuldades para arcar com uma dívida assim. Então Ney Braga sugere que seria possível transformar o último ano do 2º grau em um cursinho de “adestramento”⁶⁵ para tentar igualar as condições de entrada desses jovens na universidade pública. Na contramão desse pensamento o diretor do DEM (Diretoria de Ensino Médio) Torquato Jardim acreditava que o ensino médio no Brasil era de ótima qualidade, o problema seria que os vestibulares cobravam conteúdos que não estavam dentro do programa do ensino secundário, portanto cabia aos vestibulares se adequarem. Sua indignação contínua na forma com que as provas são formuladas, acreditando ele que múltipla escolha seria a loteria das universidades, e a correção por máquinas uma forma incompetente de realizá-la. Então Torquato defendia provas discursivas, com o conteúdo adequado para o currículo do ensino médio e a correção feita por um professor. Nesse ponto entra outro questionamento, como seria possível um professor corrigir 7 mil provas, por exemplo, a resposta que ele encontrou era a diminuição do número de candidatos através do acréscimo de outras etapas no processo seletivo. Ele dá o exemplo da análise curricular do candidato, mostrando sua trajetória na escola. Para ele assim só faria a prova quem realmente merecia uma vaga, deixando de fora os “aventureiros”, esses “aventureiros” eram alunos dispostos a cursar qualquer curso de modo a conseguir um diploma de nível superior. Caso essa ideia fosse considerada e levada a oficialidade, certamente a segmentação de classe dentro das universidades estaria ainda mais latente.⁶⁶

Torquato Jardim ainda conclui seu discurso mostrando que caso o projeto de pré-vestibular fosse concretizado, ainda sim os primeiros continuariam sendo os primeiros dentro da Universidade. Ele embasa esse argumento na questão do ritmo de estudo, que por muitas vezes um aluno que precisa trabalhar, não consegue seguir. Já um aluno “acostumado” com um ritmo mais pesado de estudos continuaria se destacando. A solução trazida por ele seria um ensino médio de qualidade que preparasse o aluno para o mercado de trabalho, e depois de suas experiências escolhessem um curso que tinha a ver com suas habilidades, podendo ser,

⁶⁵ Linguagem usada na reportagem.

⁶⁶ POBRE leva desvantagem no vestibular. Jornal do Commercio, RJ. 04 de dez de 2018. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=Torquato%20jardim&pasta=ano%20197> acessado em 30/10/2018

sem problemas, a universidade privada seu destino. Esse pensamento de uma educação tecnicista marcou esta geração, na busca por atender o mercado, um empregado com ensino superior custaria mais para empresa. Neste cenário se a camada popular entrasse no mercado apenas no fim da graduação, a faixa salarial teria que ser aumentada e a disputa ficaria mais acirrada. Por tanto o discurso da meritocracia ao analisar currículo escolar e diminuir a concorrência dos vestibulares era uma forma de segregação social, motivada pela defesa de seus interesses. Ney Braga não sustentava este discurso, sua preocupação era uma forma mais igualitária de concorrência, para tentar amenizar os impactos da má qualidade do ensino básico público na educação superior. Porém, suas iniciativas não surtiram tanto efeito, fazendo com que as universidades públicas fossem frequentadas em 70% por alunos com condição financeira privilegiada.

Contudo, a transformação do ensino privado, de perfil empresarial, legalizado pelo jogo livre do mercado, transformaria um direito da cidadania moderna em um privilégio individual, tornando sua clientela em consumidores de produtos educacionais, instituindo custos financeiros pesados e humanos a uma parte expressiva dos seus estudantes⁶⁷. É neste cenário que a Baixada Fluminense se encontrava, os cursos como Medicina, Direito e Engenharia chegariam nas IES Privadas em busca de saciar as reivindicações das “elites locais”. Estes cursos excluía ainda os populares, que continuavam a ver uma Universidade pública longe de suas aspirações, e suas possibilidades financeiras restringindo seu acesso a cursos voltados para a necessidade do mercado. Fatores amenizados com as políticas públicas dos anos 2000, que se destacaram pelo programa denominado REUNI de 2007 com a intenção maximizar as políticas que favoreciam a democratização do ensino superior público no país, através do decreto Presidencial 6.096. Uma sequência de medidas e reformas desde o início dos anos 2000, abriram portas e democratizaram o acesso ao ensino superior, através de financiamento estudantil, bolsas, cotas e aumento de vagas, atualmente tais avanços estão em risco e os estudos sobre da história da educação nos auxiliam a dimensionar os avanços, e projetar os desafios a serem enfrentados de modo a democratizar o acesso ao Ensino Superior⁶⁸. Então a população

⁶⁷ MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, v. 30, n. 106, p. 20. 2009.

⁶⁸ SEBIM, Charlini Contarato. Representações Sociais do ProUni: (Sobre)vivências no ensino superior. 2008. Dissertação de Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, UFES

da Baixada Fluminense recebeu, somente, na primeira década dos anos 2000 as universidades federais, o que de fato facilitou a inserção da população local ao ensino superior, algo até então, visto como distante não só em localização geográfica mais também dentro das possibilidades sociais que os estudantes se encontravam. Porém, ainda se sente os reflexos de uma educação voltado para o mercado de trabalho, que transformam os estudantes em clientes educacionais e promovem o ensino técnico e mercadológico para os jovens dos bairros e cidades entorno das Universidades instaladas na região fluminense.

As reivindicações por uma universidade pública, um acesso democrático e livre da dominação de uma única parcela da sociedade, se estende até os dias atuais, historicamente no Brasil se estendeu durante todo o século XX. Durante este percurso notamos ciclos repetitivos no posicionamento do Estado quanto a responsabilidade de oferecer um ensino público, democrático e laico, passando por momentos de agência pública do Governo em prol de proporcionar uma ampliação de ofertas educativas, e em outros momentos uma contingência ao máximo da responsabilidade de oferecer as oportunidades no ensino superior, transferindo diversas vezes essa ação para as mãos das instituições privadas. Nesse jogo da “batata quente”, regiões periféricas como a Baixada Fluminense, a população sofre pela falta de oportunidades de entrar no ensino superior, quando não, a falta do apoio à permanência no mesmo. A instalação de Instituições do ensino privado na região, por um lado foi um paliativo das necessidades locais, atendendo uma parcela da sociedade. Em um ponto de vista macro, foi a inicialização da agenda educacional de nível superior na região, um marco que não pode ser desconsiderado, além da importância nas dinâmicas locais. Tais iniciativas foram decorrentes de um plano maior, um plano nacional, a história “protagonizada” por agentes sociais locais fora o resultado de muitas lutas sociais, de políticas públicas pensadas no desenvolvimento da educação nacional, políticas econômicas voltadas para a agenda do governo, e respostas a reivindicações sérias e importantes para o desenvolvimento do país.

Se a Reforma Universitária não atendeu a todos os nichos que reivindicavam a favor da Universidade, isto não anula as partes afetadas, independente se de forma positiva ou negativa. Portanto, a Reforma Universitária de 1968; as ações governamentais durante o Regime Militar; a militância nacional por educação superior; as políticas públicas voltadas para a educação, as medidas de contingência dos movimentos estudantis e os debates nacionais acerca da educação contribuíram para o surgimento de uma agenda no âmbito municipal a favor

da implantação de universidades, atendendo uma necessidade não só local, mas difundida em todo território nacional. Desta forma interpretamos as medidas que implantaram as instituições de ensino superior no país com uma política pública, por atender a agenda da emergência social, principalmente no âmbito da educação, uma área ainda muito precária nas regiões de periferia como é a Baixada Fluminense.

Capítulo II

As Instituições de Ensino Superior na Baixada Fluminense e as dinâmicas educacionais e políticas de Nova Iguaçu durante o Regime Militar.

2.1 Breve histórico da região fluminense e seu sistema de educação no século XX.

A decadência da produção de laranja e o projeto de criação de um cinturão verde para o Rio de Janeiro são dois temas recorrentes na historiografia sobre a Baixada Fluminense. A importância da citricultura para a região e para o Estado do Rio de Janeiro é algo indiscutível, já comprovado por diversos estudos que analisaram a representatividade da produção da região em relação aos valores totais da exportação nacional de laranjas ⁶⁹. Simultaneamente ao ápice da produção de laranja, diversas políticas públicas voltadas para o saneamento da Baixada, muitas delas buscando estabelecer um cinturão verde no recôncavo da Baía de Guanabara, proporcionaram uma interessante dinâmica de investimentos na região ao longo do século XX ⁷⁰. Vale ressaltar que muitos citricultores e proprietários de chácaras e fazendas da Baixada Fluminense, mesmo não se enquadrando necessariamente neste discurso do cinturão verde — muito propagado ao longo da década de 1930 pelo governo Vargas — eram beneficiados com as obras de saneamento. A região era extremamente alagadiça e insalubre, com a ocorrência de diversas doenças. Desse modo, ainda que indiretamente, estas obras impulsionaram sobremaneira a produção local de laranja.

Neste bojo, convém destacar a construção de um lugar de memória bastante atrelado ao 'tempo áureo' da laranja, sobretudo na cidade de Nova Iguaçu, que chegou a ostentar o cognome de 'Cidade Perfume', em uma alusão ao aroma dos frutos nos laranjais⁷¹. Primeiramente, há o equívoco de estender a toda a Baixada Fluminense questões mais restritas a alguns dos seus municípios, como ocorre com a questão da laranja em Nova Iguaçu. Além

⁶⁹ PEREIRA, Waldick. *Cana, Café & Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV; SEEC-RJ, 1977

⁷⁰ SOUZA, Marluça Santos. *Escavando o Passado da cidade: História da Cidade Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2002.

⁷¹ ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *Arcadianos e os usos do passado: uma análise do projeto histórico-cultural da Arcádia Iguaçuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970)*. *Intellèctus* Ano XIII, n. 1, ISSN: 1676-7640, 2014.

disso, essa própria questão da citricultura necessita ser mais problematizada. Estudos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas décadas de 1950 e 60, por exemplo, ainda destacavam a importância da produção local de laranjas para a exportação, inclusive apontando investimentos no setor, considerado como lucrativo, por tanto a memória criada ao tempo áureo interrompido bruscamente pela Segunda Guerra Mundial, nos parece falha⁷². Outra questão interessante é que, apesar do conflito mundial, a Inglaterra aumentou o fluxo de importação do fruto, na época, o suco de laranja fazia parte, inclusive, das refeições das crianças nas escolas inglesas. Outro elemento importante para ponderarmos a crise da citricultura durante a Grande Guerra são as *packing houses*, casas utilizadas para o beneficiamento dos frutos (entre eles, a laranja). Em 1938, por exemplo, o governo brasileiro instalou duas *packing houses* no país, uma delas justamente em Nova Iguaçu localizada na Baixada Fluminense, visando atender às exigências do mercado europeu. Nessas casas as laranjas eram lavadas, polidas e separadas, aumentando o valor agregado ao produto. Posteriormente, observamos a instalação de dezenas de *packing houses* na Baixada Fluminense, seja durante a Segunda Guerra Mundial ou mesmo nos anos posteriores ao conflito⁷³.

A partir deste panorama, um questionamento logo se tornou inevitável: por que investir no melhoramento do fruto para exportação, se a guerra teria inviabilizado o comércio exterior brasileiro em relação à laranja? Ressalto que, no caso da indústria têxtil brasileira, o período da guerra é considerado como áureo, justamente pela intensificação da exportação de tecidos para a Europa, África e América Latina⁷⁴. O argumento de uma acelerada transição 'da laranja ao lote', logo após a crise da laranja, denotando que a Baixada Fluminense teria se transformado em 'cidade-dormitório', aumentando consideravelmente sua população e sofrendo com a 'febre de loteamentos' das antigas fazendas, nos parece desconectado das múltiplas experiências dos moradores da região. Observamos que a região passava por um processo singular de urbanização, em que a transformação das chácaras por loteamentos e indústria se fez de forma lenta e gradual, e não uma ruptura drástica entre as chácaras e

⁷² SANTOS, Ruth Lyra, GEIGER, Pedro Pinchas. Notas sobre a evolução da ocupação na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia. N°3-. 1954.

⁷³ MELBERG, Ricardo . EM BUSCA DA EXCELÊNCIA: OS PACKING HOUSES E SUA DINÂMICA COM À CITRICULTURA IGUAÇUANA NOS ANOS 30, 2016. Disponível em < https://pinba.files.wordpress.com/2016/07/4_em-busca-da-excelencia.pdf> Acesso em: 13 de out. 2016.

⁷⁴ RIBEIRO, Felipe. Memórias da Moscouzinho: os tecelões de Santo Aleixo e a trajetória de Astério dos Santos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 184p.

propriedades agrícolas para loteamento e urbanização precária.

Neste sentido, gostaríamos de destacar alguns estabelecimentos industriais, de grande porte, que se instalaram na Baixada Fluminense, ao longo da década de 1940, muitos deles beneficiados, direta ou indiretamente, pelas obras de saneamento ligadas ao projeto de “cinturão verde”, que atraiu diversos investimentos industriais para a região. Como exemplos iniciais de análise temos a Fábrica Nacional de Motores (FNM) instalada 1944 no distrito de Duque de Caxias, até então pertencente à Nova Iguaçu. Além de uma fábrica de laminação de ferro (BRASFERRO) 1942, também em um distrito de Nova Iguaçu, Mesquita e no terreno ao lado se instalou em 1944 a PUMAR, fábrica de guarda-chuvas que chegou a ser a maior exportadora do produto da América Latina. Portanto, observamos que a região passava por um processo singular de urbanização, em que a transformação das chácaras por loteamentos e indústria se fez de forma lenta e gradual, contradizendo um discurso de ruptura abrupta, em uma troca rápida entre chácaras e propriedades rurais para lotes e indústrias.

Essa dinâmica foi retratada no campo educacional por Amália Dias⁷⁵ em sua tese de doutorado pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Seu trabalho contribuiu para a literatura sobre história da educação nacional, sobretudo as dinâmicas sociais e singularidades da região fluminense, trazidas no trabalho, nos ajudam a entender a formação social e as dinâmicas escolares no município de Nova Iguaçu, entre os anos de 1916 – 1950. A compreensão de território como algo além dos seus limites geográficos, nos proporciona a entender que para conceber o espaço social construído historicamente é necessário a análise das dinâmicas sociais, políticas, culturais, demográficas e econômicas que baseia a estrutura do local. Uma problemática enfrentada na análise é a representação sobre a hierarquização entre o urbano e o rural, pois eram interpretados como opostos, antagônicos e desiguais. Em uma região onde o 'progresso' da urbanização andava com o 'atraso' do rural, desenvolvendo uma sociedade pluralmente complexa, restringir os dois como opostos é limitar as perspectivas sociais encontradas nas fontes e literaturas a respeito da história da região. Neste sentido a obra de Amália ⁷⁶ contribuirá para nossa análise.

No fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a educação no Brasil passou a ser vista como a redenção da sociedade, tinha a missão de resolver todos os

⁷⁵ DIAS, Amália. Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950), Niterói 2012.

⁷⁶ Ibidem.p. 75

males da sociedade. O discurso de homogeneidade pregado pela administração pública é contestado por Amália, que analisa os números e percebe a disparidade na distribuição de escolas entre os distritos, sendo inegavelmente beneficiado o distrito sede onde se concentrava a população urbana. Entretanto, conclui que as experiências vividas dentro do distrito sede, o urbano e o rural, possuíam concomitantemente similaridades e diferenças de escolarização, tais como: as discrepâncias nas ofertas de escolas, níveis oferecidos, modelos e práticas pedagógicas ilustram a heterogeneidade do município iguaçuano. A análise dos mapas de frequência⁷⁷ escolar, explorados pela a autora, permitiram o apontamento da concentração das escolas públicas municipais e estaduais no distrito-sede e no distrito Iguaçu durante as décadas de 1930 e 1940, nas escolas isoladas a predominância era as que ofertavam até a terceira série do primário.

Amália ressalta que os programas educacionais da região fluminense articulavam com os projetos das esferas estadual e federal durante a “Era Vargas” (1930 – 1935), isto é, o escolanovismo ⁷⁸ ainda estava em pauta nas reformas e mudanças educacionais durante esse período. Dentro do ideário pedagógico propagado na época, a escola rural não tinha apenas o fator geográfico como determinante, havia um projeto de incorporar as diferenças locais e regionais para a formação de uma nação e de uma nacionalidade. A autora concluiu que esse processo foi marcado pela manutenção de hegemonia de dominação local, que estavam restritos a grupos econômicos e políticos muitas vezes representantes da citricultura do Estado do Rio de Janeiro. Fugindo da polarização marcada na historiografia que enrijeceu a escolarização rural e a escolarização urbana, Amália defendeu que houve integração da educação no processo de capitalização do campo, ligando a industrialização à produção agrícola.

Para dimensionar e refletir sobre o real impacto do Ensino Superior Público na região destacaremos alguns números que refletem a presença do Estado na educação básica. Considerando a implantação de três Universidades em um curto período, esta “expansão” ocorreu posterior a Reforma Universitária de 1968, quando se observou um crescimento

⁷⁷ DIAS, Amália. Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950), Niterói 2012. p. 78

⁷⁸Também conhecida como Educação Nova, a Escola Nova tem seus fundamentos ligados aos avanços científicos da Biologia e da Psicologia. Pode-se afirmar que, em termos gerais, é uma proposta que visa a renovação da mentalidade dos educadores e das práticas pedagógicas.

exponencial das unidades de IES (Instituição de Ensino Superior) privadas em todo país. No censo escolar de 1964 há apontamentos quantitativos da situação escolar da Região, consideramos os Municípios de Nova Iguaçu, que até esta data englobava a maior parte dos municípios atuais da Baixada Fluminense, e o município de Nilópolis e Duque de Caxias.

Uma primeira análise sobre o crescimento populacional, antes de entrarmos no campo educacional, é necessária. Pois, segundo dados do IBGE a população Iguaçuana saltou de 145 mil (Censo 1950) para 478 mil pessoas em 1964, no intervalo de 14 anos a população triplicou e passou de terceira maior do Estado para a maior, e de décima quinta do país para a sexta colocação (IBGE — CNE- N08)⁷⁹. Esse crescimento substancial se deu pelas ondas migratórias para o Sudeste como todo, pelas instalações industriais e loteamento da região. Tudo isso impactou, ou deveria impactar, os números relacionados às instalações de educação na Baixada Fluminense, logo, essa explosão demográfica ocorrida na década de 50 e 60, influenciou a composição educacional da Baixada Fluminense.

A origem desses migrantes, em sua maioria originária da região nordeste, já vem sendo objeto de pesquisa por vários historiadores. Paulo Fontes⁸⁰ dedicou-se a análise de uma região paulista que em muitos aspectos têm semelhança com a Baixada Fluminense. Região periférica de São Paulo, que passava um surto industrializador, com condições precárias, São Miguel Paulista recebeu milhares de migrantes na década de 50. Uma onda de pessoas em busca de trabalho e moradia compunha a migração local. A migração, que nesta década era vista como uma “passagem do atrasado para o desenvolvido”, na pesquisa de Fontes ele questiona essa visão de progresso que era atribuída a migração e a visão do rural atrasado que passava por uma “adaptação apática” na nova cidade. Ele mostra as redes sociais criadas por conterrâneos, que possibilitou a migração. Na maioria das vezes esses migrantes vinham com empregos e moradias garantidos, além da expectativa de uma qualificação profissional dentro das próprias indústrias. A escolha do local em que teria residência não era aleatória, quase sempre era pelos parentes que já haviam se instalado no local. Esta rede de sociabilidades possibilitou uma migração mais consciente e planejada. Acreditamos que na Baixada

⁷⁹IBGE- CNE- N08 <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7188&view=detalhes>> acessado em 29/10/2018

⁸⁰ FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Cláudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora UNICAMP. pp. 363-402. 2004.

Fluminense este fluxo ocorreu de forma semelhante, possibilitando assim uma formação social múltipla, porém não desordenada. Que atraiu um número consideravelmente impactante na estrutura social da região, incluindo a estrutura educacional necessária para garantir educação básica para a maioria das crianças em idade escolar.

Nos dados do IBGE de 1950 ⁸¹ havia no Município de Nova Iguaçu 110 escolas de ensino primário e apenas 6 de ensino secundário. Dentro do censo é apontado que 39% da população era analfabeta, e 17% não quis declarar sua Escolaridade. Restando menos que a metade da população que se declararam com algum grau de escolaridade (44%). No Censo escolar de 1964 havia 294 escolas primárias e 34 escolas de Ensino Médio, que resultava em 74% das crianças em idade escolar (7 a 14 anos) matriculadas na escola. Destes estabelecimentos 50% do ensino primário eram públicos, já os de Ensino Médio apenas 17% eram públicos. Em 14 anos o número de escolas primárias quase triplicou e de ensino secundário se multiplicaria em cinco vezes, porém o número de escolas secundárias que pertenciam ao município ainda era muito pequeno. Neste período, o ensino secundário era voltado para a profissionalização, cursos como administração, contabilidade, mecânica e formação de professores eram os mais requisitados. Porém, como a realidade em todo o país, o acesso era dificultado pelos poucos estabelecimentos que ofereciam formação de segundo nível, neste caso os egressos do ensino fundamental entravam no mercado de trabalho postulando funções com menor remuneração, e apenas uma pequena parcela da população dava continuidade aos estudos.⁸²

Nilópolis e Duque de Caxias⁸³ não possuíam uma realidade tão diferente, em Nilópolis em um censo anterior, o de 1957, havia 48 instituições de Ensino primário e apenas 3 de Ensino Médio, para uma população de 55 mil pessoas. Deste número apenas 49% dos alunos (do ensino primário) estavam matriculados em uma unidade de ensino público, e não havia unidades de Ensino Médio público, cerca de 12% dos alunos⁸⁴. recebiam bolsas da Prefeitura nas unidades particulares. Em Duque de Caxias a população em 1964 era de 324 mil

⁸¹ IBGE- CNE- N08 Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7188&view=detalhes>> acessado em 29/10/2018

⁸² IBGE-CNE- N 477 Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7188&view=detalhes>> acessado em 29/10/2018

⁸³ cidades vizinhas a nova iguaçu

⁸⁴ IBGE-CNE- N193 Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7188&view=detalhes>> acessado em 29/10/2018

habitantes, possuía 242 estabelecimentos de ensino primário e 32 de Ensino Médio, 74% das crianças em idade escolar estavam matriculadas (7 a 14 anos). Das instituições de ensino primário apenas 58% eram públicas e do Ensino Médio apenas 9%. Proporcionalmente observamos que em Nilópolis eram em média 1200 habitantes por escola enquanto em Duque de Caxias esse número se aproximava de 1400. O fato de todos os municípios, que indicamos aqui, apresentarem números parecidos quanto a proporção de escolas públicas para o número das escolas privadas, nos mostra que esse fenômeno de “privatização” do ensino básico não era isolado, já era uma tendência de transferência de responsabilidade do Estado para o privado.

A professora Ivonete Lima⁸⁵ de uma das instituições universitárias localizadas na Baixada Fluminense, UNIABEU, desenvolveu um trabalho de pesquisa acerca da história da educação na Baixada Fluminense. Em um grupo de professores e alunos da instituição, desenvolveram uma pesquisa acerca da estrutura educacional, nos anos de 1950, na Baixada Fluminense. Consideramos importante este trabalho, pois nos ajuda a mapear o cenário encontrado pela Reforma Universitária de 1968, especialmente na região Fluminense. Um dos pontos, que Lima⁸⁶ ressalta são os institutos, que atravessaram gerações, fundados na cidade de Nova Iguaçu: o pioneiro Colégio Leopoldo, fundado em 1933, deu origem a novas perspectivas acerca da educação em Nova Iguaçu. Um dos alunos do Colégio Leopoldo se tornou professor, e este professor, fundou um curso chamado Curso Iguassu, logo após, junto a sua esposa transformou o curso em um colégio conhecido como Instituto Iguaçuano. O Instituto Iguaçuano foi inaugurado nos anos 40 e foi um dos precursores da educação privada na região. Lima mostrou a importância da estação ferroviária para o acesso dos alunos às aulas, em entrevista, um dos gestores da instituição observou que vários alunos utilizavam o trem e por isto, próximo ao horário das aulas a estação se enchia de alunos de branco e azul — característica do uniforme do colégio. O IESA (Instituto de Educação Santo Antônio) era outra instituição importante na região. Logo após a ascensão do Colégio Leopoldo, que possuía vertentes espíritas, e do Instituto Iguaçuano a Igreja Católica se viu na responsabilidade de criar uma estrutura com

⁸⁵ LIMA, Ivonete. *Repensando a educação e a sociedade na baixada fluminense: olhares de investigação e pesquisa*. Pesquisa em foco [revista eletrônica]: PROAPE- pesquisa: Marcelo Mariano Mazzi (org). 1 ed. UNIABEU, Belford Roxo. 2013 pag 74-89. Encontrado <<https://issuu.com/uniabeu/docs/pesquisaemfoco1>> acesso em 13 de abr 2019.

⁸⁶ LIMA, Ivonete. *Repensando a educação e a sociedade na baixada fluminense: olhares de investigação e pesquisa*. Pesquisa em foco [revista eletrônica]: PROAPE- pesquisa: Marcelo Mariano Mazzi (org). 1 ed. UNIABEU, Belford Roxo. 2013 pag 74-89. Encontrado <<https://issuu.com/uniabeu/docs/pesquisaemfoco1>> acesso em 13 de abr 2019. p. 75.

valores cristãos. Para tanto criou o IESA, um colégio voltado para uma educação cristã e também assistencialista, nessa instituição havia muitas influências de freiras e padres alemães e isso se dava pelo fato da Diocese de Nova Iguaçu ter vários líderes ligados ao país europeu. Lima⁸⁷ ainda ressalta a influência política que a direção do colégio exercia, pois, a Assembleia Legislativa do Estado atribuiu ao Colégio diversas doações com valores expressivos.

Vale ressaltar que em todas essas instituições havia iniciativas assistencialistas e existiam processos que selecionavam bolsistas, verdade que em alguns casos esses alunos, mais pobres, eram distinguidos e colocados em turmas diferentes dos mais abastados. Porém, o conteúdo do currículo e os professores eram os mesmos, ou seja, mesmo promovendo uma 'segregação social' havia uma responsabilidade com a qualidade do ensino dado aquelas turmas. Lembramos também que a 'iniciativa' das distribuições de bolsas de estudos não se dava de forma voluntária e altruísta, pois o município de Nova Iguaçu, não conseguia atender a demanda no ensino secundário. Para amenizar a falta de escolas públicas com este nível escolar, o município apoiava iniciativas de distribuição de bolsas em troca de incentivos fiscais e outros 'favores' para as instituições privadas. Outro ponto importante foi que com processo de 'industrialização' que a região vivia, uma emergência Nacional se tornou realidade local para a sociedade da Baixada Fluminense. Com a implantação de várias indústrias na região um novo mercado se abriu e as escolas privadas, então, começaram a investir em cursos técnicos, principalmente na década de 1950⁸⁸, a fim de atender as demandas do mercado de trabalho. Um reflexo da situação nacional, um ensino mais técnico e objetivo era o que permeava os debates na área da educação. O processo de mudanças das características do ensino atingia todas os níveis sociais, porém em maior proporção as camadas da classe média e dos trabalhadores.

Até 1968 só encontramos registro de uma Instituição de Ensino Superior na Baixada que se encontrava em Duque de Caxias. O Instituto de Educação Roberto Silveira, que possuía 181 alunos matriculados, era voltada para formação de professores do Ensino Médio. Nesta mesma época, outras Instituições de ensino superior estavam buscando autorizações para

⁸⁷87

LIMA, Ivonete. *Repensando a educação e a sociedade na baixada fluminense: olhares de investigação e pesquisa*. Pesquisa em foco [revista eletrônica]: PROAPE- pesquisa: Marcelo Mariano Mazzi (org). 1 ed. UNIABEU, Belford Roxo. 2013 pag 86 .Encontrado <<https://issuu.com/uniabeu/docs/pesquisaemfoco1>> acesso em 13 de abr 2019.

⁸⁸88 Ibidem p.87

começar a funcionar, porém só tiveram início de suas atividades na década de 1970⁸⁹. Justamente nesta década que concentramos nossos esforços, observando as Instituições de Ensino Superior instaladas na Região. No jornal Luta Democrática de agosto de 1978 descreve as Faculdades já instaladas na Baixada Fluminense que são: Associação Brasileira de Ensino Universitário em Belford Roxo (ABEU- futura UNIABEU), Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (SESNI- Futura UNIG) e Associação Fluminense de Educação em Duque de Caxias (AFE- Futura UNIGRANRIO)⁹⁰. Nesta mesma pauta do jornal continua mostrando a intenção da Associação Fluminense de Educação em se tornar a atual UNIGRANRIO e agregar mais cursos aos já existentes, nas áreas de Ciências Sociais, Ciências Exatas, Tecnologia e Artes. A ABEU, por exemplo, tem sua autorização de funcionamento liberada em dezembro de 1969, porém seu primeiro exame vestibular foi em janeiro de 1972. A SESNI que foi oriunda de outra Instituição, a Associação Universitária José Faustino Costa, tem seu primeiro vestibular em 1972⁹¹, com Aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, sob a direção de Fábio Raunheitti, uma figura política Iguaçuana, que já estava providenciando as instalações para a Faculdade de Medicina, Direito e Engenharia. Com um investimento de 10 milhões de cruzeiros as instalações para o curso de medicina só seriam inauguradas em abril de 1977, com Visita do Ministro da Saúde Paulo de Almeida Machado e Dirigida pelo Professor Floravanti Di Piero (Secretário-Geral da Academia Nacional de MEDICINA)⁹². O decreto de autorização é de dezembro de 1976. Este novo curso teve muita repercussão na imprensa, já que não havia outra instituição da região que oferecesse este curso, neste ano as outras duas instituições ofereciam os cursos: Administração, Ciências Contábeis, Pedagogia, Letras, Biologia, Direito, Pedagogia, Física e Matemática.

⁸⁹ IBGE-CNE- N446 Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7188&view=detalhes>> acessado em 29/10/2018

⁹⁰ BAIXADA Fluminense. A Luta Democrática, RJ. 18 de ago de 1978. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20197&pesq=faculdades+%20baixada%20fluminense>> acessado dia 31/10/2018

⁹¹ NOVA Iguaçu terá Universidade, A Luta Democrática. 20 de mar de 1972. disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20197&pesq=vestibular%20+%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Universitaria%20Jose%20Faustino%20Costa>> acessado dia 31/10/2018

⁹² AULA inaugural, Tribuna da Imprensa, RJ. 26 de abr de 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_03&pasta=ano%20197&pesq=medicina%20+%20sesni> acessado dia 31/10/2018

Uma crise se instaurou na SESNI no ano de 1979, além de denúncias da retenção das taxas de matrículas um esquema no vestibular de medicina causou intervenção federal na instituição. Após a expulsão de um aluno que tentava organizar um diretório estudantil, a crise já instalada na instituição ganhou as páginas dos jornais. Alunos revoltados com a atitude de Fábio Raunheitti, que expulsou no saguão do campus o aluno que distribuía panfletos e convidava alunos de física, biologia e pedagogia para a formação de um diretório acadêmico, procuraram a redação de alguns jornais para denunciar a opressão e a má qualidade de ensino oferecido pela SESNI. Na questão da qualidade dos cursos as denúncias são da redução da carga horária semanal, que no início era de segunda a sábado com cinco tempos de aula cada dia, em 1975 passou a ser de segunda a sexta, 4 tempos de aulas por dia, e, por fim, já em 1979 o número de aulas diárias passou a 3 tempos de aula por dia. A diminuição da carga horária era reflexo da falta dos professores, já que com o pretexto da construção do outro prédio a universidade se negou a dar aumento para os professores, acarretando evasão dos mesmos. Outro ponto que sucedeu e piorou a qualidade das aulas era a quantidade massiva de alunos por turma, tinha turmas que chegavam a 150 alunos, muito pela falta de professores, mas também uma forma maximizar os lucros obtidos. Como se as denúncias já não fossem assustadoras o bastante, o jornal O Fluminense⁹³ ainda pontua que a faculdade estava sob intervenção federal, um decreto previsto em 1975⁹⁴, no qual adivinha futuras intervenções federais no caso de baixa qualidade de ensino ou/e número de alunos superior a capacidade de vagas, neste caso a SESNI se enquadrou nas duas questões.

Mesmo com a intervenção, os vestibulares, que pelo decreto ficariam impedidos, continuaram a ser realizados normalmente com a promessa de regularizarem a situação. Mais uma denúncia repercutiu na matéria, o favorecimento de vestibulandos no concurso de acesso ao curso de medicina. Segundo o jornal, havia um esquema de compra de vagas, no qual alunos que não se classificavam através das provas pagavam uma quantia significativa de modo a passar à frente dos classificados. Uma prática denunciada até a atualidade. Com tanto descrédito a SESNI ainda ousou em aumentar a taxa de matrícula, para

⁹³EXCLUSÃO de estudante leva SESNI à crise. O Fluminense, RJ , 18 de mai 1979. Disponível em<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=exclus%C3%A3o%20de%20estudante> acessado em 29/10/2018

⁹⁴UNIVERSIDADE, expansão e evolução. Jornal do Comercio, AM. 12 de jul de 1975. Disponível em<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=universidade%20+%20expans%C3%A3o+%2012%20de%20julho&pasta=ano%20197> acessado em 29/10/2018

mais de 20 mil cruzeiros ⁹⁵, causando indignação nos estudantes que passavam no vestibular, mas não teriam condições de arcar com o saldo devedor. Diziam que nem mesmo o Crédito Educativo resolveria tal problema, tendo em visto a dívida considerável que teriam que se submeter. O descumprimento da ordem da Intervenção Federal, deverá ser analisada minuciosamente, para tanto o faremos em um capítulo posterior, considerando as alianças e laços políticos que Fábio Raunheitti possuía nas esferas municipais, estaduais e federais. A teoria de Martins, ressalta sobre como as universidades se transformaram em empresas educacionais, é conveniente para nossa reflexão, pois uma IES que deveria ter valores filantrópicos no qual a educação é a razão central do objetivo da instituição, vemos o lucro e a maximização dele em controlar as ações da instituição sob os alunos e professores.

2.2 “Pioneirismo” na Baixada Fluminense, as iniciativas dos empreendedores ou predadores educacionais na década de 1970.

Apesar de o nosso foco ser a cidade de Nova Iguaçu não podemos negar que toda a estrutura educacional na Baixada Fluminense, principalmente nos municípios vizinhos, como, por exemplo, Duque de Caxias e Nilópolis fazem parte do cotidiano dos moradores iguaçuanos. Percebemos que tais empreendimento educacionais tiveram impactos na sociedade de toda a Baixada, incluindo Nova Iguaçu. Portanto, pretendemos nesse tópico a bordar a trajetória dos fundadores das primeiras instituições de ensino superior na Baixada Fluminense. Falaremos da trajetória do fundador da ABEU, que futuramente se chamaria UNIABEU, o senhor Valdir Vilela; e também consideramos importante abordar a trajetória de José de Souza Herdy fundador da Associação Fluminense de Educação (AFE), que futuramente se chamaria Unigranrio. Observamos que os atores tiveram relações com desdobrar político e também com o processo de fundação da SESNI que será o objeto estudado no próximo capítulo. Inferimos que os atores sociais envolvidos nesses projetos trouxeram diferentes impactos para a comunidade em torno da instituição, seu comportamento e posicionamento político, suas alianças e seus empreendimentos nos ajudaram a entender as dinâmicas sociais da Baixada Fluminense, considerando a proximidade entre os municípios que torna a ação de um reflexo

⁹⁵SESNI assusta candidatos com preço de matrícula. O Fluminense, RJ. 29 de jun de 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=sesni+matricula+assusta> acessado 29/10/2018

na cidade do outro.

Em 1968 após a Reforma Universitária houve um desatar nos processos para liberação de novas instituições superiores de cunho privado e na Baixada Fluminense observa-se o movimento de três instituições. As instituições já eram presentes na educação local, como, por exemplo, a ABEU, que funcionava como Colégio no distrito de Belford Roxo, a AFE também possuía colégios e preparatórios em Duque de Caxias e a SESNI regia uma fundação com iniciativas de pré-vestibulares e preparatórios em geral. Começaremos então a pontuar a trajetória de Valdir Vilela um professor do antigo Ginásio Belford Roxo que transformou o colégio na Associação Brasileira de Educação Universitária ABEU. Como vários os personagens que abordaremos nesta pesquisa, Valdir Vilela também era migrante do Nordeste oriundo de uma cidade pequena em Pernambuco, chamada Bom Conselho⁹⁶. Ele veio para o Rio de Janeiro em meados da década de 1940 e ficou hospedado na casa dos tios. Com apenas nove anos, Vilela veio com a intenção de se matricular no ginásio, pois na sua cidade não haveria esta oferta de ensino. Depois de muitos anos estudando na Instituição Pio Americano, considerada a melhor do distrito de Belford Roxo, passou a ser funcionário da instituição, galgou postos de trabalho dentro do colégio, começando como subsecretário e depois para secretário. O Colégio Pio Americano era um colégio de referência não somente em Belford Roxo, uma vez que recebiam alunos de todo o Brasil e tinham uma estrutura de internato. Após anos trabalhando na Instituição o colégio se viu em situação de falência, porém os donos do colégio decidiram que ao invés de fechar o transformariam em uma associação de professores, tornando assim seus 32 professores em sócios. Entre os 32, o único não professor era o senhor Valdir Vilela que até então só dava aula de reforço e aulas nos cursos de férias. Todavia ao perceber que se tornou sócio de uma grande escola decidiu se esforçar para conseguir o seu diploma, foi então que Valdir Vilela se formou em matemática.

Posteriormente, quatro professores dessa instituição, Joaquim de Freitas, José Avelino Xanxão, José Vinícius Marinho e o Valdir Vilela se uniram em prol de fundar o colégio que originou a ABEU. Esse processo se iniciou quando os quatro professores decidiram investir na região de Queimados, outro distrito da cidade de Nova Iguaçu, onde um dos

⁹⁶ LIRA, Ronald Apolinário. *A melhoria da vida possível: a história da ABEU/UNIABEU e de seu fundador*. Pesquisa em foco [revista eletrônica]: PROAPE- pesquisa: Marcelo Mariano Mazzi (org). 1 ed. UNIABEU, Belford Roxo. 2013 pag 90-106. Encontrado <<https://issuu.com/uniabeu/docs/pesquisaemfoco1>> acesso em 13 de abr 2019.

professores recebeu a proposta de assumir o colégio Ginásio Manoel Pereira. Contudo, a estrutura, no então distrito de Nova Iguaçu, era extremamente precária, havia apenas a passagem do trem, não tinha muitos moradores e tampouco estrutura urbana, portanto após um tempo trabalhando juntos perceberam que a divisão dos lucros para os quatro não renderia grande faturamento. Foi nesta situação que Valdir Vilela decidiu abrir o Ginásio em Belford Roxo, um distrito que em 1959⁹⁷ havia mais estrutura urbana que o distrito de Queimados, porém não se desvinculou do Ginásio Manoel Pereira. Nesta empreitada, Vilela não só fez um empreendimento rentável como também investiu em uma região onde não existia formação ginásial, antes de seu empreendimento, os estudantes da região ficavam limitados ao último ano do ensino fundamental. Vilela diz em entrevista que quando percebeu a localização do futuro ginásio ele observou que havia ônibus para Praça Mauá, existia ponto de táxi, era próximo à linha do trem e também havia duas linhas para Nova Iguaçu. Afirma que a proximidade com o município de Nova Iguaçu foi uma das motivações para se instalar no local escolhido, no distrito de Belford Roxo.⁹⁸ O ginásio cresceu e novos cursos foram incorporados como o curso de administração, cursos técnicos e o curso normal; o primeiro curso da área técnica foi de química, este curso contava com a organização de um dos chefes químicos da indústria Bayer do Brasil que havia se instalado em Belford Roxo a poucos anos. No entanto, como afirma Vilela em uma entrevista,⁹⁹ o curso não iria muito adiante, pois ao contrário do esperado a multinacional não se mostrou interessada em contratar os técnicos em química, formados na região. Neste cenário observamos uma demanda mercadológica trazida com as novas indústrias instaladas nas regiões da Baixada Fluminenses, demonstrando a influência em que as dinâmicas sociais, políticas e econômicas eram refletidas no sistema educacional de modo geral, exemplificado no cotidiano da Baixada Fluminense.

Em 1970 Vilela decidiu investir na aprovação de cursos ao nível universitário e passa o nome, de Ginásio Belford Roxo, para a então Associação Brasileira de Ensino Universitário, a ABEU. Nas décadas seguintes ele investiu no Campus de Nova Iguaçu e em Nilópolis abrangendo boa parte da população da Baixada Fluminense. Mesmo após o

⁹⁷ LIRA, Ronald Apolinário. *A melhoria da vida possível: a história da ABEU/UNIABEU e de seu fundador*. Pesquisa em foco [revista eletrônica]: PROAPE- pesquisa: Marcelo Mariano Mazzi (org). 1 ed. UNIABEU, Belford Roxo. 2013 pag 93. Encontrado <<https://issuu.com/uniabeu/docs/pesquisaemfoco1>> acesso em 13 de abr 2019.

⁹⁸ ibidem. p.97

⁹⁹ ibidem p.98

crescimento da sua instituição, Vilela tem um comportamento incomum, ele possui uma casa dentro do campus de Belford Roxo, na qual morava até os dias das entrevistas (2013). Disse que construiu a casa no início das construções do Ginásio e que nunca teve problemas em dividir o seu quintal com a universidade/colégio. Lira¹⁰⁰ pontuou a importância da ligação de Vilela com o distrito iguaçuano, pois mesmo tendo alcançado cargos públicos como, por exemplo, a Secretaria de Educação, em Nova Iguaçu, e também a presidência do Conselho Estadual de Educação, durante a década de 70. Vilela afirmava que nunca desejou sair de sua região, no distrito de Belford Roxo. Percebemos que as relações entre os agentes sociais atribuídas a história local da instituição ou do município, se entrelaçam com nossa pesquisa, tornando difícil para desvincularmos a história de Nova Iguaçu das dos demais municípios, que são oriundos dela, na Baixada Fluminense. Esta relação hoje pode estar mais definida, porém com as recentes emancipações, Duque de Caxias 1943 e Nilópolis 1947, os municípios ainda possuíam ligações políticas, sociais e econômicas. O distrito de Belford Roxo, por exemplo, se emanciparia duas décadas depois dos eventos narrados. As figuras centrais deste processo estão interligadas de várias maneiras, porém trataremos mais minuciosamente no próximo capítulo.

Outra figura interessante que nos propusemos a pesquisar é o senhor José de Souza Herdy que é o fundador da AFE, posteriormente denominada Unigranrio. Entre as suas participações no mundo político foi Secretário de Educação na cidade de Nova Iguaçu, no ano de 1964, porém ainda em maio, no mesmo ano da sua posse, ele teria sido indiciado pela Câmara Municipal por desvio de verbas no departamento de Educação, no valor aproximado de 2 milhões de cruzeiros, como consequência teria sido afastado do cargo público. Apesar dessa citação, José de Souza Herdy possuiu uma história de 'honorarias' e reconhecimento por sua contribuição para educação na Baixada Fluminense. Buscamos na historiografia em geral da Baixada Fluminense, assim como em sites oficiais, porém, tivemos muita dificuldade para encontrarmos uma narração acerca da história de José Herdy. Apenas, através de jornais entre as décadas de 60 e, principalmente, a de 70 que encontramos citações e podemos dimensionar a importância desta figura no cenário político e educacional da região. Sua posição política fica

100

LIRA, Ronald Apolinário. *A melhoria da vida possível: a história da ABEU/UNIABEU e de seu fundador*. Pesquisa em foco [revista eletrônica]: PROAPE- pesquisa: Marcelo Mariano Mazzi (org). 1 ed. UNIABEU, Belford Roxo. 2013 pag 100. Encontrado <<https://issuu.com/uniabeu/docs/pesquisaemfoco1>> acesso em 13 de abr 2019.

um pouco evidenciada na comemoração dos 10 anos da “Revolução”, a Prefeitura de Duque de Caxias organizou uma homenagem ao governador do Estado Raymundo Padilha, nesta comemoração um dos convidados a discursar seria José Herdy. Além de tecer vários elogios, enaltecer a importância da “Revolução” para o desenvolvimento do país, ele ainda aproveitou a solenidade para inaugurar o primeiro bloco Universitário da Associação Fluminense de Educação. Seria um bloco composto por 24 salas de aula, a AFE iniciou suas aulas no ano de 1972, e em apenas dois anos ele já havia investido em novas acomodações para abrigar suas pretensões no mundo universitário.¹⁰¹ Com uma atuação singela na década de 60, é na década de 1970 que José Herdy passou a provocar notoriedade, sempre lembrado pelas suas ambições acerca da instituição, sempre pensando em uma grande expansão. Ele declarava que a AFE se tornaria a primeira Universidade da Baixada Fluminense — até então todas as outras instaladas na região eram consideradas apenas instituições de educação superior. Um dos planos ousados de Herdy era aproveitar a inauguração da linha de ônibus Duque de Caxias X Niterói¹⁰², pois acreditava que esta nova linha atrairia estudantes que moravam em Niterói e no ano de 1975 acelerou o ritmo das obras para a expansão da instituição¹⁰³. Vale voltar um pouco na história e pontuar que a instituição se iniciou dentro de salas emprestadas de um colégio em 1972, porém logo após a inauguração já houve um movimento para a compra de um terreno de cerca de 16 mil metros quadrados em uma região central da cidade de Duque de Caxias .

Intrigante para nós é a participação de José Souza Herdy na direção na fundação da SESNI¹⁰⁴, como um dos diretores executivos, pois no ano seguinte deu entrada ao pedido para validação junto ao Conselho de Educação Federal para a liberação de seu empreendimento em terras caxienses. O ritmo acelerado era anunciado, a inauguração de mais um bloco de salas de aula no primeiro semestre de 1976 era noticiada. Neste mesmo ano

¹⁰¹CONSELHO CONFERE... O Jornal, Rio de Janeiro. 06 de março de 1974. p.3. Hemeroteca da Biblioteca Nacional

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&PagFis=35889&Pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy>

¹⁰²BAIXADA EM RELEVO. O Fluminense. Rio de Janeiro 20 de junho de 1975.p 10.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

¹⁰³CUNHA, Lysiane. Diário de notícias. Rio de Janeiro. 04 de setembro de 1975.p.5.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

¹⁰⁴NOVA IGUAÇU....O Fluminense. Rio de Janeiro. 28.04.1969. p.7. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_10&PagFis=24639&Pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy>

Herdy¹⁰⁵ foi convidado pela Universidade francesa Sorbonne para palestrar acerca do desenvolvimento educacional na região do Grande Rio. Em janeiro de 1976, José Herdy aproveitou a oportunidade e fechou acordos de intercâmbio com a universidade francesa, alguns anos depois, professores franceses teriam visitado a sede da AFE, no município de Caxias, porém esse acordo não era firmado somente entre o corpo docente, a intenção era fazer um grande intercâmbio entre os alunos. O projeto propunha uma interação com um estágio em terras estrangeiras além da realização de pós-graduação fora do país. Não temos informações se essas iniciativas se concretizaram, porém, observamos um esforço por parte do fundador/diretor da instituição em elevar o nível do ensino, estimulando o intercâmbio, que seria uma forma de enriquecimento cultural além da troca de experiências com a alunos e professores franceses.

Entre alguns títulos que José Herdy recebeu está o título Benemérito do Estado do Rio de Janeiro¹⁰⁶, em sua premiação no dia de 23 de setembro de 1977. Ele é descrito como um grande empreendedor espirituoso e dinâmico que transformaria a AFE em poucos anos na maior instituição superior da Baixada Fluminense. De acordo com este jornal, em setembro de 1977 a AFE possuía cerca de 7 mil alunos, incluindo todos os níveis de escolaridade (pois a instituição tinha vários colégios de níveis diferentes de ensino). Havia uma “competição”, se assim podemos chamar, para ver qual instituição se tornaria a primeira Universidade da Baixada Fluminense, pois até então todas as instituições ainda não haviam alcançado este *status*. As promessas de finalizar as obras para então se tornar a primeira Universidade se arrastaram até o final da década de 70 e não conseguimos identificar exatamente o ano que estas obras foram concluídas, pois, elas ultrapassaram o período aqui abordado (décadas de 60 e 70). Apesar de José Herdy ter focalizado os seus esforços na cidade de Duque de Caxias, havia vários laços com a cidade Iguaçuana, além da sua participação na fundação da SESNI, Herdy¹⁰⁷ também recebeu um prêmio na cidade de Nova Iguaçu, no ano

¹⁰⁵HERDY na sorbone. O Fluminense. Rio de Janeiro. 16 de janeiro de 1976.p.9.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%201977>

¹⁰⁶HERDY Benemérito. O Fluminense. Rio de Janeiro. 23 de setembro de 1977. p.15.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%201977>

¹⁰⁷BAIXADA Society. A Luta Democrática. Rio de Janeiro. 13 de janeiro de 1977. p.7.<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%201977>>

de 1977, no dia do aniversário da cidade (15 de Janeiro) com o título de Cidadão Iguazuano, no ano seguinte receberia também a homenagem da “Medalha de Honra” da cidade de Duque de Caxias¹⁰⁸.

Para termos dimensão da iniciativa de José Herdy, uma reportagem no jornal Diário de Notícias nos traz números acerca da Instituição de Ensino no ano de 1973, bem próximo ao seu ano de inauguração, neste momento a instituição contava com 465 alunos. Estes alunos estavam divididos em três áreas: 240 estariam matriculados na área de administração de empresas; já no curso de ciências contábeis existiam 120 e por fim na faculdade de educação haviam 100 matriculados, José Herdy então diz ao repórter:

"A rapidez com que se opera o desenvolvimento político, social e econômico de nossos dias, obriga-nos a um estado permanente de atualização e aperfeiçoamento, por isso estamos nos preparando com um este empreendimento, pois assim ganha a cidade e os jovens." (HERDY, 1973)¹⁰⁹

Com esta visão expansionista, no ano de 1976 a faculdade então passaria a ser chamada de Faculdades Unidas Grande Rio, futuramente mudaria o nome para Unigranrio.

Entre suas participações no cenário Nacional José Herdy¹¹⁰ é um dos palestrantes do 1.º Congresso Brasileiro de Ensino Superior Particular realizado pela Universidade Bennett. Um professor visionário tornou-se então um empreendedor educacional, uma tendência na trajetória de vários nomes ligados às instituições de ensino superior privado. José Herdy não era conhecido somente como um grande empresário, sua atuação no meio da educação era notória e explorada por diversos veículos de comunicação, entre congressos e reuniões também representou os profissionais de educação na discussão acerca do acesso ao ensino universitário em jornais. No Jornal dos Sports¹¹¹ ele concedeu uma entrevista em que se

¹⁰⁸SEMANA da pátria... A Luta Democrática. Rio de Janeiro. 04 de setembro de 1978. p.3.<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>>

¹⁰⁹ibidem.

¹¹⁰BENNET faz reunião com educadores. Jornal do Brasil. 03 de junho de 1978. p.21.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

¹¹¹ACESSO ao ensino superior. Jornal Sports. 20 de jul de 1975. p.22.

discutiam às dificuldades no acesso ao ensino superior principalmente na Baixada Fluminense. Em seguida traremos alguns extratos importantes de suas declarações:

" o que vemos não é uma queda de nível, é uma fase de transição entre uma estrutura na crônica e um porvir capaz de assegurar nos também o destaque no âmbito da educação, habilitando as novas gerações de acordo com o potencial de cada." [...]

[...] já nos de junho pulamos de velhos e antiquados critérios de avaliação, que restringiam a poucos o ingresso à universidade. O mundo hoje é mais do exame ciosos e que se adaptam a novas situações. A própria necessidade do presente nos coage a tornarmos Novos Rumos Ponto Isso, Claro, dentro de um critério que não comprometa o ensino." [...]

[...] é dos mais importantes por ser ela responsável direto da própria vida nacional e, como tal, da caminhada rumo ao desenvolvimento. Daqui a 10 anos certamente mais firme na sua missão há de ser laboratório da tecnologia aplicada às diversas áreas do complexo Nacional." (HERDY, 1975)¹¹²

José Herdy ao ser indagado sobre as críticas que se tem a respeito da má qualidade do ensino, que é atribuída às deficiências do ensino médio, ele afirma que o país passa por uma grande transição e que por estar em meio a essa grande transição é necessária adequação nas instituições para atender a demanda educacional.

Outra discussão trazida pelo jornalista é que no momento em que a instituição tem que ser adequada aos novos “padrões” dos alunos estaria “baixando o nível de educação”. Porém, mais uma vez José discorda da opinião transmitida na pergunta do jornalista e mostra que as mudanças são inevitáveis e que é necessário o mundo de hoje se adaptar às novas situações que a sociedade exige e por fim ele ainda é indagado quando a importância das

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_04&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

¹¹²ACESSO ao ensino superior. Jornal Sports. 20 de jul de 1975. p.22. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_04&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

Universidades para o Brasil, ele então atribui às IES a responsabilidade do desenvolvimento nacional, e acredita que uma década para frente, essas instituições seriam os novos laboratórios de tecnologia aplicada do país. Observamos que a imagem de José Herdy sempre esteve ligado a assuntos educacionais, porém nunca desvinculado de suas iniciativas como empresário, dentro de suas inúmeras participações em congressos ele sempre carregava consigo o título de diretor da AFE. Esses agentes sociais demonstram como se dava a dinâmica dos “empresários educacionais” na Baixada Fluminense. Fomentados pela iniciativa da Reforma Universitária de 1968, esses atores que já atuavam em seus municípios se desdobraram para iniciar em uma nova carreira no sentido de empreendedorismo. Porém, nunca se desvincularam da imagem de suas “missões nobres” como professores, formando uma memória ligada ao pioneirismo e assistencialismo educacional na Baixada Fluminense. Esta Memória também está ligada a Fábio Raunheitti, fundador da SESNI, porém, trataremos deste assunto no próximo capítulo. Este cenário educacional ocorria em meio a uma crise política no município de Nova Iguaçu, e um estado de alerta constante na política nacional. Em meio ao Golpe Civil-Militar, as dinâmicas educacionais se adaptaram a realidade encontrada. As peculiaridades da recepção do novo governo em terras iguaçuanas e as tensões políticas encontradas no âmbito regional, nos levam a necessitada de dissertar acerca das inúmeras mudanças que a cidade de Nova Iguaçu passava, principalmente, na primeira década sobe comando militar. Portanto, abordaremos os principais pontos no tópico a seguir.

2.3. Jogo das cadeiras em Nova Iguaçu. A repercussão do golpe na cidade e os desdobramentos políticos.

O jogo das cadeiras políticas em Nova Iguaçu começou em 1964, foi um período conturbado, o cargo de prefeito passou por uma série de trocas através de renúncias, eleições, impeachment e intervenções federais. Iniciou-se no governo de Aluísio Pinto de Barros, eleito pelo partido trabalhista brasileiro (PTB), quando ele renunciou no próprio ano de posse em agosto de 1964 seu vice, João Luiz do Nascimento. João assumiu a prefeitura por dois anos, porém pediu afastamento para concorrer ao cargo de deputado estadual, abrindo assim espaço para ascensão do presidente da Câmara Municipal, José de Lima, em 1966 apenas um mês depois do presidente da Câmara assumir, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) enviou

o primeiro interventor municipal, o Sr. Joaquim de Freitas assumiu a prefeitura e permaneceu até a posse do novo prefeito eleito, Ary Schiavo foi eleito pelo partido MDB, tomou posse em 31 de janeiro de 1967, mas sofreu cassação por decisão da Câmara Municipal de Nova Iguaçu, em julho do mesmo ano. Foi substituído pelo presidente da câmara e posteriormente pelo vice-prefeito Antônio Machado. Todas as mudanças ocorreram em apenas sete meses depois da posse de Ary Schiavo, devido a inúmeras denúncias de irregularidades em contratos da prefeitura. Deste ponto até a posse do segundo interventor Federal em 1969, sendo o interventor o Sr. João Rui que tomou posse em 25 de fevereiro, houve uma série de alternâncias entre presidente de câmara e o vice-prefeito Antônio Machado, inclusive Ary Schiavo voltou ao poder por uma liminar. Mais adiante nos debruçaremos especificamente no caso de Ary Schiavo e Antônio Machado, o que devemos ressaltar aqui é a instabilidade política em Nova Iguaçu que já vinha desde 1964, coincidentemente mesmo ano da “Revolução”.

João Rui ficou na posse da prefeitura até o próximo Prefeito ser eleito em Nova Iguaçu, a Arena elegeu um ex-vereador da cidade, Boulevard Gomes de Assunção, que tomou posse em 31 de janeiro de 1971. Boulevard cumpriu dois anos de mandato e depois foi sucedido por outro político da Arena também através de eleição. Seu sucessor foi Joaquim de Freitas, ele foi o primeiro interventor em 1966, que assumiu a prefeitura cinco anos depois como prefeito eleito e permaneceu no cargo até dia 20 de outubro de 1975 quando seu vice João Batista Barreto Lubanco assumiu seu lugar. Literalmente houve uma dança nas cadeiras do poder executivo da cidade, mostrando uma década de instabilidades e divergências nas agendas públicas e interesses econômicos e sociais da camada política iguaçuana.¹¹³ No jornal Correio da Lavoura, uma matéria relatava a questão dos “onze prefeitos em onze anos”, a manchete de 1975 estampava o texto a seguir:

" ONZE PREFEITOS EM ONZE ANOS: do dia 27 de agosto de 1964 a esta parte o município de Nova Iguaçu já foi dirigido por onze prefeitos, incluindo os interventores. Naquela data, substituindo o prefeito Aluizio Pinto de Barros(eleito pelo povo)

¹¹³BATISTA, Allofs Daniel. Da Laranja ao Golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política durante os primeiros anos do Regime civil-militar. Monografia UFRJ, RJ. 2011. Encontrada em: <<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/422/1/BATISTA%20Allofs%20Daniel%202011.pdf>> acessada em 10 de mar 2019.

assumiu a Prefeitura de Nova Iguaçu o senhor João Luiz do Nascimento.

Depois do senhor João Luiz do Nascimento as sucessivas administrações acompanharam a relação que se segue: José de Lima presidente da Câmara, Joaquim de Freitas interventor Estadual, Ary schiavo (eleito), José Naim (presidente da Câmara), Antônio Machado (vice), Nagi Almawy (presidente da Câmara), João Ruy de Queiroz Pinheiro (interventor Federal), Boulevard Gomes de Assunção (eleito), Joaquim de Freitas (eleito) e João Batista Barreto Lubanco (vice).”

(JOAQUIM DE FREITAS RENÚNCIA..., 1975. p 1.)¹¹⁴

Este ciclo só foi interrompido pelo prefeito João Rui Queiroz, que após ter sido o segundo interventor em 1971, volta ao cargo dessa vez, eleito em 1979, e consegue governar até 1983, se tornando o primeiro prefeito, dentro deste período, que conseguiu finalizar o seu mandato.

Esses impasses nos demonstram o tamanho da instabilidade política vivida na cidade de Nova Iguaçu durante a primeira década do Regime Militar. Antes de 1964 a estabilidade política na cidade era algo recente, pois durante o Estado Novo também se enfrentou uma série de mudanças e alternância de poder, entre os interventores indicados pelo Estado. O primeiro prefeito eleito após o Estado Novo foi Sebastião Arruda Negreiros que governou entre 1947 a 1951 ele marcou a transição entre a política e Estadonovista para a democracia e o pluralismo dos partidos. Entre 1947 e 1964 Nova Iguaçu elegeu cinco prefeitos, esse foi o período de “estabilidade” política, porém o quinto prefeito desta lista inaugurou o período de instabilidade que descrevemos anteriormente, renunciando o cargo no mesmo ano em que assumiu a prefeitura. Observamos, que desde 1947 até o golpe de 1964 se estabeleceu uma aparente rotina política, em que os mandatos eram estáveis no que tange o comprimento do seu tempo estabelecido. Todos esses dados nos levam a uma questão, o que causou a tamanha instabilidade na política local de Nova Iguaçu entre os anos de 1964 – 1975? A resposta da pergunta, para Batista¹¹⁵, as respostas vista pela historiografia até então, era sempre apontada

¹¹⁴LUBANCO passa o bastão. Correio da Lavoura, Nova Iguaçu -RJ. p.01 e 03, 20 fev. 1977.

¹¹⁵ BATISTA, Allofs Daniel. Da Laranja ao Golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política durante os primeiros anos do Regime civil-militar. Monografia UFRRJ, RJ. 2011. Encontrada em: <<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/422/1/BATISTA%20Allofs%20Daniel%202011.pdf>> acessada em 10 de mar 2019. p 10.

para o óbvio, em que a instabilidade estava ocasionada pelo golpe militar de 1964. Porém, o autor nos mostra que há maiores particularidades inerentes à região, tendo em vista a importância da região para o Estado do Rio de Janeiro. Dentre as particularidades estavam a grande contingência da população, também havia muitas indústrias químicas, indústrias metalúrgicas, ferrovias e rodovias importantes para o Estado e ainda uma importante reserva hídrica. Então Batista questiona, não seria uma falha na estratégia dos militares na administração do Estado? Pois, apesar da enorme instabilidade vivida nesta década houve apenas duas intervenções, uma estadual e a outra federal, demonstrando que todas as outras trocas de poder estavam ligadas apenas as dinâmicas sociais do local.

Durante a instalação do governo militar no dia primeiro de abril de 1964 houve muita repercussão na cidade de Nova Iguaçu. Um dos entrevistados por Allofs Batista, aponta que a rádio Mayrink Veiga, em que tinha como um dos sócios-proprietários o Leonel Brizola que estava extremamente ligado à esquerda e a Jango, saiu do ar logo após a instauração do regime, resultando no medo coletivo do sindicato local das Indústrias. Em que, ele relata, simplesmente fecharam as portas, seu líder retornou somente na década de 70, com sua volta ouvia boatos de que ele teria ido para Cuba, diz o entrevistado. O jornal Correio da Lavoura, um veículo de imprensa muito importante para a história de Nova Iguaçu, retratou o primeiro de abril com a seguinte Manchete:

" Não resistiu 24 horas o presidente João Goulart: as forças armadas repuseram um país e uma nova ordem de paz e democracia. Na presidência da república o senhor Ranieri Mazzilli - Getúlio de Moura na chefia do gabinete civil - Nova Iguaçu como cidade abandonada - incendiários preços." (NÃO RESISTIU... Correio da Lavoura, Nova Iguaçu. 5 abr. 1964)¹¹⁶

Esta Manchete apresenta quatro pontos inerentes ao movimento de 31 de março de 1964, o primeiro seria a fragilidade do presidente que foi deposto, destacando que não resistiu 24 horas. Outro destaque foi para a chefia de gabinete civil que demonstrava a ascensão do Deputado Federal Getúlio de Moura no governo do interino Ranieri Mazzilli. A reportagem ainda se preocupou em destacar o abandono em que se encontrava Nova Iguaçu no primeiro de abril de

¹¹⁶NÃO RESISTIU vinte e quatro horas o presidente João Goulart... Correio da Lavoura, Nova Iguaçu-RJ. p.1. 5 abr. 1964.

1964, deixando-a “paralisada”. Finaliza pontuando a prisão dos incendiários. O Jornal, portanto, consente com a visão de que os militares restabeleceram a paz e a ordem que foi abalado nos últimos meses pelo governo de João Goulart, que era acusado de estar alinhado com elementos de esquerda. No que diz respeito a paralisia da cidade de Nova Iguaçu, era uma referência a situação em que se encontrava a cidade na manhã do dia primeiro de abril de 1964. O jornal ainda destacou que havia na cidade onda de boatos muito desencontradas e isto provocou grande confusão e intranquilidade nos moradores, a paralisia ocorreu pelo fechamento do comércio e de repartições públicas além dos trens e ônibus ¹¹⁷. O destaque dado ao gabinete da casa civil naturalmente é pelo nome de Getúlio de Moura, porém os comentários e a dimensão que ganhou tal notoriedade, não contava que o governo provisório duraria apenas 15 dias. Para a expectativa local, Getúlio, era um político radicado na cidade e que tal nomeação poderia trazer algum prestígio ou notoriedade para a cidade e com isto trazer benefícios para região. A parte referente aos incendiários, na matéria do jornal, demonstrava que no município havia elementos que eram considerados subversivos, ou seja, perigosos à sociedade de Nova Iguaçu, seria, por exemplo, os políticos com formação “comunista”. Notamos, portanto, que o dia primeiro de abril de 1964 trouxe impactos no cotidiano da cidade de Nova Iguaçu, os moradores não estiveram alienados ao processo que ocorria na esfera nacional, alterando sua rotina e dinâmica após receberem as notícias que vinham da capital brasileira. Neste trabalho não conseguiremos dimensionar a importância da transição do modelo de governo. Também será difícil rotular uma reação, contra ou a favor, ao Golpe Militar, algumas falas podem nos ajudar a apontar o posicionamento de algumas figuras públicas, porém a recepção dos cidadãos que compõem a sociedade iguaçuana foge do nosso alcance.

Falando sobre a política local, duas figuras apesar de antagônicas na história de Nova Iguaçu possuíam grande prestígio e foram citadas como referência em jornais. O primeiro deles, no jornal Correio da Lavoura de 1967 o jornalista observava o emaranhado de mudanças e instabilidade que aconteceram no município, a falta que fazia a liderança do senhor Mário Guimarães e do senhor Getúlio de Moura que independente das desavenças políticas eram líderes respeitados de correntes partidárias no município de Nova Iguaçu.

¹¹⁷

BATISTA, Allofs Daniel. Da Laranja ao Golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política durante os primeiros anos do Regime civil-militar. Monografia UFRRJ, RJ. 2011. Encontrada em: <<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/422/1/BATISTA%20Allofs%20Daniel%202011.pdf>> acessada em 10 de mar 2019. p 28.

Batista¹¹⁸ acredita que tal rogativa feita pelo colunista João Barbosa, não se teve por crítica, mas sim como um apelo para que tais líderes voltem a se posicionar quanto à situação política de Nova Iguaçu. Nesta época, Mário Guimarães era consultor jurídico do governador do Estado do Rio de Janeiro, era filiado a Arena. Já Getúlio de Moura atuava como Deputado Federal pelo MDB. Apesar de nenhum dos dois pleitear a prefeitura local, desde 1947 influenciavam diretamente no resultado das eleições, sempre em lados opostos, lutavam, militavam e influenciavam nas campanhas, ao confeccionarem alianças políticas. Batista acredita que por tal influência, e seus nomes sempre ligados a disputas políticas faziam deles líderes da política local. Dentro das suas atribuições políticas, observamos que Getúlio de Moura esteve mais presente diretamente no que respeito à administração pública local, pois ele foi vereador, presidente da Câmara, prefeito e, além disso, também teve mandato como Deputado Federal, foi candidato a governador do Rio de Janeiro e ainda foi um dos ministros de Estado. Mário Guimarães no que lhe concerne limitou-se ao mandato Deputado Estadual e Deputado Federal, porém isso não atrapalhava a influência que ele exercia na camada política de Nova Iguaçu.

A instabilidade ocorria, também, pelas grandes mudanças que aconteceram na região, nas décadas sucessoras a 1940 a cidade recebeu milhares de novos moradores/eleitores oriundos de outros Estados do país. Isso acarretou a mudança de clientela além de novas reivindicações e a necessidade de novas agendas políticas. Batista considera que mudanças tenham colaborado tanto para perda de prestígio por parte de Mário Guimarães, que perdeu o pleito em sua cidade (obteve poucos votos da região iguaçuana), quando concorreu para Senador, como para Getúlio de Moura que também perdeu as eleições para Governador, tendo poucos votos de sua cidade. O preço baixo dos lotes contribuiu para que a cidade crescesse de forma acelerada, acarretando mudanças, não só na vida social dos moradores, como também no quadro político da cidade, o autor mostra que de dezenove vereadores em 1966, apenas quatro eram reeleitos¹¹⁹, sendo a maioria esmagadora de novos políticos. Portanto as mudanças do quadro político seriam reflexo da transição que a cidade passaria no seu âmbito

¹¹⁸ BATISTA, Allofs Daniel. Da Laranja ao Golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política durante os primeiros anos do Regime civil-militar. Monografia UFRRJ, RJ. 2011. Encontrada em: <<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/422/1/BATISTA%20Allofs%20Daniel%202011.pdf>> acessada em 10 de mar 2019. p 22.

¹¹⁹ BATISTA, Allofs Daniel. Da Laranja ao Golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política durante os primeiros anos do Regime civil-militar. Monografia UFRRJ, RJ. 2011. Encontrada em: <<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/422/1/BATISTA%20Allofs%20Daniel%202011.pdf>> acessada em 10 de mar 2019. p 27.

social, novos eleitores e novos pretendentes à carreira pública contribuíram para as disputas mais acirradas e maiores desavenças políticas, ocasionando a instabilidade vivida entre as décadas de 60 e 80.

Dentro deste quadro a câmara municipal publicou uma declaração de “manutenção da ordem”, afirmando que a lei e o Regimento seriam cumpridos e que havia uma grande vigília desde 2 de abril para informações acerca da situação da federação, porém, neste período, não havia sofrido nenhuma coação por parte de qualquer posição política ou partido. O deputado Darcilio Ayres, declarado simpatizante do movimento que derrubou o governo de Jango, diz ao jornal que o Brasil estaria em uma encruzilhada entre “Democracia ou Comunismo”, o deputado seria líder da “Ala Renovadora” em Nova Iguaçu pelo partido UDN 120. Uma observação feita por Batista na edição do Correio da Lavoura de 5 de abril de 1964, são as palavras cometidas usadas para descrever a situação política do país no momento. Logo após o golpe não se usava palavras como “revolução”, “golpe” ou palavras com o este teor, como a incerteza política e indefinição era compartilhada por toda população em geral, as palavras eram cometidas referente a situação política, e os agentes envolvidos sempre descritos como "Forças Armadas", " Nova Ordem Democrática". Já os termos usados para descrever o governo que fora derrubado estavam ligados aos termos “subversivos”, “Perturbadores da Ordem”, " agitadores”, “esquerdistas”, entre outros termos que passassem a mesma significação. Apesar dos termos empregados e a significância que cada um carrega, a edição do jornal se propõe a noticiar sem assumir nenhum lado ou posicionamento político. Seria então uma estratégia para a imparcialidade do veículo de imprensa, uma vez que enfrentaria um momento político indefinido e que ao se comprometer com um dos lados poderia sofrer sanção após a definição do quadro político que a nação passava.¹²¹

Apesar da nota em que a Câmara Municipal de Nova Iguaçu afirma que nenhuma coação teria sido direcionada ao poder legislativo de Nova Iguaçu. No dia 19 de abril de mesmo ano os atos oficiais da Câmara Municipal, que eram publicados no jornal Correio da Lavoura, teria convocado uma assembleia extraordinária com duas pautas:" a) cassação de

¹²⁰Desenvolvemos melhor a carreira e as influências do deputado no capítulo posterior a este

¹²¹ BATISTA, Allofs Daniel. Da Laranja ao Golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política durante os primeiros anos do Regime civil-militar. Monografia UFRRJ, RJ. 2011. Encontrada em: <<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/422/1/BATISTA%20Allofs%20Daniel%202011.pdf>> acessada em 10 de mar 2019. p 32.

mandatos; b) apreciação e votação de toda a matéria pendente nesta casa Legislativa.” Após essa convocatória a Câmara Municipal de Nova Iguaçu decidiu cassar o Mandato do Edil Ismael Ramos, o vereador não foi cassado somente na Câmara Municipal de Nova Iguaçu, também sofreu sanção na Associação Comercial Industrial de Nova Iguaçu, pois ele era o representante da farmácia São Jorge naquela entidade. A Câmara afirmava ainda que a “revolução” não teria ordenado a cassação do vereador, porém a própria Câmara fazia sua parte expurgando do seu corpo os indivíduos “antidemocráticos”. Observamos, então, que mesmo se a informação for verídica e o governo Federal em nada tenha influenciado o ato dos edis, ainda sim houve uma reação diante da situação política nacional, em que o corpo da Câmara Municipal se movimentou em prol das mudanças ocorridas no país, a favor da “nova ordem democrática”.

O auge da instabilidade política em Nova Iguaçu pode ser atribuído ao ano de 1967, mesmo a política Iguaçuana tendo sido balançada desde o início do golpe, é nesse ano que o clima político parecia ficar ainda mais instável. Era ano de renovação dos cargos do legislativo na cidade, e como já dissemos havia ocorrido uma grande renovação na câmara municipal, porém não se deu no executivo. Naquele ano, Ary Schiavo foi eleito a Prefeitura Municipal, já era velho conhecido da cidade de Nova Iguaçu, pois havia sido vereador entre 1947 e 1954, em 1955 foi eleito prefeito da cidade. Também foi candidato a Deputado Estadual pelo Partido Social Trabalhista (PST) em 1962, nesta eleição ele ficou na posição de suplente, tendo alcançado ao cargo de Deputado em 64 após a cassação de seu partidário Elzio Ramalho. Ary Schiavo, após o AI-2, teria se filiado ao MDB, cuja bancada já era maioria (12 emedebistas contra 7 do Arena), o que poderia ser um bom sinal no sentido de ter a câmara de vereadores como aliada. Porém, o partido ainda não havia chegado a uma coalizão de pensamentos, tendo entre seus representantes na Câmara divergências políticas que agravaram a instabilidade do Poder Executivo local, logo os conflitos internos ganharam espaços dentro das agendas políticas da cidade:

"(...) alguns vereadores, em seguida a acusações, ofensas e insultos muitos, Fizeram no plenário da câmara uma lembrança inacreditável, como se fosse a casa um ringue de onde se praticasse o vale tudo, desde respeitando-se com tamanho Desatino a si próprios e disiludindo irremediavelmente a quantos neles um dia confiaram ponto" (FATOS LAMENTÁVEIS... Correio da Lavoura, 1967, p.1)

Não era só o poder executivo que passava por instabilidade, percebemos uma sequência de conflitos de interesses que rondavam a Câmara Legislativa. Os partidos não garantiam uma posição política clara nas decisões dos edis, pois o que aparentemente era uma base para um governo tranquilo do prefeito, se mostrava o início de uma instabilidade que alcançaria o mandato de Ary Schiavo. Um dos fatos que acarretou a crise foi um pedido encaminhado pelo prefeito à Câmara para aumentar os gastos da prefeitura com a intenção de realizar algumas obras e reparos, porém os vereadores Hélcio Chambarelli, Nagi Almwy e Luiz Carlos de Freitas estavam interessados em aprovar o aumento das tarifas de ônibus. O prefeito não concordou com o aumento das tarifas, portanto os três vereadores que eram integrantes do MDB, ou seja, a bancada do governo, teriam se aliado a oposição barrando a proposta do aumento das despesas da prefeitura. Dentro de 19 vereadores a aliança entre os sete da Arena (oposição) com os 3 emedebistas inconformados resultaria em maioria simples, a partir de então começaram os problemas de Ary Schiavo com a Câmara Municipal de Nova Iguaçu.¹²²

Alguns meses depois Ary Schiavo precisou se licenciar para ir ao exterior, ele iria representar o município em uma participação de um congresso na Alemanha. O decreto-lei n.º 201 Presidente Castelo Branco permitia a cassação de prefeitos pelas Câmaras, sob denúncias de corrupção ou desvio das verbas públicas, este decreto era uma boa demonstração de como funcionava o governo militar. Dentro desta legalidade a Câmara Municipal de Nova Iguaçu decide cassar o mandato de Ary Schiavo, tendo apenas um voto negativo a cassação, o Capitão José Ribamar Zamith articulou pessoalmente todo o processo de afastamento do prefeito¹²³. Vale destacar que a Ary Schiavo já seria o quinto prefeito desde o início do jogo de cadeiras da prefeitura desde 1964, o assustador é que ainda era o ano de 1967. Os dois anos posteriores, até o início da intervenção Federal em 1969, houve trocas constantes de poder entre prefeito, vice-prefeito, presidente da Câmara. Antônio Machado, que era o então vice-prefeito do governo de Ary Schiavo, terá grande destaque nas relações que culminaram na iniciativa da então SESNI, porém nos aprofundaremos nestas questões no próximo capítulo. Em 1968 diante

¹²²

BATISTA, Allofs Daniel. Da Laranja ao Golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política durante os primeiros anos do Regime civil-militar. Monografia UFRRJ, RJ. 2011. Encontrada em: <<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/422/1/BATISTA%20Allofs%20Daniel%202011.pdf>> acessada em 10 de mar 2019. p 35.

¹²³Alves, José Cláudio de Souza. Dois Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH- Clio, 2003. p.101.

da desmoralização do cargo maior do executivo, Jorge de Lima, Darcílio Ayres e José Haddad — que era o presidente do partido governista a Arena — apelam para Paulo Pfeill, secretário do interior e justiça, por uma intervenção Federal no município. A solução encontrada foi a nomeação de Rui Queiroz em fevereiro de 1969 como interventor do município de Nova Iguaçu. Dentro deste quadro Batista¹²⁴ comenta que uma disputa política local, em que conflitos e interesses aparentemente comuns do cotidiano legislativo, pode ter sido o estopim para uma intervenção Federal no município. A partir da primeira intervenção federal o município passaria por anos muito favoráveis ao regime, pois todos os prefeitos eleitos a partir de 1971 — após a intervenção Federal — seriam da Arena. Portanto, a política Iguaçuana estaria sob controle dos arenistas durante a década de 1970 e apenas os movimentos sociais poderiam trazer um contraponto para as discussões políticas. Veremos no próximo tópico a participação da Igreja Católica neste processo, e seu posicionamento na cidade de Nova Iguaçu.

2.3.1 A importância da Igreja Católica em Nova Iguaçu em meio a Ditadura Militar

Dentro da perspectiva, Nova Iguaçu e a ditadura militar, não podemos ignorar um ator social muito importante, a Diocese de Nova Iguaçu. Para tanto iremos nos desdobrar para relacionarmos os três pontos de modo a construirmos um cenário mais verossímil do encontrado pelos atores sociais relacionados à implantação de instituições de ensino superior na Baixada Fluminense, mais precisamente no município de Nova Iguaçu. Em meio a instabilidade política e intervenção Federal é que a Diocese de Nova Iguaçu, na figura do Bispo Dom Adriano Hipólito, surgiu como uma liderança em busca de conscientizar os católicos para lutarem por melhorias nas condições dos moradores da região. Uma das estratégias criadas foi uma coluna em que havia perguntas e respostas, esta coluna era publicada

¹²⁴

BATISTA, Allofs Daniel. Da Laranja ao Golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política durante os primeiros anos do Regime civil-militar. Monografia UFRRJ, RJ. 2011. Encontrada em: <<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/422/1/BATISTA%20Allofs%20Daniel%202011.pdf>> acessada em 10 de mar 2019. p. 47.

no semanário “A Folha”¹²⁵. O ano de 1972 era um ano estratégico para iniciativa do Bispo, pois era um ano de eleições e poderia encerrar o período de administração intervencionista no município de Nova Iguaçu. O semanário adotou um discurso além do religioso, abordando questões sociais e políticas, estratégia adotada em virtude do período eleitoral¹²⁶.

O interesse da Igreja pelas questões sociais e políticas da região não nasceu no ano de 1972, essa relação já era preconizada na posse de Dom Adriano Hipólito em 1966, que diante de tantos desafios, percebeu que o primeiro seria compreender o que era a Diocese e quem era o povo Fluminense. Para tanto ele organizou pesquisas feitas na Diocese de modo a implantar um projeto chamado “Plano Pastoral”. Ele explica em seu plano que a Baixada Fluminense era caracterizada por uma alta densidade demográfica, pela recente urbanização que crescia desenfreadamente, como uma região de cidade subúrbio, por uma numerosa migração e ainda sofria com a ausência de serviços públicos e infraestrutura. Dom Adriano aponta que a cidade é identificada como “área problema”, e ele atribuiu esse rótulo a ineficiência da Igreja, que teria o papel de inserir a pastoral na realidade Iguaçuana¹²⁷. Esses fatos nos levanta um ponto importante, o interesse da Igreja em mapear, objetivar e implantar estratégias de ação social, contestando as ações anteriores e estatais, apontando os problemas de marginalização, a falta de infraestrutura e condições básicas da sociedade, a Igreja buscava de certa forma construir uma “justiça social”¹²⁸. Com desenrolar da política local, a importância do semanário A Folha em 1972 foi estratégica e precisa, pois a Igreja via que sua ação política advinha da influência e a formação de opinião através do informativo. Outro ponto importante é a aproximação que se deu entre os fiéis na organização da Igreja demonstra maior interesse na participação de leigos nos assuntos eclesiais.

¹²⁵O semanário A Folha era um documento de registro das ações e entendimento da Diocese de Nova Iguaçu e trazia os objetivos da Igreja e sua missão. Era distribuído entre os fiéis e a comunidade.

¹²⁶ UCHÔA JÚNIOR, Cezar Augusto Sales. "PERGUNTE AO BISPO": Em defesa de um projeto cristão de sociedade na Diocese de Nova Iguaçu (1972). Monografia UFRRJ, NOVA IGUAÇU – RJ 2014. encontrado em <http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/227/1/UCHOA%20J%20C3%20BAnior%2c%20Cezar%20Augusto%20Sales%202014.pdf> acessado em 15 mar. 2019.

¹²⁷ SERAFIM, Adriana da Silva. A Missa da Unidade Entre Faixas e Crucifixos: Hierarquia e Política na Diocese de Nova Iguaçu (1982). Dissertação (mestrado) – UFRRJ – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Curso de Pós-Graduação em História, 2013. p 66 e 67.

¹²⁸ UCHÔA JÚNIOR, Cezar Augusto Sales. "PERGUNTE AO BISPO": Em defesa de um projeto cristão de sociedade na Diocese de Nova Iguaçu (1972). Monografia UFRRJ, NOVA IGUAÇU – RJ 2014. encontrado em <http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/227/1/UCHOA%20J%20C3%20BAnior%2c%20Cezar%20Augusto%20Sales%202014.pdf> acessado em 15 mar. 2019. p.33

O discurso de Dom Adriano era um esforço para mobilizar e conscientizar os fiéis de uma concepção de catolicismo mais ampla, que incluía o mundo político, social e o cotidiano das pessoas. Uchôa Júnior ¹²⁹ acredita que era uma tentativa de construir uma memória de resistência, a partir da tentativa de desvincular a imagem da Igreja do regime militar. Porém, para ele o papel da Igreja nessa época foi uma espécie de substrato de ação pastoral. Neste caso a Igreja seria uma instituição capaz de manter certa resistência ao regime militar, todavia dentro do limite da legalidade. Isso para o autor não significava que os militares não temiam esta ação progressista da Igreja, pois os militares interpretavam como ações subversivas, por isso, teria sofrido sanções e censuras por parte do Estado. Em uma perspectiva geral, foi na década de 1970 que a Igreja e o Estado começaram a repensar sua relação. Renato Cancian traz o entendimento acerca deste momento na história :

"o golpe militar de 1964 representou, porém, divisor de águas na história da Igreja no Brasil porque à medida que o Estado foi se militarizando estabeleceu-se um conflito latente nas relações entre o governo e clero católico. Neste processo, a Igreja se transformou na principal força de oposição à ditadura militar."
(CANCIAN- 2011)¹³⁰

Isso seria uma análise resumida, considerando um quadro em que dois grupos estão em oposição, porém, para uma análise mais profunda é necessário considerar diversos pontos como, por exemplo, as dinâmicas internas da Igreja e do Estado, as redefinições de suas ações, sem desconsiderar que os rumos eram indefinidos.

Dentro das duas instituições existiam divergências de pensamento, assim como no Estado existia uma linha mais dura de pensamento, dentro da Igreja também acontecia, pontuamos os grupos dentro da Igreja em relação às mudanças sociais. Os reformistas que entendiam que a finalidade da Igreja seria uma mudança social, os tradicionalistas que seguiu

¹²⁹ UCHÔA JÚNIOR, Cezar Augusto Sales. "PERGUNTE AO BISPO": Em defesa de um projeto cristão de sociedade na Diocese de Nova Iguaçu (1972). Monografia UFRRJ, NOVA IGUAÇU – RJ 2014. encontrado em <<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/227/1/UCHOA%20J%C3%BAnior%2c%20Cezar%20Augusto%20Sales%202014.pdf>> acessado em 15 mar. 2019. p.33

¹³⁰ CANCIAN, Renato. Igreja católica e ditadura militar no Brasil. São Paulo: claridade, 2011. p.38.

o modelo da neocristandade, que entendiam que a instituição deveria ser forte diante a sociedade. E, por fim, os modernizadores conservadores, que buscavam uma maior abertura, porém não estavam dispostos a grandes transformações¹³¹. Do lado militar essa divisão era mais clara, pois um grupo ligado a Castelo Branco defendia que o retorno do governo civil no outro grupo chamado “linha-dura” era ligado ao Presidente Costa e Silva que temia o avanço dos movimentos de esquerda e defendiam um período mais longo de intervenção militar. Em uma concepção geral tanto no Estado quanto na Igreja os progressistas sempre eram intitulados como esquerda enquanto os conservadores eram rotulados de direita.

Este entendimento é importante, pois não podemos simplesmente colocar a Igreja como oposição sem considerar os processos de redefinição que a Igreja estaria passando durante os conflitos nacionais. Existia uma preocupação por parte de Dom Adriano em construir uma memória que não associasse à Igreja católica com a ditadura militar. Cancian¹³² pontua a importância da escala durante a análise neste caso, pois na esfera regionalizada, como é o caso de Nova Iguaçu. Notamos uma ação da pastoral relacionada à política e a questões sociais, porém se nosso foco foi a esfera nacional, havia sempre um discurso ponderado frente ao poder do Estado, mesmo que a Igreja tenha objeções à legitimidade do Poder instituído. Isso fica evidente no posicionamento da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) quando a igreja se declarou “grata” pela intervenção militar no que condiz o controle de uma desordem que poderia ser maior. Em documento de 1964, entre os agradecimentos estão também há críticas e pontuações que condicionam o apoio da Igreja ao Estado que se institui atentando sempre aos direitos humanos e à justiça social¹³³. Então esta relação, entre Igreja e Estado durante o período da ditadura militar é marcado por uma ambiguidade, pois em certas esferas, era apoiadora do governo e em outras esferas eram resistências. Porém, a mudança mais marcante do período foi a perda de influência que a Igreja exercia sobre o Estado, o que distanciava a construção de uma aliança institucional com o objetivo de um projeto de uma

¹³¹ UCHÔA JÚNIOR, Cezar Augusto Sales. "PERGUNTE AO BISPO": Em defesa de um projeto cristão de sociedade na Diocese de Nova Iguaçu (1972). Monografia UFRRJ, NOVA IGUAÇU – RJ 2014. encontrado em <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/227/1/UCHOA%20J%C3%BAnior%2c%20Cezar%20Augusto%20Sales%202014.pdf> acessado em 15 mar. 2019. p.40

¹³² CANCIAN, Renato. Igreja católica e ditadura militar no Brasil. São Paulo: claridade, 2011. p.38.

¹³³ MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.p. 104.

nação nos moldes da neocrisandade¹³⁴.

Em meio a todas essas transições e conflitos, Dom Adriano tentava consolidar a ação Pastoral na Diocese de Nova Iguaçu que era classificada pelos militares como uma Igreja progressista e subversiva que deveria ser combatida. A dinâmica interna na Igreja ajudou, no que respeito, a dificuldade que os militares encontravam em compreendê-la, pois a Igreja por ser um organismo de coexistência e interpretações dificultava na frente contrária aos seus ideais. O comportamento da diocese de Nova Iguaçu é apontado por Mainwaring como um fato bem específico, pois diferente de outros movimentos nas dioceses, a hierarquia eclesiástica não era quebrada, pois, partia do próprio Bispo Diocesano a promoção de tais ações. Para o autor, a Igreja foi muito importante na legitimação dos movimentos populares na cidade de Nova Iguaçu, mesmo sendo limitada. Um dos fatores que contribuíram para a Igreja ter esta posição seria o Concílio do Vaticano II, que passou a ver a Igreja como um conjunto de seus membros “fiéis” e não somente uma instituição como até então era vista. Com isso passou a ter uma ação sócia libertadora e não se limitou apenas a salvação da alma para uma eternidade, mas trabalhou outros conceitos e valores que envolviam ações sociais e políticas.

Para Uchôa Júnior¹³⁵ a coluna “Pergunte ao Bispo” era um panfletário, pois fazia parte de uma estratégia de ação e uma diretiva dentro dos moldes do Concílio. Observa-se isto dentro dos debates que sempre pontuaram a importância do Concílio Vaticano II para a Igreja brasileira, e o que isto contribuiu na organização da Igreja na escala regional, onde realmente as coisas aconteciam. Em meio a uma instabilidade política em Nova Iguaçu, a Diocese possuía uma vertente de resistência ao regime militar e suas intervenções no município, apesar de os movimentos terem ganhado “vida própria” e seguirem independentes. Durante o processo de redemocratização a origem eclesiástica nesta discussão enriquece nossa análise e traz novos parâmetros para embasar as ações individuais e coletivas em prol de melhorias na cidade de Nova Iguaçu, incluindo políticas públicas e ações para um bem comum a sociedade local. Não esgotamos aqui todas as ações do Bispo Dom Adriano Hipólito, tão pouco da

¹³⁴Os interesses característicos da Igreja da neocrisandade pautavam-se especialmente pela influência católica no sistema educacional, a moralidade católica, o antiprotestantismo e o anticomunismo.

¹³⁵ UCHÔA JÚNIOR, Cezar Augusto Sales. "PERGUNTE AO BISPO": Em defesa de um projeto cristão de sociedade na Diocese de Nova Iguaçu (1972). Monografia UFRRJ, NOVA IGUAÇU – RJ 2014. encontrado em <http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/227/1/UCHOA%20J%C3%BAnior%2c%20Cezar%20Augusto%20Sales%202014.pdf> > acessado em 15 mar. 2019. p47.

Diocese como comunidade, apenas escolhemos uma das ações para exemplificar o papel da Igreja Católica, sobretudo da Diocese de Nova Iguaçu no momento político vivido nestas décadas.

Consideramos os aspectos políticos vividos na cidade importante para continuarmos a dissertar sobre as instituições de ensino, a partir do próximo capítulo nos desdobramos para construir uma narrativa acerca dos atores sociais envolvidos na SESNI. Este processo nos chama a atenção pelo envolvimento político de muitos de seus membros, em especial pela família de Fábio Raunheitti, que possuíam grande influência na região, além de ter representantes na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. O envolvimento da família Raunhetti com um dos prefeitos presentes no jogo das cadeiras de Nova Iguaçu, com capitalistas importantes da cidade iguaçuana e com fundadores de outras instituições de ensino superior, permearam a construção do capítulo seguinte.

Capítulo III

Coalizões e convenções:

as redes de sociabilidades que formaram uma Instituição.

3.1 Dinâmicas sociais e políticas iguaçuanas que antecederam a SESNI

São nos atores sociais que nos debruçamos a partir deste ponto, porque acreditamos que as Instituições não são constituídas por elas mesmas, mas são as pessoas que integram nesse processo que movem as dinâmicas com a finalidade que é pertinente às suas experiências, expectativas e intenções. Ao acompanhar os registros deixados por esses personagens, percebemos as multiplicidades e funções sociais que exerciam, as expectativas que criavam e as ações que efetivaram em relação às políticas públicas, instituições de ensino e panorama político. Portanto, entender a trajetória pessoal dos atores envolvidos nos permitirá ligar os pontos com a história nacional e mundial, além de nos auxiliarem a compreender os aspectos sociais que compunham as instituições e regras nas quais conduzem a elaboração, aplicação e os resultados das políticas públicas.

Em meio a nossa pesquisa um nome ressalta nas notícias vinculadas a então SESNI, Fábio Raunheitti,¹³⁶ reitor e fundador da Universidade, além de pertencer à família proprietária da instituição. O senhor Fábio Raunheitti era natural de Nova Iguaçu, nasceu no ano de 1928 e era irmão do Deputado Federal da Darcilio Ayres Raunheitti. Fábio se bacharelou em direito pela Universidade Federal Fluminense, em 1952 se tornou tabelião substituto no 5.º Distrito de Nova Iguaçu¹³⁷. Já nos anos 1960 durante a gestão do prefeito de Nova Iguaçu, José Naim Fares, Fábio possuía bastante prestígio na cidade, ocupava a vice presidência da subseção da OAB em Nova Iguaçu. Em 1967 foi diretor de Educação e Cultura de Nova Iguaçu. A cidade passava por uma instabilidade política, que tratamos no capítulo anterior, em 25 anos Nova

¹³⁶ASSEMB. NAC. CONST. *Repertório* (1987); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1991-1995); COELHO, J. & OLIVEIRA, A. *Nova; Correio Brasiliense* (19/1/87); *Folha de S. Paulo* (19/1/87, 14/10/96); *Globo*(13/4/94 e 28/3/96); *Jornal do Brasil* (22 e 25/10/93, 14 e 17/11/93, 11/1, 20/4, 13/5, 8/6, 13/10/96); *Perfil parlamentar/IstoÉ* (1991); *Veja* (20/10/93); apud <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fabio-raunheitti>> acessado dia 15/10/2018

¹³⁷ RAUNHEITTI, Fábio. *Verbete* Fundação Getúlio Vargas. Encontrado <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fabio-raunheitti>> Acessado dia 20/12/2018

Iguaçu teve 17 prefeitos, destes apenas 6 foram eleitos, os restantes foram interventores, vices ou presidentes da Câmara que assumiram o cargo. É neste cenário político caótico que está concentrada nossa pesquisa, e é justamente neste período que observamos o entrelaçamento entre a política local, a família Raunheitti e a implantação das Instituições na Baixada Fluminense. Apesar de ter tido vários cargos públicos, como o secretário de Educação e Cultura do município de Nova Iguaçu, ele também presidiu a Fundação Educacional de Nova Iguaçu e a companhia Municipal de Desenvolvimento até o ano de 1982, sempre foi lembrado por ser o proprietário da Universidade de Nova Iguaçu e fundador da Sociedade de Ensino de Nova Iguaçu.¹³⁸

Na administração do novo prefeito, Antônio Joaquim Machado, Fábio Raunheitti¹³⁹ se tornou representante do governo na ausência do prefeito. Nesta época, já em 1968, Fábio era diretor do departamento de Promoções e Certame de Nova Iguaçu, e notícias vinculavam a pretensão de Fábio Raunheitti vir como candidato à prefeitura. Dentro do período estudado, esta vinculação entre o nome de Fábio e a sucessão dos diversos prefeitos é constante, porém a disputa pela prefeitura nunca se materializou de fato, somente em 1986 após o falecimento de seu irmão (Deputado Federal) que Fábio disputou e venceu as eleições para deputado. Após acusações de corrupção do prefeito, ilegalidades na compra de máquinas, Fábio Raunheitti assumiu todas as secretarias temporariamente, porém seu nome foi vinculado às acusações, talvez tenha sido o primeiro empecilho de sua “promissora” carreira pública. Já nos anos 90 vários escândalos de corrupção, inclusive envolvendo o hospital universitário da UNIG (antiga SESNI), promoveram a aposentadoria em 1994, deixando seus filhos como sucessores na carreira política.

Na inauguração do novo prédio da SESNI em 1972, o governador do Estado da Guanabara, Raimundo Padilha agradeceu pessoalmente ao Deputado Darcilio Raunheitti e seu irmão Fábio Raunheitti¹⁴⁰. Essa parceria entre os irmãos é também citada em 1976 pela luta em trazer o curso de Medicina para a Universidade. Agradeceram ao então governador do Rio de Janeiro Floriano Peixoto, os irmãos Raunheitti ressaltaram a aprovação do pedido em caráter

¹³⁸ibidem

¹³⁹NOVA Iguaçu. O Jornal, RJ. 30 de ago de 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=prefeito%20+%20Raunheitti&pasta=ano%20197> acessado dia 31/10/2018

¹⁴⁰ UNIVERSIDADE de N. Iguaçu...Luta Democrática. Rio de Janeiro. 12 de set de 1972. p.6 <<http://memoria.bn.br/DocReader/030678/51816>>

excepcional¹⁴¹. O que nos leva a entender que na agenda de políticas públicas do Estado, o atendimento a um grupo social da Baixada Fluminense estava na pauta emergencial. A família Raunheitti encerra a década de 1970 ainda com prestígio nos veículos de comunicação, Fábio recebeu em 1979 o Troféu Fusão¹⁴², em comemoração da união dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara. Com um diálogo constante com as autoridades políticas da região, Fábio foi um nome presente nas discussões políticas e educacionais da cidade. Oriundo de uma família forte na cidade perpetuou seu nome na história de Nova Iguaçu através da iniciativa e administração da SESNI e a importância de tal instituição na região.

A relação dos irmãos Raunheitti era além dos laços familiares, um, era proprietário de uma instituição de ensino privado, e o outro, era Deputado pertencente a comissão de Educação e Cultura, além da comissão de Orçamento, logo os laços políticos tiveram importância na dinâmica local. Darcílio Ayres Raunheitti¹⁴³, disputou pela primeira vez uma cadeira na Assembleia Legislativa fluminense em 1962 pela UDN (União Democrática Nacional), com o Ato Institucional número dois (AI-2), em 1965, houve a extinção dos partidos políticos, levando Darcílio a filiar-se ao MDB. Depois que entrou para carreira pública manteve-se eleito nas eleições seguintes, sendo Deputado Federal de 1975 – 1986 (ano de sua morte), foi membro do diretório regional da Arena fluminense, foi vice-líder do partido. Em toda sua trajetória política esteve alinhado ao Regime militar, mesmo após a abertura política, se filiou ao Partido Democrático Social (PDS), agremiação que sucedeu à Arena. Votou pela prorrogação dos mandatos de governadores, deputados e senadores que deveriam findar em 1982, para que acabassem em 1986, e votou contra as diretas já. A partir do posicionamento político levantado até o momento, percebemos que o crescimento contínuo da SESNI e a permanência dos militares no poder podem estar atrelados.

Darcílio apesar da sua posição privilegiada socialmente na cidade de Nova Iguaçu, nas eleições de 1962, não conseguiu uma cadeira na Alerj, porém se tornou suplente de

¹⁴¹ ESCOLA de medicina... Jornal dos Sports. Rio de Janeiro. 22 de maio de 1976 p.12. <http://memoria.bn.br/DocReader/112518_04/36140>

¹⁴²A NOITE é o espetáculo. A Luta Democrática. Rio de Janeiro. 23 de abr de 1979. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=fus%C3%A3o+Raunheitti&pasta=ano%20197>> acessado 31/10/2018

¹⁴³CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1975-1979, 1979-1983, 1983-1987); *Globo* (23/4/81, 26/4/84, 16/1/85, 13/2/88); *Jornal do Brasil* (13/2/88); NÉRI, S. 16; *Perfil* (1980); *Veja* (2/5/84). disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aires-Darcilio>> acessado dia 15/10/2018

Norberto Marques. Em uma reportagem no jornal A Última Hora no dia 28 de junho de 1965¹⁴⁴ o jornalista denunciou uma suposta “indústria da suplência”, era uma manobra no qual os partidos trocariam seus Deputados na metade dos mandatos de modo a receberem verbas e auxílios especiais para nova suplência. Darcilio é um dos indicados como beneficiado desta manobra ao substituir o Norberto Marques. A denúncia vai além e indica que os Deputados que se favoreceram de tal manobra são os que menos comparecem às sessões, tornando insustentável a votação pela falta de quórum mínimo, o jornal indica que isso deveria estar atrelada ao fato de que não havia oposição ao Governador. Outro fato interessante do Deputado Darcilio é um novo Regimento¹⁴⁵ que foi aprovado de custos para os tabeliães, atentando que Darcilio era proprietário de um cartório na cidade de Nova Iguaçu, mesmo isento de imparcialidade, Darcilio conduziu a votação na Câmara dos Deputados. O Deputado Peixoto Filho foi um dos que contestou a aprovação, primeiro pela falta do quórum mínimo e segundo que dos votantes, doze parlamentares eram proprietários de cartórios, portanto as medidas estariam ligadas a interesses próprios. Darcilio contestou acusação afirmando que com a nova tabela os tabeliães seriam obrigados a seguir um valor específico, imposto pela Assembleia, portanto “perderiam” a autonomia da cobrança pelos serviços.

Entre seus aliados políticos estava um dos personagens que figuram a “dança das cadeiras” de Nova Iguaçu, durante a década de 1960, em reportagem no O Jornal em agosto de 1968¹⁴⁶ Darcilio é exposto como um dos três deputados iguaçuanos eleitos, em declaração, Darcilio se coloca como o braço direito e de apoio irrestrito ao Prefeito Antônio Joaquim Machado, Antônio Machado era o vice de Ary Schiavo, o qual foi deposto poucos meses depois de sua eleição em 1967. A relação entre os irmãos com o Prefeito Antônio Joaquim Machado se mostrou próxima, pois os dois irmãos demonstraram publicamente apoio a Antônio Machado, além de Fábio Raunheitti ter participado do governo do então prefeito de Nova Iguaçu. O período de governo que Antônio Machado se manteve no poder, coincide com o período de fundação da Associação Universitária José Faustino Costa que originou a SESNI,

¹⁴⁴ SUPLÊNCIA na Assembleia. Última Hora. Rio de Janeiro.p 11 28 de jun de 1965 <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>>

¹⁴⁵ REGIMENTO de Custas. Última Hora. Rio de Janeiro. p 08. 14 de set de 1965.<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>>

¹⁴⁶ NOVA Iguaçu. Última Hora. Rio de Janeiro. p 28. 30 de ago de 1968 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>

portanto o apoio político do vice-prefeito de Ary Schiavo nos parece estrategicamente oportuna.

Com uma imagem sempre atrelada a educação a vida pública dos irmãos Raunheitti girava em torno de assuntos pertinentes ao tema que tanto despertaria debates e visibilidade aos dois. Darcilio em um discurso na Assembleia¹⁴⁷ denuncia problemas na educação no município de Nova Iguaçu, pois em Santa Eugenia (bairro de Nova Iguaçu) 23 mil crianças ficaram sem escola, pois houve uma paralisação das obras do conjunto escolar há mais de 6 meses, ele diz que é um crime para educação. Diante de todos os problemas ligados à Prefeitura de Nova Iguaçu, onde em um ano quatro pessoas diferentes estiveram no poder do município, Darcilio organizou uma frente¹⁴⁸ em prol da Baixada Fluminense dentro da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Faziam parte desta frente deputados da ARENA e do MDB, todos ligados a algum município da Baixada Fluminense. Entre eles estavam: Jorge Davi de Nilópolis, Silvério do Espírito Santo de Duque de Caxias, Eurico Guimarães Neves de São João de Meriti, José Montes Paixão oriundo do distrito de Mesquita pertencente a Nova Iguaçu, Darcilio Ayres e Jorge Lima que eram do distrito principal de Nova Iguaçu. Essa frente parlamentar também pretendia integrar os prefeitos destes municípios, entre as reivindicações do grupo estavam o saneamento básico, saúde e uma universidade para a região da Baixada Fluminense. Um dos resultados desta frente parlamentar na ALERJ foi um investimento de 101 mil cruzeiros¹⁴⁹ destinados ao saneamento básico na região da Baixada Fluminense, Darcilio era um dos líderes da comissão que buscava tal benefício. Não satisfeito com os rumos que tomou a Prefeitura de Nova Iguaçu, Darcilio destacou em um de seus discursos, já em 1968, a boa atuação de Antônio Joaquim Machado na Prefeitura de Nova Iguaçu. Ele destacou as obras e o controle da administração Iguaçuana, de modo a melhorar a imagem do político perante a assembleia e aos meios de comunicação.¹⁵⁰

Seu posicionamento político a favor do regime militar também sempre

¹⁴⁷DEFICT. Correio da Manhã. Rio de Janeiro. p 05 07 de março de 1967 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%201967>

¹⁴⁸BAIXADA forma Frente para o progresso. Tribuna de Imprensa. Rio de Janeiro. p. 06 de out de 1967<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&PagFis=29666&Pesq=Darcilio%20aires>

¹⁴⁹ESTADO do Rio. Tribuna de Imprensa. Rio de Janeiro. p21 18 de maio de 1968<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&PagFis=31572&Pesq=Darcilio%20aires>

¹⁵⁰PREFEITURA de Nova Iguaçu elogiada na Assembleia. Tribuna de Imprensa. Rio de Janeiro. p05 18 de set de 1968 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&PagFis=31572&Pesq=Darcilio%20aires >

esteve as claras, pois em 1969 ele é um dos deputados que migraram¹⁵¹ do MDB para a ARENA, a fim de concorrer às eleições de 1970. Assim como seu irmão estava sempre cotado para ser um dos prováveis candidatos a Prefeitura de Nova Iguaçu, porém o jornal destacava¹⁵² que ele nunca havia sido sequer Vereador e que teria tentado sua carreira pública diretamente concorrendo a Assembleia Legislativa, o afastando nas pretensões de um cargo público local. A ligação dos irmãos Raunheitti com Prefeito Antônio Joaquim Machado se estendeu por toda a década de 60 tanto em posições políticas declaradas pelos irmãos, quanto pelos cargos públicos oferecidos pelo prefeito, principalmente a Fábio.

A proximidade com o vice-prefeito Antônio Machado se contrastava com a relação de Darcilio e o prefeito eleito Ary Schiavo. Em uma ocasião, essa rivalidade existente entre os dois acarretou autos jurídicos,¹⁵³ dois advogados — Paulo Soares e Luiz Carlos Peçanha — ajuizaram uma denúncia de injúria contra Schiavo, na denúncia constava uma declaração de Schiavo em que ele denunciava Darcilio por ser dono de um esquema que se beneficiava com compras de máquinas durante o seu governo em Nova Iguaçu. Esta afirmação causou muita revolta entre os vereadores dos 19 presentes na câmara, 13 defenderam Darcilio dizendo que sua reputação era intocável, aumentando ainda sim a revolta do Legislativo de Nova Iguaçu contra o prefeito. Observamos um constante prestígio de Darcilio na política local, mesmo sem passar por um cargo municipal, tinha respaldo e apoio político nas dinâmicas e disputas de poder na região.

Na dança das cadeiras, como citamos, na cidade de Nova Iguaçu, Ary Schiavo a princípio foi afastado do cargo, e Antônio Joaquim Machado teria sido afastado com Schiavo. Após 90 dias de afastamento de Ary Schiavo da Prefeitura de Nova Iguaçu, uma liminar permitiria o retorno de Schiavo ao cargo, Darcilio se mostrou extremamente contra o retorno de Schiavo,¹⁵⁴ pois ele acreditava que somente o antigo vice-prefeito Antônio Joaquim

¹⁵¹ TROCA de Partido. Correio da Manhã. Rio de Janeiro. 07 de ago de 1968.p 08 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>

¹⁵² ASSEMBLEIA é caminho para as prefeituras. Tribuna de Imprensa. Rio de Janeiro. 12 de jul de 1967.p.05<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&PagFis=29666&Pesq=Darcilio%20aires>

¹⁵³ SCHIAVO processado. Correio da Manhã. Rio de Janeiro.23 de jul de 1968. p 08. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>

¹⁵⁴CLIMA em Nova Iguaçu. Correio da manhã. Rio de Janeiro. 03 de setembro de 1967. p18<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>

Machado deveria voltar a ocupar o cargo, já que contra ele não havia nenhuma denúncia. Ainda dentro dessa disputa Darcilio compareceu ao julgamento Ary Schiavo na Câmara de Vereadores, na companhia do Deputado José Paixão¹⁵⁵ tinham a intenção de formar uma frente que denunciaria a Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu por receber propinas com o objetivo de aceitar o retorno do antigo prefeito. Darcilio nunca demonstrou nenhum pudor em esconder a sua total aversão ao governo de Ary Schiavo e seu apoio incondicional a Antônio Joaquim Machado¹⁵⁶. Após o *impeachment* ser concretizado na cidade de Nova Iguaçu do então prefeito Ari Schiavo e seu vice Antônio Joaquim Machado após um ano de governo, Darcilio partiu para oposição do prefeito que assumiu, Naim Fares, que era o presidente da Câmara até então. Ele denunciou¹⁵⁷ Naim por favorecer a intervenção Federal no município de Nova Iguaçu e ainda indicou a sua ligação com o ex-prefeito cassado, alertou também que se consumado a intervenção no município de Nova Iguaçu, abriria uma brecha para que outras cidades da Baixada Fluminense tivessem o mesmo destino. Apesar de sempre se manter a parte das disputas de poder em Nova Iguaçu, Darcilio nunca se candidatou efetivamente a uma vaga no município, após duas eleições como Deputado Estadual, Darcilio passou para o âmbito nacional em 1970, e conseguiu ser reeleito Deputado Federal até sua morte em meados dos anos de 1980.

Não encontramos muitas informações justificando o *impeachment* de Ary Schiavo e o afastamento de Antônio José Machado. Porém, em reportagem do "O Jornal", o jornalista destaca que apesar dos detalhes dos motivos legais serem desconhecidos, uma motivação do Capitão José Zenit poderia ter acarretado os acontecimentos, sendo que esta motivação estaria ligada a Secretária de Educação de Nova Iguaçu. O Capitão José Zenit foi quem articulou o *impeachment*, ele teria convocado e instruído os vereadores a votarem pelo *impeachment* do prefeito. O Capitão teria uma relação próxima ao Professor Rui Queiroz, diretor do Colégio Municipal Monteiro Lobato, e Ary Schiavo afastou o Professor de suas funções por falta de decoro uma vez que possuía funcionárias "fantasmas", ou seja, professoras

¹⁵⁵DECISÃO de Iguaçu. Correio da Manhã. Rio de Janeiro. 17 de set de 1967.p16<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>

¹⁵⁶NOVA Iguaçu. Última Hora. Rio de Janeiro. 30 de ago de 1968. p.28.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>

¹⁵⁷ INTERVENÇÃO ainda ameaça Nova Iguaçu .Tribuna de Imprensa. Rio de Janeiro. 13 de set de 1967. p05 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&PagFis=29666&Pesq=Darcilio%20aires>

que recebiam salário, porém não cumpriram sua carga horária. Ary Schiavo foi convocado pela Secretaria de Segurança por emissários do governo para solicitarem a ele o retorno do cargo de diretor para o professor Rui Queiroz, porém Ary Schiavo não teria acatado ao pedido da Secretaria de Segurança. Portanto, o Capitão José Zenit, aproveitou uma viagem ao exterior do prefeito, o depôs assim como o vice-prefeito, sem ao menos que Ary soubesse¹⁵⁸. Observamos durante a pesquisa uma ligação considerável entre Antônio Joaquim Machado, Darcilio e Fábio Raunheitti, portanto incluiremos na rede de sociabilidade do diretor da SESNI Antônio Joaquim Machado, seu mandato foi durante a Reforma Universitária e o início da Fundação Faustino Costa Filho.

Entre os motivos apontados para afastamento de Antônio Joaquim Machado estaria o decreto/lei n.º 216 do ex-Presidente Castello Branco. Segundo jornal¹⁵⁹, Nova Iguaçu estaria sendo um laboratório do Governo Federal na aplicação do decreto que prevê: que quem assume um cargo público é obrigado a denunciar irregularidades que observar sob pena de se tornar conveniente. Este decreto foi aplicado pelos vereadores em relação ao vice-prefeito, pois ele teria omitido as irregularidades que a Câmara afirmava existir no governo de Ary Schiavo. Para os especialistas em política, que se manifestaram na reportagem, a Câmara de Vereadores de Nova Iguaçu abriria um precedente muito perigoso para as outras cidades do Brasil. Após o *impeachment* definitivo de Ary Schiavo, Antônio Joaquim Machado foi absolvido e governou município de Nova Iguaçu por nove meses, teve um governo muito elogiado pela imprensa, sinalizando as muitas obras de saneamento e asfalto das ruas¹⁶⁰. Apesar de vários apoios como a da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu¹⁶¹, foi o apoio do governador Geremias Fontes que ajudaria a permanência de Antônio Joaquim Machado por algum tempo a frente do executivo de Nova Iguaçu.

Porém, em outubro de 1968 a crise que parecia resolvida no ano anterior

¹⁵⁸PREFEITO turista perde seu lugar. O Jornal. Rio de Janeiro.16 de ago de 1967.p.01.<http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/60244>

¹⁵⁹NOVA IGUAÇU abre precedente O Jornal. Rio de Janeiro.19 de agosto de 1967. p.5.<http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/60296>

¹⁶⁰SUPLEMENTOS municípios fluminenses. O Jornal.Rio de Janeiro.30 de ago de 1968.p.8.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&PagFis=60296&Pesq=Antonio%20Joaquim%20Machado>

¹⁶¹NOVA IGUAÇU. O Jornal. Rio de Janeiro. 15 de out de 1967.p.3.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&PagFis=60296&Pesq=Antonio%20Joaquim%20Machado>

voltou a rondar os debates da cidade, a reportagem do O Jornal¹⁶² afirmava que Geremias não deixou o prefeito cair naquele dia, apesar de Ary ter feito uma reforma administrativa. Nesta reforma o prefeito demitiu todos os secretários, exceto Fábio Raunheitti que se tornou o único Secretário do governo e chefe de gabinete. Isto mexeu com os ânimos da Câmara Municipal, pois acusavam Antônio Machado de acobertar corrupções do seu corpo administrativo. Diante de uma crise instalada e a maioria do corpo da Câmara Municipal pertencer a um partido da oposição, foi marcado uma sessão de modo a votar o afastamento do então prefeito. Faltando poucos minutos antes de iniciar a sessão, a Câmara recebeu a visita de três parlamentares entre os deputados estavam: Kifer Neto, Messias Teixeira que era líder da Arena, e Darcilio Ayres Raunheitti líder do MDB. Esses três parlamentares se reuniram no arquivo da Câmara Municipal com o presidente da casa, o Vereador Nagy Amawi, e os líderes municipais da ARENA e do MDB. Trinta minutos após a hora marcada para o início da sessão, os parlamentares estaduais se retiraram sem prestar nenhuma informação aos repórteres presentes, logo o presidente da casa voltou ao plenário para anunciar que a sessão estaria encerrada, pois, não havia número suficiente de vereadores vestindo paletó e gravata. Para o líder da ARENA Iguazuana, Almir Fernandes, Mauro Ferreira — que é o vereador que mais acusa Antônio Machado, — não apresentaria prova alguma, pois recebeu informações do governo estadual que deveria segurar por mais tempo as provas. Também afirmou que o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) também teria provas das acusações, porém não queriam expor as provas agora. O Jornal concluiu que isto deveria ser instrução do próprio Governador, já que ele estava empenhado em restabelecer a ordem dos municípios, ele acreditava que para ele governar bem o Estado ele teria que ter os municípios consolidados assim como os seus prefeitos.

No entanto, a intervenção dos parlamentares estaduais e do próprio Governador não durou por muito tempo. Em sessão¹⁶³, cinco dias após a primeira, por unanimidade, os membros da Câmara Municipal de Nova Iguaçu votaram pelo *impeachment* do prefeito Antônio Joaquim Machado, após apreciação da denúncia oferecida pelo vereador Mauro Ferreira de Castro acusando o prefeito de infrações político-administrativas. Na

¹⁶²GEREMIAS não deixa... O Jornal.Rio de Janeiro. 13 de out de 1968. p.6.<http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/68467>

¹⁶³NOVA IGUAÇU prefeito é demitido... O Jornal. Rio de Janeiro.18 de out de 1968. p.2.<http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/68620>

cerimônia de posse do novo prefeito quem entregou o cargo de prefeito ao Vereador Nagy Amawi foi Fábio Raunheitti, como chefe de gabinete do ex-prefeito, devido à ausência de Antônio Machado na sessão. Antônio Machado teria 90 dias para provar sua inocência. Em nota ao jornal¹⁶⁴ o governador Geremias Fontes declarou que no caso do prefeito Antônio Machado, que foi afastado do cargo por decisão da Câmara Municipal, ele não interferiria, pois, Antônio Machado não conseguiu provar sua inocência nas acusações de irregularidades que fizeram contra ele. Portanto, o governador pretendia manter o *impeachment* e convocar imediatamente eleições para escolha de seu substituto, já que ele não pretendia de maneira alguma nomear um interventor. No dia 27 de dezembro estava marcada a votação definitiva do *impeachment* de Antônio Machado, todavia na manhã do mesmo dia ele entregou sua renúncia oficialmente a Câmara Municipal deixando todos surpreendidos, pois seu afastamento era de 90 dias e só após esse julgamento realmente ele seria definitivamente afastado do cargo¹⁶⁵. O caos na situação política parecia ter retornado, às influências políticas e sociais estavam em crise, mas uma aliança entre os irmãos Raunheitti e o prefeito recém deposto ainda era sólida. Antônio Machado, a interferência de Darcilio em uma das sessões de cassação de Antônio Machado, além de Fábio ter assumido todas as secretarias e ainda representar Machado na sessão do *impeachment*, mostram uma relação próxima, cheia de interesses incomuns e talvez um mesmo projeto para agenda da cidade.

Pouco se sabe sobre Antônio Machado antes de ser vice do candidato Ary Schiavo, encontramos registro dele como funcionário do Estado do Rio de Janeiro pedindo uma licença de afastamento temporário de 6 meses¹⁶⁶. No mesmo ano de 1962 a um registro de pedido de exoneração por parte de Antônio Machado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro¹⁶⁷. Outro relato, primeiro registro de sua participação política em 1961, Ary Schiavo teria trocado o Partido Social Democrático (PSD) pelo PST formando a primeira frente do Partido Social Trabalhista em Nova Iguaçu que era formado por Ari Schiavo Presidente, Nair

¹⁶⁴ELEIÇÕES em N. Iguaçu. O Jornal. Rio de Janeiro. 19 de out de 1968. p.3. <http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/68620>

¹⁶⁵PREFEITO renuncia. O Jornal. Rio de Janeiro. 28 de dez de 1968. p.2. <http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/70578>

¹⁶⁶SECRETARIA de administração. Correio da manhã. Rio de Janeiro. 3 de jun de 1961. p.7 <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/19115>

¹⁶⁷ATOS do Governador. Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 25 de out de 1962. p.11. <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/24925>

André vice-presidente, e Antônio Joaquim Machado como um dos secretários¹⁶⁸. Mais tarde temos um indício de Antônio Joaquim Machado Como funcionário do e IAPC¹⁶⁹, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, ele teria sido um dos 122 indiciados em uma auditoria feita no órgão, os indiciados estavam sendo acusados de improbidade administrativa e malversação dos dinheiros públicos, além de possuírem uma postura “comunizante”, eram chamados de subversivos. Após esses relatos discretos nos jornais, todas as citações a Antônio Machado estão ligadas a situação dele com Ary Schiavo, ou seu governo. Uma vida social discreta, porém certamente cheia de influências e alianças importantes, muitas delas ajudando a arquitetar projetos e planos para Nova Iguaçu.

3.2 Constituição da SESNI e título de utilidade pública.

Analisando a ata de constituição da Associação Universitária José Faustino Costa¹⁷⁰ observamos que Fábio não foi o primeiro presidente da associação, este cargo estava destinado a José Costa Filho, e foi José que escolheu o nome da associação em homenagem ao seu pai recém-falecido. A ata de fundação conta a trajetória de José Costa Filho, esta narrativa cita que José estava a menos de uma década na cidade Iguaçuana,, portanto buscamos encontrar relatos em jornais que pudessem nos dar pistas de sua vida social e política na cidade de Nova Iguaçu. Nos primeiros anos da década 60 encontramos dezenas de notas de cobrança indicando José Costa Filho como o avalista de dívidas¹⁷¹, eram significativas de diversos bancos e esses títulos eram em nome de diversas pessoas, nos propusemos a encontrar um parâmetro para as dívidas, porém não encontramos nenhum padrão de pessoas ou de bancos. Esses dados nos fazem pensar em duas circunstâncias: a primeira seria uma prática avalista como prática

¹⁶⁸ARY Schiavo a testa do P.S.T... O Fluminense.Rio de Janeiro.1961 edição 24174 p.9.<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_10/4267>

¹⁶⁹MAIS de 100 indiciados... Correio da Manhã.Rio de Janeiro.04 de dez de 1966.p.2.<http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/76951>

¹⁷⁰Encontrada em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A777064460063CDA0E4AB29919DA5D11.proposicoesWeb1?codteor=1192293&filename=Avulso+-PL+46/1971>

¹⁷¹ TÍTULOS Protestados. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. 24 de fev de 1960.p.15<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&pesq=jose%20costa%20filho&pasta=ano%20196>

profissional exercida por José Costa Filho, pois havia empréstimos altíssimos não somente em nome de pessoas físicas mas também em nome de pessoas jurídicas. Outra via que nos faz inferir desses dados, é que esta prática seria uma prática de relacionamento com diversas pessoas envolvidas no seu dia a dia, talvez em busca de prestígio social ou até mesmo configurar uma rede social em que ele estaria como benfeitor de tais pessoas. Não ousamos afirmar nenhuma das duas vias pois não encontramos nenhuma outra fonte que nos respalda para tais afirmações, portanto começaremos a esmiuçar sua vida a partir do ano de 64 quando encontramos relatos de sua figura pública que não estivessem ligados a sua situação como avalista.

Outra questão aberta que encontramos nesta pesquisa foi uma nota florense no Jornal do Comércio¹⁷² em que José Costa Filho solicitaria falência junto a 12ª Vara Cível declarando uma dívida de 40 mil cruzeiros a empresa Correia Zoel e Cia. Nenhuma outra nota desta situação jurídica foi encontrada, o que causa maior estranheza é que dois anos depois em uma nota no jornal do Comércio¹⁷³ há um edital de execução de dívida da Construtora Silvio Reis Ltda em que o beneficiário seria José Costa Filho. Os imóveis seriam no valor de quinze milhões de cruzeiros, e, independente do seu pedido de falência e da veracidade dos fatos declarados por ele, sabemos que a partir de 1962 ele já havia recuperado (caso realmente tivesse falido em 1960) crédito e prestígio novamente pois ele havia sido avalista desta empresa¹⁷⁴. Também nos relatos jornalísticos encontramos a situação de sua esposa Marlene Joana Costa¹⁷⁵ que tinha origem americana, e era citada sempre nas colunas sociais de Nova Iguaçu, na maioria das vezes como homenageada em datas comemorativas. Observamos então que independente das condições financeiras de José Costa Filho serem realmente precárias no ano de 1960, após declarar falência ou até mesmo nunca ter perdido sua grande fortuna, sua condição social continuaria intacta, pois sua esposa sempre era citada como uma dama da grande sociedade de

¹⁷²NOTAS Forense. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. 04 de mar de 1960. p.11<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&pesq=jose%20costa%20filho&pasta=ano%20196>

¹⁷³ LEILÕES. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro., 16 de maio de 1962. p.15<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&PagFis=2864&Pesq=jose%20costa%20filho>

¹⁷⁴LEILÕES. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro., 16 de maio de 1962. p.15<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&PagFis=2864&Pesq=jose%20costa%20filho>

¹⁷⁵ PARTE Judiciária. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. 01 de jul de 1960 p.14<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&PagFis=2864&Pesq=jose%20costa%20filho>

Nova Iguaçu e ele também sempre apontado como um capitalista influente da cidade. Ele mostraria que independente de sua capacidade financeira, seu prestígio ainda estava intacto, talvez por estar ligada a uma família que teria grandes empresas na região como trataremos a seguir. A

Apesar de estar presente em diversos ramos de atividade, agora trataremos das empresas ligadas ao transporte. No ano de 1965 José Costa Filho¹⁷⁶ está à frente de uma grande negociação da compra de uma empresa que seria vendida por 30 bilhões de Cruzeiros. O grupo comprador era formado pela empresa de transporte Paranaupuan, pela empresa de transporte Evanil, pelas organizações Tudauto (pertencente à família de José Costa Filho), por diretores Mercedes Bnez Brasil e pelo próprio José Costa Filho, denominado na reportagem como capitalista iguaçuano. Outras empresas no ramo de transporte público também pertenceram a José e a sua família, em um edital no jornal do Commercio no dia 13 de Maio de 1967¹⁷⁷, notificou a irregularidade na venda da empresa Expresso Salvador Ltda. A venda teria ocorrido em agosto do ano anterior, este edital notificava José Costa Filho e sua esposa Marlene Jane Costa e outra sócia, Maria Aida Mendonça Costa Bettoni, todos foram declarados no jornal como empresários e sócios da tal empresa. A irregularidade estaria ligado à venda da empresa, pois mesmo após assinatura do contrato de venda, José Costa Filho e suas sócias, continuariam como responsáveis no departamento de trânsito, caracterizando que a empresa teria sido vendida “para um laranja” por motivos desconhecidos, mas ainda estaria sob domínio da família Costa. Alguns dias depois no dia 20 de maio de 1967¹⁷⁸ outro edital de notificação de irregularidade na venda de outra empresa de transportes, a Novo Horizonte Ltda., os sócios desta empresa seriam José Costa Filho e Marcelo Mendonça Costa, para responder essa irregularidade eles nomearam Antenor Gomes de Andrade como representante neste processo, a acusação parte do mesmo princípio da empresa Expresso Salvador. A família de José Costa Filho desde a geração de sua avó era Envolvida com a concessão de linhas de transporte na

¹⁷⁶ILHA do Governador. Diário de Notícias- Rio de Janeiro.26 de set 1965.p53<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=jose%20costa%20filho&pa sta=ano%20196>

¹⁷⁷ EDITAIS.Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. 13 de maio de 1967. p.15<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&PagFis=2864&Pesq=jose%20costa%20filho>

¹⁷⁸ EDITAIS.Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. 20 de maio de 1967.p.15<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&PagFis=2864&Pesq=jose%20costa%20filho>

cidade de Nova Iguaçu. Uma família com diversos investimentos e diferentes setores, porém sempre ligados a questões de transporte.

Apesar de capitalista ser a forma em que alguns jornais se referiam a pessoa de José Costa Filho, em 1976 foi publicado no jornal Diário de Notícias a classificação de um concurso para SAMDU¹⁷⁹, ele teria ficado em 15º colocado no concurso e José Costa Filho estaria classificado e convocado para a posse do cargo, o interessante que o cargo seria para advogado nos mostrando a formação inicial José Filho. Voltando para a década de 1960, entre seus empreendimentos, em 1968, está a casa de shows New Samba, José Costa tinha como sócio Stenio Mattos, esta casa de shows teria prestígio e constantemente seus eventos eram noticiadas nos jornais Fluminenses¹⁸⁰. No mesmo ano encontramos citações de José Costa Filho como diretor da empresa IAMSA (uma importadora de veículos Chevrolet)¹⁸¹. Com tantas vertentes de atuação é difícil rotular a vida profissional de José Filho, esta multiplicidade pode ser oriunda da diversidade de investimentos que sua família era dona, em uma nota de falecimento de sua avó, Amélia Josefa Costa¹⁸², podemos ter uma noção da importância da família no mundo empresarial de Nova Iguaçu, várias notas que foram publicadas e uma delas tem uma relação de algumas das empresas ligadas à família como a Importadora de Automóveis e Máquinas S/A, a organização do Tudauto a e a Usina Passagem S/A, demonstrando o grande poder econômico que a família tinha na região:

“Amélia Josefa Costa abre parentes falecimento festa paraense organização Tudauto S/A compre o doloroso dever de participar o falecimento da progenitora E a vó de seus diretores José Faustino Costa Filho, Dr Luiz Cavalcante de Mendonça Costa e Marcelo de Mendonça Costa netos e convidam parentes e amigos para

¹⁷⁹CONVOCAÇÃO Advogado SAMDU. Diário de Notícias- Rio de Janeiro. 26 de set 1965.p.10<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=jose%20costa%20filho&pasta=ano%20196>

¹⁸⁰SHOW de Notícias. Diário de Notícias- Rio de Janeiro. 23 de jan 1968.p.14 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&PagFis=55321&Pesq=jose%20costa%20filho>

¹⁸¹RONDA. Diário de Notícias- Rio de Janeiro. 27 de dez 1968.p.22<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&PagFis=55321&Pesq=jose%20costa%20filho>

¹⁸²NOTA de Falecimento, O Jornal. Rio de Janeiro. , 14 de mar de 1965. p. 12<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=marcelo%20mendon%C3%A7a%20costa&pasta=ano%20196>

o seu sepultamento a realizar-se hoje, domingo, dia 14, as 11 horas, saindo o féreto da Capela Real Grandeza, para cemitério de São João Batista.”¹⁸³

Além desta nota, ainda há outras notas de outras empresas, como a Importadora de Automóveis e Máquinas S/A e a Usina passagem S/A. Também havia uma nota pessoal de seus filhos e netos. Nestas notas, também podemos observar algumas ligações entre outros nomes, por exemplo, na diretoria de uma das empresas ainda constava José Faustino Costa o pai de José Costa Filho, o Doutor Luiz Cavalcanti de Mendonça Costa que era declarado Neto de Maria Amélia e Marcelo de Mendonça Costa que também foi declarado Neto. Não conseguimos encontrar qual era a ligação do Marcelo Mendonça Costa com José Costa Filho, pois eles poderiam ser irmãos ou primos, além da situação dessa diretoria, Marcelo Mendonça Costa também possuía outras sociedades com José Costa Filho como já citamos. Uma família engajada empresarialmente, na qual vários membros se revezavam na diretoria das empresas, os tornando uma família reconhecida socialmente, obtendo certo prestígio social e econômico na cidade de Nova Iguaçu.

José Costa Filho se tornou uma figura importante na nossa pesquisa, pois apesar de sua diversificação de investimentos e atuação profissional em nenhum momento encontramos qualquer ligação de José a um empreendimento educacional, seja por investimento ou por filantropia, antes da SESNI (Fundação José Faustino Costa). Portanto, inferimos que apesar do seu cargo de presidente da Fundação José Costa Filho, ele teria outras intenções ou funções dentro da instituição, como um presidente decorativo, um investidor ou até mesmo uma posição para enobrecer seu status social, não encontramos nenhum indício no desfecho ou de quem se tornou José Costa Filho dentro da instituição. Alguns anos depois, Fábio Raunheitti era apontado pelos veículos de imprensa com presidente da SESNI, nos pareceu o movimento natural, pois desde sua fundação é Fábio quem realiza todas as conexões e se coloca a frente do projeto da educação superior na Baixada Fluminense.

¹⁸³NOTA de Falecimento, O Jornal. Rio de Janeiro. , 14 de mar de 1965. p. 12<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=marcelo%20mendon%C3%A7a%20costa&pasta=ano%20196>

Apesar sempre ser cotado com um dos candidatos a prefeito da cidade de Nova Iguaçu, único registro que temos evidência da tentativa de Fábio Raunhetti a concorrer às eleições, foi em 1962¹⁸⁴, quando ele concorreu às eleições para vice-prefeito. Ainda que, Fábio fosse cotado como favorito durante todo o pleito, ele terminou apenas em quarto lugar. O primeiro lugar foi João Luiz Nascimento que assumiu a Prefeitura em 1964, na mesma reportagem mostra que Darcilio era bem cotado para assumir uma vaga na Assembleia Legislativa, e foi Aloísio Pinto quem ganhou o cargo de prefeito, e foi Aloísio quem originou a primeira “dança das cadeiras”, em Nova Iguaçu. Após esse fato passamos ver a ligação de Fábio Raunhetti com a política Iguaçuana somente no mandato de Antônio Joaquim Machado, em 31 de outubro de 1967, assim que Antônio Machado assume a prefeitura no lugar de Ary Schiavo apresenta Fábio Raunhetti como chefe de divisão Municipal de Educação e Cultura¹⁸⁵. Entre os cargos que Fábio ocupou durante mandato de Antônio Joaquim Machado estavam: de auxiliar administrativo municipal¹⁸⁶, assessor jurídico do prefeito¹⁸⁷ e chefe de ornamentação e festejo da Prefeitura¹⁸⁸. Por fim, se tornou o único secretário representante do governo¹⁸⁹ e chefe de gabinete¹⁹⁰ de Antônio Machado. Essas últimas nomeações mencionadas estavam ligadas ao processo de cassação que o prefeito estaria prestes a enfrentar, o momento em que Fábio se tornou o único secretário do governo de Antônio Machado acarretou ao pedido de *impeachment* do prefeito. Isso por que ele estava sendo acusado de ser conivente com a corrupção dos administradores públicos, portanto, a medida de afastar todos os secretários, seria uma medida

¹⁸⁴ PANORAMA Fluminense. A Noite, Rio de Janeiro. 23 de out de 1962. p.07. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_06&pesq=Aloisio%20Pinto%20de%20Barras+fabio&pasta=ano%20196>

¹⁸⁵ JOSÉ Fares é anfitrião. Luta Democrática, Rio de Janeiro .31 de out de 1967.p.5. <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=joaquim%20de%20freitas%20+%20fabio&pasta=ano%20196>>

¹⁸⁶ESTADO do Rio. Tribuna de Imprensa. Rio de Janeiro. 13 de fev de 1968.p.21. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pesq=fabio%20raunhetti&pasta=ano%20196>

¹⁸⁷ DEZ anos em menos de um. O jornal, Rio de Janeiro. 20 de ago de 1968.p.29. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=antonio%20joaquim%20%20machado%20+%20fabio&pasta=ano%20196>

¹⁸⁸ AÍ vem o carnaval Bonzão. A Luta Democrática, Rio de Janeiro. 03 de jan de 1968.p.02. <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=antonio%20joaquim%20%20machado%20+%20fabio&pasta=ano%20196>>

¹⁸⁹PREFEITO exonerou secretariado. Luta Democrática, Rio de Janeiro. 12 de out de 1968. p.02 <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=antonio%20joaquim%20%20machado%20+%20fabio&pasta=ano%20196>>

¹⁹⁰CÂMARA de Nova Iguaçu. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro.18 de out de 1968.p.03. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=antonio%20joaquim%20%20machado%20+%20fabio&pasta=ano%20196>

de esconder os atos ilícitos. Em reportagem, Fábio é citado como um dos suspeitos de ter envolvimento no esquema de Antônio Machado¹⁹¹, nesta situação era Fábio que representava o prefeito em todos os eventos solenes até no momento da sua cassação do mandato de Machado, como já mencionamos, foi Fábio que passou a faixa para o novo prefeito, portanto Fábio era o representante do governo de Antônio Machado.

No ano de 1969 Fábio Raunheitti se encarregou de colocar em prática o seu projeto de fundar a primeira Associação Universitária de Nova Iguaçu. Neste momento, então, que ele funda a Associação Universitária Faustino Costa, futura SESNI. Em ata de fundação da SESNI, Fábio se tornou o presidente da assembleia, aclamado pelos presentes no recinto, e convoca Geraldo Barbosa Monteiro como secretário para abertura da ata de fundação da Associação. Na apresentação da finalidade da instituição desta Associação, Fábio se descreve como:

" a finalidade desta reunião que era instituir uma associação de caráter educativo, sem fins lucrativos, de pessoa jurídica de direito privado, com o objetivo principal de criar, instalar e manter no município de Nova Iguaçu, estabelecimentos do ensino de nível superior, assim como promover o ensino médio técnico e profissional, de forma a elevar o nível Cultural e Educacional da população, Criar e manter serviços educativos e assistenciais que beneficiam a juventude estudantil, promover e amparar a disfunção das iniciativas e dos elementos sociais de Cultura, através da criação, instalação e manutenção de órgãos especializados, promover cursos, seminários, simpósios e conferências de caráter cultural Educacional, colaborar com os poderes públicos no equacionamento dos problemas educacionais de Nova Iguaçu.(...)" (RAUNHETTI, 1969)¹⁹²

A Associação teria, então, fins filantrópicos de modo a proporcionar a região uma experiência melhor no campo educacional e cultural. Com a implantação da Associação também foram

¹⁹¹ PREFEITO exonerou secretariado. Luta Democrática, Rio de Janeiro. 12 de out de 1968.p.02.<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=antonio%20joaquim%20%20machado%20+%20fabio&pasta=ano%20196>>

¹⁹²ATA de Fundação da Associação Universitária José Faustino Costa Encontrada em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A777064460063CDA0E4AB29919DA5D11.proposicoesWeb1?codteor=1192293&filename=Avulso+-PL+46/1971>último acesso 20/06/2019

implantados o curso de capacitação aplicada, assim como cursos profissionalizantes ao nível médio, atingindo assim todos os seus escopos principais, com o propósito de facilitar o acesso ao ensino superior da juventude estudantil de Nova Iguaçu. Se isso se deu de fato não temos fontes e nem pretensão de estabelecer uma verdade sobre os fatos, porém dentro do número de inscritos nos vestibulares da SESNI sempre houve uma predominância de estudantes iguaçuanos¹⁹³. Os serviços oferecidos pela necessidade de aulas práticas dos cursos também prestou assistência a população ao redor da SESNI, o Núcleo de apoio jurídico e o Hospital São José, por exemplo. O Hospital foi cedido como Hospital Universitário pertencente à faculdade de Nova Iguaçu, situado no distrito de Mesquita, proporcionou uma maternidade na região e um acesso a um atendimento ambulatorial e de emergência em uma zona pobre da cidade.

Ainda na ata há registro da motivação em nomear a Associação com o nome do Sr ° José Faustino Costa, seria em mérito ao doador que possibilitou os recursos para a concretização da Associação, o senhor José Costa Filho (filho do homenageado). Dentro da administração da SESNI ficou firmado dois conselhos o conselho curador e o conselho diretor, sem os quais não poderiam tomar nenhuma decisão, seria necessário antes consultá-los. No conselho curador estavam nomes interessantes, envolvidos em outras situações com a família Raunheitti, como, por exemplo, o Sr ° Júlio Louzada Filho, ele era o diretor na divisão judicial do DER¹⁹⁴, ele presidiu a comissão de inquérito do departamento de tráfego de Niterói, mais um personagem envolvido com transporte público dentro da diretoria da SESNI, já que o presidente também teria relações com esta área. Outro membro que nos chamou a atenção foi Darci Cianni Marins, que era o secretário de Educação e Cultura de Nova Iguaçu¹⁹⁵ e Presidente Municipal da ARENA¹⁹⁶ na cidade. Darci já havia sido Vereador durante a década de 60¹⁹⁷, pontuamos aqui que a administração de Nova Iguaçu no ano de fundação da SESNI (1969) era composta por opositores do governo de Antônio Machado, e o partido ARENA, foi o que mais se movimentou para depor o prefeito aliado de Fábio Raunheitti Este fato nos mostra o quanto

¹⁹³SESNI atende...Jornal dos Sports.Rio de Janeiro.5 de fev de 1979.p.12.

<http://memoria.bn.br/DocReader/112518_04/53830>

¹⁹⁴TEVE início o inquérito...Diário de Notícias.Rio de Janeiro.27 de jul de 1963.p.9.

<http://memoria.bn.br/DocReader/093092_05/13650>

¹⁹⁵SEGUNDO Concurso...Diário de Notícias.Rio de Janeiro. 01 de jan de 1969.p.12.

<http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/80321>

¹⁹⁶COMITÊ Eleitoral. Luta Democrática.Rio de Janeiro.03 de set de 1972. p.6.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/030678/51752>>

¹⁹⁷APROVADA a criação...Última Hora.Rio de Janeiro. 23 de dez de 1960.p.5.

<<http://memoria.bn.br/DocReader/386030/67164>>

é complexa e ambígua as relações públicas, principalmente políticas no âmbito municipal. Afinal, o opositor de ontem poderia ser o aliado de hoje, sempre em busca da consolidação de poder, neste caso “poder” seria a amplitude de decisão do indivíduo, portanto ao diversificar alianças abrangeriam maiores campos de decisão.

Também observamos o nome do Doutor Alberto Erasmo Pilotto, ele era um médico que pertencia Associação Médica Fluminense¹⁹⁸, nesta Associação existia apenas dois representantes de Nova Iguaçu e Alberto era um deles. Outro membro do conselho curador era Augusto Mendonça de Castro Medeiros, o interessante era que ele fazia parte do conselho financeiro da empresa Rede Turística Brasileira S.A.¹⁹⁹ Esta empresa tinha como sócio e presidente José Costa Filho e a esposa de Augusto, a Sr^a Maria Aida de Castro, neste conselho financeiro da Rede Turística Brasileira também participava Antenor Raunheitti e seu o irmão de Augusto, Hermínio Mendonça de Castro Medeiros, esse último pertencia ao conselho diretor da SESNI. Percebemos o entrelaçamento dos personagens envolvidos com a fundação da SESNI, ligados à empresa Rede Turísticas Brasileiras S.A. que é pertencente ao então presidente da Associação Universitária, José Costa Filho, ele ainda tem a participação no conselho financeiro de um membro da família Raunheitti. Observamos um entrelaçar entre projetos pessoais, projetos ligados à política, e projetos sobre a educação na cidade.

No conselho diretor, outros nomes se destacaram na lista. Raimundo Linhares de Araújo era presidente da Comissão de Inquérito da SAMDU²⁰⁰, José Costa Filho seria um dos advogados desta empresa pública na qual passou no concurso²⁰¹ mencionado anteriormente. Hélio Corredeira também fazia parte do conselho diretor, Hélio no ano de 1968 era diretor do Ensino Médio Municipal²⁰², ou seja, subordinado de Fábio Raunheitti na Secretaria de Educação e pertencia ao governo de Antônio Machado. Porém no mês de outubro de 1968, quando Antônio Machado sofreu o *impeachment*, Nagy Almawi, o presidente da

¹⁹⁸MÉDICOS Iguaçuanos na AMF.Luta Democrática.Rio de Janeiro.06 de dez de 1967.p.5.
<<http://memoria.bn.br/DocReader/030678/37621>>

¹⁹⁹REDE Turística Brasileira S.A. Jornal do Commercio.Rio de Janeiro. 06 de junho de 1972. p.17.
<http://memoria.bn.br/DocReader/364568_16/14672>

²⁰⁰SERVIÇO de Assistência médica... Jornal do Brasil.Rio de Janeiro.05 de junho de 1964. p.28
<http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/54147>

²⁰¹CONVOCAÇÃO Advogado SAMDU. Diário de Notícias- Rio de Janeiro.26 de set 1965. p.10<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=jose%20costa%20filho&pasta=ano%20196>

²⁰²SUPLEMENTOS municípios fluminenses. O Jornal.Rio de Janeiro.30 de ago de 1968.p.8
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&PagFis=60296&Pesq=Antonio%20joaquim%20Machado>

Câmara que se tornou o prefeito com o afastamento de Machado, nomeou Hélio Corredeira como seu mais novo chefe de gabinete²⁰³. O estranho não seria Hélio Corredeira ter migrado para o novo governo, o que nos indaga é que mesmo após ter participado do novo governo que seria opositor de Antônio Machado, um aliado importante de Fábio Raunheitti, continuaria nos planos e participando do projeto da Associação Universitária. Seria mais uma aliança em busca da ampliação das decisões e consolidação do poder. Isto nos mostra que as redes sociais não eram simples, tão pouco singulares, eram múltiplas e cheias de pormenores, que não caberia neste trabalho investigar, em um momento eram opositores no outro, aliados, contudo, envolvidos no mesmo projeto que seria trazer uma universidade para Baixada Fluminense. Decerto nem todos teriam a mesma motivação, nos prendemos aqui a família Raunheitti e suas alianças sociais e políticas, porém poderíamos traçar diversas outras linhas de pesquisa com outros nomes envolvidos nesse projeto, e estes certamente poderiam ter motivações e interesses distintos dos tratados até aqui.

Finalizando a ata de constituição da Associação Universitária de José Faustino Costa, Darcilio Ayres Raunheitti faz um discurso que é transcrito por Geraldo Barbosa (secretário da reunião), nele o Deputado declara:

"[...] a data de hoje coincidindo com o aniversário da fundação do município, nos faz recordar nomes de grandes educadores do passado, dentre os quais destacam-se os professores Augusto Rodrigues, Augusto Paris, Leopoldo Machado e o Monsenhor João Nutti, este como o construtor do hoje mais importante estabelecimento de ensino do município. Disse, ainda, da sua gratidão e do seu reconhecimento, como filho de Nova Iguaçu, ao gesto nobre, dignificante, e decisivo, do senhor José Costa Filho, homem nascido da longínqua Recife, aqui chegado a menos de uma década, soube compreender, desde logo, os anseios da mocidade de nossas terras juntando-se imediatamente aos idealistas do ensino, possibilitando a congregação desta magnífica Associação. Finalizando, o orador parabenizá a Assembleia, e com os elogios ao povo iguaçuano pela

²⁰³FILHOS do prefeito...Jornal do Brasil.Rio de Janeiro.22 de out de 1968.p.3.
<http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/123713>

grandiosa vitória alcançada" (RAUNHETTI,1969)²⁰⁴

Observamos uma tentativa de atrelar na memória afetiva da cidade a fundação da Associação, além de escolher a data em um dia estrategicamente sugestivo (aniversário da cidade). Darcílio se propôs a expor nomes importantes para educação do município. Mostrando que a iniciativa de criar uma Associação voltada para o ensino superior na região se igualaria a tais feitos, mesmo sem demonstrar tal aspiração, a mensagem trazida pelo deputado nos remete a uma igualdade de importância dentro da história da cidade fluminense.

Já no ano de 1970 se abre um pedido a Câmara Federal dos Deputados, o projeto nº 46/91²⁰⁵ que considera de utilidade pública a Associação Universitária de Nova Iguaçu no Estado do Rio de Janeiro. O autor do pedido, Deputado José Sally e o relator Deputado Severo Eulálio, no relatório enviado para comissão analisaram o projeto de reconhecimento de utilidade pública da Associação Universitária de Nova Iguaçu. Sally introduz dizendo que Associação teria como proposta instalar e manter estabelecimentos de ensino superior sem finalidades lucrativas, somente seriam remunerados os postos do trabalho. O objetivo central estaria na promoção de outras formas de difusão da cultura e de assistência social a juventude do município. O projeto precisou ser aprovado por três comissões: a Comissão de Constituição e Justiça; a Comissão de Educação, Cultura e a Comissão de Finanças, todas deram um parecer positivo quanto a Associação receber o título de utilidade pública. Na esfera federal era tida como utilidade pública: as sociedades civis, associações e fundações que solicitassem o título por cumprirem os dispostos e Lei n.º 91 de 28 de agosto de 1938. Para receber tal título teria que ser uma Associação ou Fundação legalmente constituída no Brasil, apresentando relatórios circunstanciais dos últimos 3 anos e que promovam educação ou atividade de pesquisa científica, cultural, artística ou filantrópica, outra exigência seria a associação ser uma entidade sem fins lucrativos. Entre os benefícios recebidos após o recebimento dos títulos era poder receber doações dedutíveis como despesa operacional para

²⁰⁴ATA de Fundação da Associação Universitária José Faustino Costa Encontrada em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A777064460063CDA0E4AB29919DA5D11.proposicoesWeb1?codteor=1192293&filename=Avulso+-PL+46/1971>último acesso 20/06/2019

²⁰⁵PROJETO de lei de utilidade pública, Associação Universitária José Faustino Costa. Encontrada em<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A777064460063CDA0E4AB29919DA5D11.proposicoesWeb1?codteor=1192293&filename=Avulso+-PL+46/1971>último acesso 20/06/2019

apuração da base de cálculo do imposto de renda e pessoa física e jurídica, realizar sorteios mediante autorização da Receita Federal do Brasil e receber bens apreendidos Receita Federal para realizar bazares.

O Deputado José Sally, autor do projeto Lei que transformava Associação Universitária em utilidade pública, se bacharelou em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de Niterói e ingressou na política em outubro de 1950 na legenda do PSD (Partido Social Democrático). Desde então se tornou deputado estadual até os anos de 1965, após o ato institucional de número 2 ele se filiou Aliança Renovadora Nacional (Arena) e foi membro da comissão executiva Estadual do partido. Nas eleições de 1966 foi eleito pela primeira vez Deputado Federal pelo Rio de Janeiro pela legenda ARENA, durante seu mandato sempre foi ativo nas comissões de Constituição e Justiça, e Comissão do Trabalho e Legislação Social da Câmara, faleceu ainda no meado da década de 1970²⁰⁶. Neste período já notamos uma aproximação de Darcilio Raunheitti ao partido do governo, logo ele mudaria de partido se tornando candidato, em 1970, pela ARENA.

Como já citamos no capítulo anterior a respeito de José de Souza Herdy, o fundador e diretor da AFE, futura Unigranrio, na ata de Fundação da SESNI ele teria sido nomeado como diretor-executivo da Associação e um dos professores relacionados da Associação iguaçuana. O interessante é que meses depois de participar da diretoria da futura SESNI, José Herdy teria entrado com pedido no Conselho Federal de Educação para regulamentar os cursos de seu futuro empreendimento em Duque de Caxias. A participação de Herdy, na então SESNI, teria se prolongado até o início dos anos 70, mostrando o seu interesse em participar do projeto que se tornaria a UNIG. Porém, investiu pesado no estabelecimento de ensino superior privado em Duque de Caxias, cidade vizinha a Nova Iguaçu, e pretendia se tornar a primeira Universidade da Baixada Fluminense. Além de propagar seu interesse nos estudantes oriundos de Nova Iguaçu e também de Niterói, por questões estratégicas, como citamos. Até que ponto as instituições eram parceiras, ou eram concorrentes? Em qual momento, ocorreu o distanciamento das duas instituições? Qual tipo de embate permitiu a pretensão de cada uma, individualmente, em atingir o patamar de Universidade pioneira de forma isolada? São respostas que não cabem dentro desta dissertação, porém são sugestões de

²⁰⁶CÂM. DEP. Deputados; CÂM. DEP. Deputados brasileiros. Repertório (6, 7 e 8); Jornal do Brasil (10/5/76); NÉRI, S. 16; Perfil (1972); TRIB. SUP. ELEIT. Dados (2, 3, 4, 6, 8 e 9).<<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/sally-josé>>

pontos a ser considerados em uma nova pesquisa a respeito do sistema educacional, em especial do ensino superior na Baixada Fluminense.

Outra figura encontrada na diretoria da SESNI é o senhor Geraldo Barbosa Monteiro diferente dos outros citados até então Geraldo Barbosa não tem uma trajetória pública na cidade de Nova Iguaçu. Oriundo de Barra do Piraí (região Sul Fluminense), Geraldo desenvolveu toda sua carreira social e política em sua cidade natal; O Jornal descreve-o, ainda no ano de 1960, como provável candidato a prefeito de Barra do Piraí onde ele já havia sido Vereador pela UDN²⁰⁷. Geraldo Barbosa não ganhou as eleições em 1962 como era indicado por vários veículos de imprensa²⁰⁸, apesar de suas pretensões a chefia executiva do município de Barra do Piraí não terem se concretizado, ele sempre esteve ligado a questões sociais e de educação, além de cargos públicos. Em 1961 se envolveu em uma história²⁰⁹ um tanto quanto interessante: em uma estrada de seu município, Geraldo encontrou seis menores de idade, ele os descreve como esfomeados que pediam ajuda na estrada. Geraldo, então, resolve levá-los para a Escola Agrícola Desembargador Sabóia Lima, era um internato para crianças órfãs, porém ao contrário do que esperava ver, ele encontrou um lugar com péssimas condições estruturais, além de situações de maus-tratos aos menores. Indignado, fez sérias críticas ao internato e ao sistema de educação adotado pela instituição, em reportagem ao jornal Última Hora, é apresentado como presidente da Caixa Escolar de Barra do Piraí. Ainda em um dos seus atos “heroicos” Geraldo é citado²¹⁰ em dezembro de 1962 como um herói ao salvar uma criança que iria ser atropelada por um ônibus. Na ocasião sofreu fraturas em alguns ossos de seu corpo e, apesar do acidente, estaria ainda mais reforçada a imagem de um homem público ligado à educação e ao bem-estar das crianças do município. Apesar de ter perdido as eleições para prefeito, Geraldo continuava na sua intensa busca em influenciar os rumos da sua cidade, para

²⁰⁷PREFEITO de Barra do Piraí. O Jornal. Rio de Janeiro- 26 de jan de 1960.p.8<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=gerald%20barbosa%20monteiro&pasta=ano%20196>

²⁰⁸BARRA do Piraí em Foco, Diário Carioca.Rio de Janeiro. 17 de ago de 1962.p.7. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_05&pesq=gerald%20barbosa%20monteiro&pasta=ano%20196>

²⁰⁹ INFÂNCIA Fluminense. Última Hora. Rio de Janeiro. 22 de maio de 1961. p.25<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=gerald%20barbosa%20monteiro&pasta=ano%20196>>

²¹⁰GESTO heróico. última Hora. Rio de Janeiro. 13 de dez de 1962. p.10<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&PagFis=73762&Pesq=gerald%20barbosa%20monteiro>>

tanto decidiu fundar o Instituto de Estudos Barrenses²¹¹. O objetivo era o de promover debates e estudos acerca da região, dos problemas encontrados pela sociedade em geral e quais medidas teriam que ser tomadas a partir das situações apresentadas. Sua imagem sempre estaria ligada ao bem-estar social da cidade, sobretudo das crianças, que ele investiu boa parte de sua carreira na educação dos menores.

Ele também foi representante no município no Congresso de municípios em Curitiba onde foi eleito secretário-geral do conclave²¹², tendo sido extremamente elogiado pelo Governador Ney Braga por sua atuação e foi convidado a se tornar o secretário no Congresso, no ano seguinte, realizado no Pará. Com uma vida extremamente ativa socialmente, quase sempre ligada a questões políticas de Barra do Piraí, Geraldo Barbosa foi um dos convidados para pertencer à direção de um empreendimento inovador na região da Baixada Fluminense. Vale destacar que Geraldo apesar de ser reconhecido como excelente secretário, e ter desenvolvido sua vida pública em torno de assuntos educacionais, não possuía ligações com o município de Nova Iguaçu, decerto ele fazia parte do ciclo de relacionamento da família Raunheitti.

Uma diretoria formada por aliados e conhecidos, todos em prol de um projeto pioneiro na região, a princípio sem nenhum objetivo lucrativo, assim foi dada a partida para um empreendimento que tomaria grandes proporções e entraria para a corrida em busca de prestígio educacional e alunos pagantes. Juntamente outras faculdades entraram nessa disputa, como falamos melhor no capítulo anterior. A multiplicidade formada pelos presentes na diretoria de fundação nos remete aos papéis sociais, trazido por Elias²¹³, pois, quanto maior for a divisão dos papéis maior seria a dependência da rede social. Portanto, a formação da diretoria da SESNI, não se deu de forma natural ou espontânea, mas foi um esforço de reunir “papéis” importantes em seu mecanismo, de modo a se tornar uma nova rede de sociabilidade única, interligada por um propósito e dependente pela multiplicidade das necessidades sociais.

²¹¹ ESTUDOS Barrenses. Última Hora. Rio de Janeiro. 12 de mar de 1963. p.8

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&PagFis=79976&Pesq=geraldo%20barbosa%20monteiro>>

²¹² CONGRESSO Geral Brilhoso. Última hora. Rio de Janeiro. 02 de abril de 1963.p.8<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&PagFis=79976&Pesq=geraldo%20barbosa%20monteiro>>

²¹³ ELIAS, Nobert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

3.2.1 Curso de Medicina na Baixada Fluminense, um grande avanço para quem?

Em seu primeiro vestibular de Medicina, a SESNI aprovou em trigésimo terceiro lugar a então deputada Sandra Salin²¹⁴ do MDB, em uma entrevista concedida ao jornal, ela diz que antes foi aluna de Direito da Faculdade Nacional de Direito e da Escola de Comunicação da Universidade Federal, ela ainda era vice do MDB na ALERJ. A deputada também escrevia para dois jornais O Dia e A Notícia. Uma figura feminina logo ressalta em meio a lista predominantemente masculina, porém Sandra Salin não era só uma mulher ingressante no curso de medicina, ela se descrevia como uma representante dos trabalhadores e moradora de Nova Iguaçu. Em uma das suas empreitadas por mais participação dos trabalhadores no ensino superior, ela teve a iniciativa junto a FIRJAN de escrever um projeto para implantação de uma Universidade para Trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, porém o projeto não ganhou forças necessárias para dar continuidade. Uma das líderes do partido teve seu nome cotado para as eleições de 1976 para prefeita de Nova Iguaçu, filha de um político influente de Nova Iguaçu (Nelson José Salin) e apadrinhada do ex-governador Chagas Freitas, sua candidatura era considerada uma das favoritas²¹⁵. Porém, em um pleito interno do partido, Sandra perdeu a hipótese de representar o MDB nas eleições municipais, João Nascimento se tornou o candidato do partido. Quanto a sua nova carreira, ela foi duramente questionada se conseguiria adequar os horários para exercer as funções de deputada, colunista e aluna do curso de medicina, ela afirma no que lhe concerne que conseguiria exercer todas suas funções, e que as aulas não a atrapalharia nas sessões da ALERJ, como é retratado na notícia. As reportagens traziam muito mérito a iniciativa da SESNI em levar um curso de medicina para a Baixada fluminense, fazer parte da primeira turma era uma grande satisfação para a deputada, que antes da Associação em Nova Iguaçu, cursou suas outras graduações fora da cidade. Sua rede de influência e suas perspectivas para a educação na Baixada ainda necessitam ser levantadas, infelizmente a escassez de fontes nos impossibilitaram de seguir esse rumo, então nos ateremos a mencionar uma deputada, mulher e estudante que certamente esteve presente nos embates

²¹⁴ SANDRA Salin reporter e deputada passa no vestibular de medicina. A Luta Democrática, RJ. 15 de mar de 1977. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20197&pesq=sandra%20salin>> acessado dia 31/10/2018

²¹⁵MDB repele candidatura de Sandra Salin. O Fluminense. Rio de Janeiro. 19 de junho de 1976. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=sandra%20salin&pasta=ano%20197> acessado em 29/10/2018

acerca da educação superior na Baixada Fluminense, porém como muitas, tem seu nome omitido na maioria dos registros. Entretanto, consideramos importante trazer a trajetória de uma mulher em meio a tantos nomes masculinos, pois apesar de citarmos diversas mulheres que faziam parte de todo o processo de instalação da faculdade, ainda sim as fontes são escassas a respeito delas e provavelmente não conseguiremos dimensionar suas importâncias nas trajetórias descritas neste trabalho.

A SESNI enfrentou problemas com Conselho Federal de Educação, no ano de 1978, ela sofreu uma intervenção por parte do governo federal de modo a reorganizar as turmas e melhorar o currículo no curso de medicina. Para tanto a faculdade ficou impedida de abrir novos vestibulares, com a intenção de amenizar a superlotação de alunos. No primeiro semestre de 1979 a faculdade contava com 369 estudantes de medicina, sendo cinco mil o total de estudantes da instituição, o coordenador administrativo era Antônio José Raunheitti²¹⁶, sobrinho de Fábio. Ele disse que a intervenção em nada mudou a rotina da faculdade, somente o afastamento do então diretor do curso de medicina o senhor Floravante Di Prioto, que foi apenas afastado do cargo, não deixando o corpo docente da instituição, pois, continuou sendo professor da Faculdade de Ciências Médicas.

A reportagem mostra que o diretor temporário José Carlos Linhares afirmava que para manter a decisão do governo seria obrigado a manter vários professores ociosos, pois, sem a abertura de novas turmas eles não teriam para quem lecionar. Com esta justificativa, entraram com um pedido para Câmara Federal e conseguiram, então, licença para abrir um novo vestibular para medicina, porém com menos vagas. A ideia dos órgãos competentes era que com a diminuição das vagas no vestibular, o número de alunos chegaria a capacidade real da faculdade. Então o concurso vestibular para medicina anunciado contava com apenas 50 vagas (um sexto do número praticado pela instituição nos anos anteriores). Este processo de diminuição de vagas nos vestibulares resolveria o problema de superlotação nas aulas e também seria o tempo necessário para adequação do currículo do curso, segundo as Diretrizes dos Ministérios da Saúde e Educação. Antônio Raunheitti, que neste ano começava a exercer o cargo de coordenador Administrativo, se tornou braço direito de seu tio e no final da década de 1990 ganhou o cargo de Reitor da instituição, que nesta data já se chamaria UNIG. Porém, era

²¹⁶FACULDADE de Ciências Médicas...Jornal do Brasil. 26 de jun de 1979.p.17.
<http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/201152>

a figura de Fábio que sempre esteve atrelada a uma espécie de chanceler da instituição.

Uma crise nas faculdades privadas que ofereciam curso de medicina se instaurou no Rio de Janeiro em 1979.²¹⁷ Os alunos de diversas faculdades entraram em greve, até a data da reportagem a faculdade de Petrópolis já contava com greve há 42 dias; a de Teresópolis estava em greve há 15 dias, em Valença já faziam sete dias e na Souza Marques no Rio de Janeiro já somava 20 dias de paralisação dos alunos. A faculdade de Nova Iguaçu passava por intervenção do MEC, já havia um ano, e os alunos não se intimidaram em tornar suas reclamações públicas. A sindicância que apurou os motivos da greve diz que as motivações estão ligadas a precariedade das instalações das Universidades. Também denunciaram que os currículos aprovados pelo CEF não são os aplicados realmente nas aulas. A insatisfação dos alunos da faculdade de medicina de Nova Iguaçu, estava ligada a precariedade das instalações básicas e com peças anatômicas, que são poucas, reduzindo o tempo que as peças ficam à disposição dos alunos para estudarem. Além de pedirem por melhorias nas condições das aulas práticas, as quais faltavam materiais básicos. Ainda havia reclamações do corpo docente, e questionavam a biblioteca da faculdade, já que a faculdade recebeu obras doadas pelo professor Olímpio da Fonseca (descrita como um patrimônio inestimável e de valor cultural). Este acervo se encontrava desorganizada em uma sala aleatória e não organizados na biblioteca para uso dos alunos. Os alunos também pediam enfermarias específicas, para as necessidades de cada cadeira do curso, pois em muitos casos eles estavam na prática da aula de Cardiologia e os pacientes examinados eram da área de Ortopedia.

Antônio Raunheitti, coordenador administrativo da Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu, diz que a intervenção não está ligada às instalações físicas da faculdade. Ele justifica a intervenção por um problema de interpretação da autorização do CEF, pois a interpretação da instituição foi a liberação de 100 vagas para vestibular e 200 vagas para graduados em outros cursos. Porém, o Conselho Federal de Educação julgou que a autorização permitiria apenas 100 vagas para o vestibular e 100 vagas para graduados. Nesta mesma reportagem apontou que a faculdade de medicina, no segundo semestre de 1979, possuía 420 alunos que pagavam uma anuidade de 47 mil cruzeiros. A direção da faculdade afirmava que este valor não cobria os gastos básicos do curso e que o restante dos recursos teriam que ser

²¹⁷MEC dá razão às queixas... Jornal do Brasi. Rio de Janeiro. 2 de dez de 1979,p.37.
<http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/209539>

retirados de outras faculdades da Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu como do curso de Direito, pedagogia e letras, por exemplo. Segundo Antônio José Raunheitti, a instituição fechava o ano sempre com *déficit* em média de oito milhões, que era coberto graças a empréstimos bancários. Apesar da situação de *déficit*, vemos na história da instituição uma ascensão constante, sempre trazendo novos cursos e abrindo novos *campus*. Passando por crises, na sua maioria ligadas a corrupção e irregularidades, porém sempre manteve sua imagem ligada ao de pioneirismo e a acessibilidade para o povo iguaçuano.

3.3 A UNIG

O nome UNIG só veio anos mais tarde, depois da transformação SESNI para a Universidade Iguaçu através da Portaria MEC número 1318, de 16 de setembro de 1993. Permanecendo como mantenedora a Associação de Ensino Superior de Nova Iguaçu a SESNI, a Associação permanecia como uma entidade sem fins lucrativos e de natureza filantrópica²¹⁸. De forma resumida a história da UNIG teve suas atividades inauguradas em 1970 através da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras em Nova Iguaçu²¹⁹. Já no ano de 1974, quando as turmas já haviam se formado e a faculdade teria atingido seu reconhecimento em todos os cursos, conseguiram aprovação para a implantação da faculdade de Direito. Em 1976 foi a hora de inaugurar o curso de Medicina (era pleiteado pelos irmãos Raunheitti desde da inauguração da instituição) e Pedagogia, já no fim dos anos de 1980. O curso de odontologia (1988) e curso superior de Tecnologia em processamento de dados em (1989) vieram depois de uma demanda popular, como diz a instituição. Depois, somente no ano de 1997 que a Universidade incorporou novos cursos, como o de Enfermagem, Farmácia, Educação Física e Fisioterapia. Em 2005 teve um grande marco ao inaugurar o curso de medicina veterinária no Campus Itaperuna. O empreendimento UNIG não pertence mais aos fundadores, porém sua imagem sempre esteve ligada à família Raunheitti. Hoje ela possui cinco Campi espalhados pela Baixada Fluminense

²¹⁸PARECER Homologado do MEC <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2006/pces144_06.pdf>

²¹⁹Site institucional. <<https://unig.br/instituicao/>>

e pelo noroeste Fluminense. Também atua na graduação e pós-graduação nas áreas de ciências biológicas e da saúde, ciências humanas, letras e artes, ciências exatas e da terra, engenharias e Ciências Sociais aplicadas. Atualmente a universidade tem como missão “*gerar progresso científico e tecnológico no país e servir diretamente a comunidade, valendo-se dos recursos e meios que dispõe.*”

Envolvida em diversos escândalos de facilitação de diploma, a UNIG recentemente enfrenta um processo de descredenciamento de autonomia da Universidade, descredenciando diversos de diplomas, oferecidos em acordos para outras instituições, que precisam da instituição para cancelar seus diplomas. A UNIG desde dos anos 1990 passa por uma eterna crise entre as denúncias de irregularidades, e o baixo desempenho dos alunos nos exames nacionais, porém pelo seu posicionamento estratégico, preços atrativos e supostamente uma “máfia”²²⁰ de facilitação no ingresso ao curso de medicina, através de propina, mantém a universidade em crescimento. A atração de alunos de vários lugares do Brasil ajuda no desenvolvimento da região em torno da universidade (Campus sede), há um movimento de valorização dos imóveis, além do fomento ao comércio da região. Não podemos descartar a facilidade que os alunos da Baixada Fluminense em especial da cidade de Nova Iguaçu encontram em concluir os seus estudos de nível superior na instituição. Portanto, é difícil dimensionar a importância da instituição aos seus arredores, apesar de uma conduta um tanto quanto discutível, é imprescindível sinalizar o impacto gerado por um empreendimento educacional nos moldes da UNIG dentro de uma região marginalizada na região metropolitana do Rio de Janeiro. Uma região que por muitas vezes foi deixada à margem nas agendas públicas de educação, no cenário nacional.

Esses embates políticos vividos na cidade de Nova Iguaçu estão longe de chegar ao fim, a luta por uma agenda voltada para uma educação de nível superior de qualidade na Baixada Fluminense se estendeu por toda a década de 1980, 90. Somente nos anos 2000, após as políticas públicas trazidas na renovação do governo, é que a Baixada Fluminense recebeu unidades de Universidades Federais. A importância dessa expansão ocorrida nos anos de 2000 ainda é um tanto imensurável, pois as gerações marcadas por tal iniciativa, ainda estão no percurso, e em processo de construção de suas histórias no mundo acadêmico e profissional,

²²⁰POLÍCIA investiga...Folha. 22 de nov de 2000. online <
<https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u1383.shtml>> acessado dia 20/06/2019

no entanto podemos creditar a esta iniciativa o importante avanço que se deu nas pesquisas a respeito da região. Antes uma região periférica e vista sempre como uma área marginal ao conhecimento, ganhou espaço nos escopos de pesquisas de diversas áreas.

3.4. Considerações finais.

Com os resultados científicos tornando-se palpáveis nas universidades locais, a região ganhou visibilidade de convênios interestaduais e internacionais, possibilitando o intercâmbio de várias pesquisas e pesquisadores em diversos estados do Brasil e em outros países. Após muita reivindicação, para quê, a agenda individual do cidadão morador da Baixada Fluminense entrasse nos projetos da agenda pública das autoridades, observamos uma implantação real do que seria uma política pública voltada para a educação na Baixada Fluminense. De maneira nenhuma temos a pretensão de desmerecer as conquistas anteriores, que apesar de não serem efetivas de uma forma total, foram importantes e ajudaram diversas pessoas a conquistarem seus diplomas e uma melhor colocação no mercado de trabalho. Porém, sabemos que terceirizar as políticas públicas nunca será uma decisão definitiva e eficaz, como observamos durante todo o trabalho.

Percebemos que na reforma Universitária de 1968 o governo terceirizou os projetos de políticas públicas voltadas para o ensino superior nas regiões periféricas do Brasil, o caso estudado aqui se resume a cidade de Nova Iguaçu e as cidades adjacentes, porém acreditamos ser uma realidade vivida por diversas regiões periféricas que enfrentaram dificuldades na inserção da sua “juventude estudantil” no ensino superior, principalmente se formos entrar no mérito de qualidade de ensino. Independente dos objetivos que originaram os projetos de faculdade na Baixada Fluminense, acreditamos que tais instituições trouxeram sim impactos positivos na região, porém não podemos deixar de ressaltar o perigo de transformar instituições de ensino em empreendimentos educacionais, como Martins²²¹ nos ajudou teoricamente no percurso deste trabalho, transformar alunos em clientes e “qualidade de ensino” em corrida por números, é um grande perigo a educação brasileira. Sobretudo a educação

²²¹MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, v. 30, n. 106, p. 15-35. 2009.

aplicada em regiões tão carentes de um ensino de qualidade, para que assim possam de certa forma diminuir a desigualdade existente no sistema de educação brasileiro.

Políticas Públicas, Reforma Universitária, Baixada Fluminense e atores sociais importantes para o entrelaçamento desses componentes guiou nossa pesquisa até o momento. Entender que nem sempre a política pública vem de cima como um presente, e não são todas às vezes que somente o interesse particular do indivíduo no poder as compõem, nos ajudou a compreender que as agendas do Estado. Estas agendas são criadas a partir de necessidades populares, individuais e a junção de várias individuais, tornando a participação popular indispensável nesta composição. Mesmo dentro de um Regime autoritário as reivindicações foram de certa forma ouvidas, apesar de não ter sido atendido todos os aspectos da reforma, a participação da UNE, professores e as classes populares influenciaram nas emergências do Estado, que antes estava voltado para o desenvolvimentismo industrial. Naquele momento passou a ser observado os aspectos educacionais envolvidos no projeto. Mesmo que dentro de outro projeto, a Educação ganhou força nos debates políticos, e apesar de atender somente em partes as reivindicações, ainda sim foi um avanço significativo.

A brecha na lei que possibilitou a multiplicação de IES privadas, com exemplifica as autoras:

“Ao permitir a existência dos estabelecimentos isolados em “caráter excepcional” – uma vez que a universidade deveria constituir o “tipo natural de estrutura para o ensino superior” –, o GT criou condições favoráveis ao processo de privatização que viria logo em seguida, ancorado na criação de estabelecimentos isolados. A produção de um discurso oficial que insistia na escassez de recursos financeiros permitiria, num momento posterior, evocar a situação de “complementaridade” da rede privada na ampliação do sistema. Deve-se destacar que a Constituição de 1967 disponibilizou recursos financeiros e ajuda técnica ao ensino particular.” (Sousa, 2006; Horta, 1996- apud MARTINS 2009)²²²

²²²SOUZA, 2006; Horta, 1996- apud MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, v. 30, n. 106, p. 15-35. 2009.

Abriu-se uma janela utilizada até agora. Na qual a concentração de alunos de baixa renda e estudantes da educação básica pública são a maioria dos “clientes” deste empreendimento em educação. A demanda gerada pela classe alta foi de certa forma suprida, isolando-os praticamente nas IES públicas e confessionais, que indiscutivelmente possuem melhor qualidade de ensino. Essa realidade só começou a mudar nos avanços da expansão universitária já nos anos 2000, que além de criar universidades e campi, também desenvolveu políticas públicas que permitirá aos negros, pobres e estudantes do ensino público entrarem e concluírem suas graduações dentro de uma IES pública de qualidade. Ainda o fomento do PROUNI e o FIES que ajudam com bolsas e financiamentos aqueles que não conseguiram por intermédio do vestibular/Enem entrar em uma universidade pública, mas que permitem ingressar nos cursos, que pelo alto valor, antes não eram possíveis. Um quadro impensável nas décadas que estudamos, tendo em vista o projeto de governo que não pautava sua agenda nas questões sociais de desigualdades.

Em primeiro momento nos debruçamos de modo a compreender as políticas públicas no campo teórico, e inferimos que política pública é pautada não só por instituições governamentais, mas também é contrariada através de agendas. Estas agendas são formadas por diversas particularidades que são coletivas, ou seja, necessidades individuais que são incomuns entre a população na totalidade. As instituições legitimam, agregam e desencovem outras necessidades, porém estas nunca estariam desassociadas das urgências individuais. Portanto, não é uma política de “cima para baixo”, mas uma agenda construída por diversos setores da sociedade. Com esta base passamos a compreender que a urgência por ensino superior era algo coletivo em todo território brasileiro, sendo ainda mais grave nas regiões periféricas, pois não eram atendidas pelas políticas já existentes. Dentro do campo nacional houve diversas iniciativas paliativas para atender esta demanda, as instituições privadas foram uma das alternativas adotadas em todo país. Na Baixada Fluminense esse reflexo foi sentido imediatamente após a “Reforma Universitária” de 1968, recebendo três IES em pouco tempo. Concluímos então que, ao incentivar a implantação de empreendimentos privados, de modo a sanar uma demanda que o Estado não conseguia sanar, o poder público estaria “terceirizando” as políticas públicas. Dentro deste entendimento ousamos a afirmar que as Instituições Privadas de Ensino Superior, instaladas nas regiões periféricas do Brasil, foram

medidas tomadas, de modo a, empregar as políticas públicas nestas localidades.

Os cenários históricos e políticos de Nova Iguaçu, também foram importantes na construção do trabalho, pois as peculiaridades vividas na região nos permitiram mapear as urgências e as agendas a serem reivindicadas. No que lhe concerne estas agendas nos mostram os atores sociais envolvidos nas dinâmicas locais, nos permitindo desenvolver uma narrativa a partir dos indivíduos. A instabilidade política vivida em Nova Iguaçu no período abordado, nos levou a entender que apesar do Regime Militar ter exercido influências nas dinâmicas locais, não foi fator determinante para diversos embates. Ressaltando assim as singularidades do momento vivido na região. Estes fatores contribuíram para a implantação dos empreendimentos da educação, acarretando uma corrida por alunos e prestígio. Reflexo de um cenário nacional, os alunos passaram a ser clientes educacionais, e o prestígio estaria ligado ao número de alunos que conseguiam acumular nas salas de aula. Uma precarização da qualidade de ensino foi sentida, principalmente em cursos que demandavam grandes estruturas, porém o aumento considerável nas vagas e a facilitação do acesso, se transformaram em combustível para o crescimento destes empreendimentos, tornando-os peças chaves para os moradores da região na busca por ascensão social. Portanto, apesar de as condições não serem as mais apropriadas para o crescimento do ensino superior no Brasil, ainda sim essas Instituições colaboraram para que outra parcela da população alcançasse o diploma de uma graduação, e este feito não pode ser desconsiderado. Por fim, nos prendemos nas particularidades da SESNI, pois sua fundação se entrelaça com a história da família Raunheitti e de Nova Iguaçu. As alianças políticas e pessoais de Fábio Raunheitti nos mostraram uma rede de sociabilidade desenvolvida a partir de um projeto educacional pensado para a região. Com aspirações ousadas, a família Raunheitti, foi responsável pela introdução de cursos importantes na Instituição, como medicina, direito e engenharia, além das licenciaturas. Desenvolveram então um projeto de Universidade para uma região periférica, a ousada missão envolveu diversos atores sociais, como Prefeitos, Secretários, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, a fim de promover a realização do empreendimento. Além de figuras políticas a participação de empresários e professores nesta empreitada ajudou a consolidar a iniciativa. Esta iniciativa foi vista como pioneira e filantrópica, a visão capitalista é exposta posteriormente aos fatos. Portanto os nomes ligados a tal empreendimento recebiam status social e prestígio em suas vidas públicas. Independente das intenções pessoais, o que é relevante a este trabalho e a união

de indivíduos em prol de uma agenda de política pública. Sendo a juventude estudantil a maior beneficiada neste projeto, claro que ainda estariam longe de atender a real demanda da população, que era o ensino superior público de qualidade, porém, para muitos foi o primeiro degrau na escalada acadêmica.

Acreditamos que este trabalho não encerra as pesquisas acerca da SESNI, tão pouco das outras instituições citadas aqui, nos propusemos a inaugurar uma discussão, que já vem sendo formatada no campo teórico, porém ainda não tínhamos uma base histórica das relações e dos embates políticos e sociais que envolviam as instituições de ensino superior na Baixada Fluminense, e talvez nas regiões marginalizadas do Brasil. Portanto, este trabalho teve por objetivo trazer uma base histórica de uma história da educação na Baixada Fluminense, com recorte de Nova Iguaçu nas décadas de 1960 e 1970, porém aplicável a qualquer região que está socialmente estigmatizada negativamente como é o caso da Baixada Fluminense.

FONTES

Leis e projetos de leis.

Legislação Informatizada - LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 26 de out. 2018.

Legislação Informatizada - LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>> acessado dia 15 de junho de 2018.

Lei nº 5.172/66 disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm> acessada 12 de agosto de 2018

PROJETO de lei de utilidade pública, Associação Universitária José Faustino Costa. Encontrada em<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A777064460063CDA0E4AB29919DA5D11.proposicoesWeb1?codteor=1192293&filename=Avulso+-PL+46/1971>último acesso 20/06/2019

Hemoteca Biblioteca Nacional

A NOITE é o espetáculo. A Luta Democrática.Rio de Janeiro. 23 de abr de 1979. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=fus%C3%A3o+Raunheitti&pasta=ano%20197>> acessado 31/10/2018

ACESSO ao ensino superior. Jornal Sports. 20 de jul de 1975. p.22. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_04&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

ACESSO ao ensino superior. Jornal Sports. 20 de jul de 1975. p.22. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_04&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

ARY Schiavo a testa do P.S.T... O Fluminense.Rio de Janeiro.1961 edição 24174 p.9.<http://memoria.bn.br/DocReader/100439_10/4267>

ASSEMBLEIA é caminho para as prefeituras. Tribuna de Imprensa. Rio de Janeiro. 12 de jul de1967.p.05<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&PagFis=29666&Pesq=Darcilio%20aires>

ATOS do Governador. Diário de Notícias.Rio de Janeiro.25 de out de 1962.p.11.<http://memoria.bn.br/DocReader/093718_04/24925>

AULA inaugural, Tribuna da Imprensa, RJ. 26 de abr de 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=154083_03&pasta=ano%20197&pesq=medicina%20+%20sesni> acessado dia 31/10/2018

BAIXADA EM RELEVO. O Fluminense. Rio de Janeiro 20 de junho de 1975.p 10.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

BAIXADA Fluminense. A Luta Democrática, RJ. 18 de ago de 1978. Disponível em <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20197&pesq=faculdades+%20baixada%20fluminense>> acessado dia 31/10/2018

BAIXADA forma Frente para o progresso. Tribuna de Imprensa. Rio de Janeiro. p. 06 de out de 1967<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&PagFis=29666&Pesq=Darcilio%20aires>

BAIXADA Society. A Luta Democrática. Rio de Janeiro. 13 de janeiro de 1977. p.7.<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>>

BENNET faz reunião com educadores. Jornal do Brasil. 03 de junho de 1978. p.21.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

CLIMA em Nova Iguaçu. Correio da manhã. Rio de Janeiro. 03 de setembro de 1967. p18<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>

CONSELHO CONFERE... O Jornal, Rio de Janeiro. 06 de março de 1974. p.3. Hemeroteca da Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&PagFis=35889&Pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy>

CUNHA, Lysiane. Diário de notícias. Rio de Janeiro. 04 de setembro de 1975.p.5.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

DECISÃO de Iguaçu. Correio da Manhã. Rio de Janeiro. 17 de set de 1967.p16<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>

DEFICT. Correio da Manhã. Rio de Janeiro. p 05 07 de março de 1967 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>

EDITAIS.Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. 13 de maio de 1967. p.15<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&PagFis=2864&Pesq>

=jose%20costa%20filho>

EDITAIS.Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. 20 de maio de 1967.p.15<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&PagFis=2864&Pesq=jose%20costa%20>

EDUCAÇÃO e cultura na Baixada Fluminense. Diário de notícias, Rio de Janeiro. 1 de julho de 1973, p.4.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

ELEIÇÕES em N. Iguaçú. O Jornal. Rio de Janeiro.19 de out de 1968. p.3.<http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/68620>

ESTADO do Rio. Tribuna de Imprensa. Rio de Janeiro. p21 18 de maio de 1968<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&PagFis=31572&Pesq=Darcilio%20aires>

EXCLUSÃO de estudante leva SESNI à crise. O Fluminense, RJ , 18 de mai 1979. Disponível em<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=exclus%C3%A3o%20de%20estudante> acessado em 29/10/2018

GEREMIAS não deixa... O Jornal.Rio de Janeiro. 13 de out de 1968. p.6.<http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/68467>

HERDY Benemérito. O Fluminense. Rio de Janeiro. 23 de setembro de 1977. p.15.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

HERDY na sorbone. O Fluminense. Rio de Janeiro. 16 de janeiro de 1976.p.9.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>

ILHA do Governador. Diário de Notícias- Rio de Janeiro.26 de set 1965.p53<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=jose%20costa%20filho&pasta=ano%20196>

INTERVENÇÃO ainda ameaça Nova Iguaçu .Tribuna de Imprensa. Rio de Janeiro. 13 de set de 1967. p05 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&PagFis=29666&Pesq=Darcilio%20aires>

LEILÕES.Jornal do Commercio, Rio de Janeiro., 16 de maio de 1962. p.15<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&PagFis=2864&Pesq=jose%20costa%20filho>

MAIS de 100 indiciados... Correio da Manhã.Rio de Janeiro.04 de dez de 1966.p.2.<http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/76951>

NOTAS Forense. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. 04 de mar de 1960. p.11<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&pesq=jose%20costa%20filho&pasta=ano%20196>

NOVA IGUAÇU abre precedente O Jornal. Rio de Janeiro.19 de agosto de 1967. p.5.<http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/60296>

NOVA IGUAÇU prefeito é demitido... O Jornal. Rio de Janeiro.18 de out de 1968. p.2.<http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/68620>

NOVA IGUAÇU. O Jornal. Rio de Janeiro. 15 de out de 1967.p.3.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&PagFis=60296&Pesq=Antonio%20joaquim%20Machado>

NOVA IGUAÇU....O Fluminense. Rio de Janeiro. 28.04.1969. p.7. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_10&PagFis=24639&Pesq=Jos%20de%20Souza%20Herdy>

NOVA Iguaçu terá Universidade, A Luta Democrática.20 de mar de 1972. disponível em : <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030678&pasta=ano%20197&pesq=vestibular%20+%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20Universitaria%20Jose%20Faustino%20Costa>> acessado dia 31/10/2018

NOVA Iguaçu. O Jornal, RJ. 30 de ago de 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=prefeito%20+%20Raunheitti&pasta=ano%20197> acessado dia 31/10/2018

NOVA Iguaçu. Última Hora. Rio de Janeiro. 30 de ago de 1968. p.28.<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>

NOVA Iguaçu. Última Hora. Rio de Janeiro. p 28. 30 de ago de 1968 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>

PARTE Judiciária. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. 01 de jul de 1960 p.14<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&PagFis=2864&Pesq=jose%20costa%20filho>

POBRE leva desvantagem no vestibular. Jornal do Commercio, RJ. 04 de dez de 2018. Disponível em:<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=Torquato%20jardim&pasta=ano%20197> acessado em 30/10/2018

PREFEITO renuncia. O Jornal.Rio de Janeiro.28 de dez de 1968.p.2.<http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/70578>

PREFEITO turista perde seu lugar. O Jornal. Rio de Janeiro.16 de ago de

1967.p.01.<http://memoria.bn.br/DocReader/110523_06/60244>

PREFEITURA de Nova Iguaçu elogiada na Assembleia. Tribuna de Imprensa. Rio de Janeiro. p05 18 de set de 1968 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&PagFis=31572&Pesq=Darcilio%20aire >

RAUNHEITTI,Fábio. Verbetes Fundação Getulio Vargas.Encontrado <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fabio-raunheitti>>Acessado dia 20/12/2018

REGIMENTO de Custas. Última Hora. Rio de Janeiro. p 08. 14 de set de 1965.<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>>

SCHIAVO processado. Correio da Manhã. Rio de Janeiro.23 de jul de 1968. p 08. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>

SECRETARIA de administração. Correio da manhã.Rio de Janeiro. 3 de jun de 1961.p.7<http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/19115>

SEMANA da pátria... A Luta Democrática. Rio de Janeiro. 04 de setembro de 1978. p.3.<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=Jos%C3%A9%20de%20Souza%20Herdy&pasta=ano%20197>>

SESNI assusta candidatos com preço de matrícula. O Fluminense, RJ. 29 de jun de 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=100439_11&pesq=sesni+matricula+assusta> acessado 29/10/2018

SUPLEMENTOS municípios fluminenses. O Jornal.Rio de Janeiro.30 de ago de 1968.p.8<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=110523_06&PagFis=60296&Pesq=Antonio%20joaquim%20Machado>

SUPLÊNCIA na Assembleia. Última Hora. Rio de Janeiro.p 11 28 de jun de 1965 <. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&pesq=Darcilio%20aires&pasta=ano%20196>>

TELLES, Adilson. Panorama escolar. Luta Democrática RJ. 13 de mai de 1979. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030678&pesq=universidade%20paga&pasta=ano%20197>> acessado 29/10/2018

TÍTULOS Protestados. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro. 24 de fev de 1960.p.15<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_15&pesq=jose%20ocosta%20filho&pasta=ano%20196>

TROCA de Partido. Correio da Manhã. Rio de Janeiro. 07 de ago de 1968.p 08 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=Darcilio%20aires>

&pasta=ano%20196>

UNIVERSIDADE, expansão e evolução. Jornal do Comercio, AM. 12 de jul de 1975. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&pesq=universidade%20+%20expans%C3%A3o+%20de%20julho&pasta=ano%20197> acessado em 29/10/2018

Correio da Lavoura

LUBANCO passa o bastão. Correio da Lavoura, Nova Iguaçu -RJ. p.01 e 03, 20 fev. 1977.

NÃO RESISTIU vinte e quatro horas o presidente João Goulart... Correio da Lavoura, Nova Iguaçu-RJ. p.1. 5 abr. 1964.

Verbetes FGV

ASSEMB. NAC. CONST. Repertório (1987); CÂM. DEP. Deputados brasileiros. Repertório (1991-1995); COELHO, J. & OLIVEIRA, A. Nova; Correio Brasiliense (19/1/87); Folha de S. Paulo (19/1/87, 14/10/96); Globo(13/4/94 e 28/3/96); Jornal do Brasil (22 e 25/10/93, 14 e 17/11/93, 11/1, 20/4, 13/5, 8/6, 13/10/96); Perfil parlamentar/IstoÉ (1991); Veja (20/10/93); apud <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fabio-raunheitti>> acessado dia 15/10/2018

CÂM. DEP. Deputados brasileiros. Repertório (1975-1979, 1979-1983, 1983-1987); Globo (23/4/81, 26/4/84, 16/1/85, 13/2/88); Jornal do Brasil (13/2/88); NÉRI, S. 16; Perfil (1980); Veja (2/5/84). disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/aires-Darcílio>> acessado dia 15/10/2018

211 CÂM. DEP. Deputados; CÂM. DEP. Deputados brasileiros. Repertório (6, 7 e 8); Jornal do Brasil (10/5/76); NÉRI, S. 16; Perfil (1972); TRIB. SUP. ELEIT. Dados (2, 3, 4, 6, 8 e 9).<<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/sally-josé>>

IBGE

IBGE- CNE- N08 <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7188&view=detalhes>> acessado em 29/10/2018

IBGE-CNE- N 477 Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7188&view=detalhes>> acessado em 29/10/2018

IBGE-CNE- N193 Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7188&view=detalhes>> acessado em 29/10/2018

IBGE-CNE- N446 Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7188&view=detalhes>> acessado em 29/10/2018

BIBLIOGRAFIA

A. LDB; ROCHA, L. M. & PEREIRA, E. W. Projeto de LDB; RESCIA, Ana Paula et all. Dez anos de LDB: contribuição para a discussão das políticas públicas de educação no Brasil. Araraquara- SP, 2006.

ABERS, Rebecca; BULOW, Marisa Uon. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade?. Sociologias, Porto Alegre , v. 13, n. 28, p. 52-84, Dec. 2011

ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. Arcadianos e os usos do passado: uma análise do projeto histórico-cultural da Arcádia Iguazuana de Letras (AIL) (Nova Iguaçu, 1955-1970). Intellèctus Ano XIII, n. 1, ISSN: 1676-7640, 2014.

ALVES, José Cláudio de Souza. Dois Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, RJ: APPH- Clio,2003. p.101.

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. A construção de escolas democráticas: histórias sobre complexidade, mudanças e resistências. São Paulo: Moderna, 2002.

BARRETO, E. Ensino fundamental; CUNHA, L. Educação; CUNHA, L. A. Educação, Estado; INF. Sinclair Cechin; MIN. EDUCAÇÃO E CULTURA. Mobral; PAIVA, V. Educação.

BATISTA, Allofs Daniel. Da Laranja ao Golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política durante os primeiros anos do Regime civil-militar. Monografia UFRRJ, RJ. 2011. Encontrada em: <<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/422/1/BATISTA%20Allofs%20Daniel%202011.pdf>> acessada em 10 de mar 2019. p 28.

BLAU, Peter M. & DUNCAN, Otis Dudley. , The American occupational structure. Nova York, Wiley. 1967.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean-Claude. (1975), A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro, Francisco Alves.

BOURDIEU, Pierre. (1998), “Futuro de classe e causalidade do provável”. In: Bourdieu, Pierre. Escritos de educação. Petrópolis, Vozes, pp. 81-126.

CANCIAN, Renato. Igreja católica e ditadura militar no Brasil. São Paulo: claridade, 2011. p.38.

CARVALHO, C.H.A.de. Reforma Universitária e os Mecanismos de Incentivo à Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil. (1964-1984). 2002.

CASTOR, Belmiro Valverde Jobim, JOSÉ, Herbert Antonio Age. Reforma e Contra-Reforma: A perversa Dinâmica da Administração Pública Brasileira. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 32, n. 6, p. 97-111, nov./dez. 1998.

CUNHA, L.A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o Estado e o mercado. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 809-829, out. 2007

CUNHA. A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era de Vargas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988

DIAS, Amália. Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950), Niterói 2012.

ELIAS, Nobert. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

FIORENTINI, Dario. Alguns Modos de Ver e Conceber o Ensino de Matemática no Brasil. ZETETIKÉ. Campinas: UNICAMP, ano 3, n. 4, 1-36 p., 1995.

FONSECA, Dirce Mendes da. O Pensamento Privatista em Educação. Campinas: Papyrus, 1992.

FONSECA, Marília. Políticas Públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. Cad. Cedes, Campinas vol. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009

FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). Culturas de classe: Identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora UNICAMP. pp. 363-402. 2004.

GERMANO, José W. Estado militar e educação no Brasil (1964 – 1985). 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994. p 240

LIMA, Ivonete. Repensando a educação e a sociedade na baixada fluminense: olhares de investigação e pesquisa. Pesquisa em foco [revista eletrônica]: PROAPE- pesquisa: Marcelo Mariano Mazzi (org). 1 ed. UNIABEU, Belford Roxo. 2013 pag 74-89. Encontrado <<https://issuu.com/uniabeu/docs/pesquisaemfoco1>> acesso em 13 de abr 2019.

LIRA, Ronald Apolinário. A melhoria da vida possível: a história da ABEU/UNIABEU e de seu fundador. Pesquisa em foco [revista eletrônica]: PROAPE- pesquisa: Marcelo Mariano Mazzi (org). 1 ed. UNIABEU, Belford Roxo. 2013 pag 90-106. Encontrado <<https://issuu.com/uniabeu/docs/pesquisaemfoco1>> acesso em 13 de abr 2019.

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.p. 104.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educ. Soc.*, v. 30, n. 106, p. 15-35. 2009.

MEDEIROS, Ruy. & CASTANHO, Sérgio. TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL E EXPECTATIVAS SOCIAIS DOS ESTUDANTES BRASILEIROS: 1960-1980. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, nº 55, p. 180-194, mar 2014 – ISSN: 1676-2584

MELBERG, Ricardo . EM BUSCA DA EXCELÊNCIA: OS PACKING HOUSES E SUA DINÂMICA COM À CITRICULTURA IGUAÇUANA NOS ANOS 30, 2016. Disponível em < https://pinba.files.wordpress.com/2016/07/4_em-busca-da-excelc3aancia.pdf> Acesso em: 13 de out. 2016.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. *Verbetes Reforma Francisco Campos. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/reforma-francisco-campos/>>. Acesso em: 26 de out. 2018.

OLIVEIRA, M. M. As origens da educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. *Ensaio: aval.pol.públ.Educ*, Rio de Janeiro, v.12, n. 45, p. 945-958, 2004

PARSONS, Wayne. *Public Policy: An Introduction to the Theory and Practice of Policy Analysis*. Cheltenham: Edward Elgar. 1997.

PEREIRA, Waldick. *Cana, Café & Laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV; SEEC-RJ, 1977

QUEIROZ, V. DE. Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do CREDUC. *Universidade e Sociedade (Brasília)*, v. 55, p. 44–57, 2015.

RELATÓRIO MEIRA MATOS. *Revista Paz e Terra*, Rio de Janeiro n. 09, p. 203, 1969.

RIBEIRO, Felipe. *Memórias da Moscouzinho: os tecelões de Santo Aleixo e a trajetória de Astério dos Santos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. 184p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 4ª ed. São Paulo, Vozes, 1983.p141.

ROMERO, Arnaldo. O SENTIDO DA REFORMA: O ESTATUTO DA UNIVERSIDADE DE FRANCISCO CAMPOS EM UM BRASIL EM TRANSIÇÃO < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/fo8OntIz.pdf > acessado em 05/04/2019

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas Redução nas desigualdades de acesso? *Tempo Social* ISSN 1809-4554. Encontrado em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-20702018000200219&lng=en&nrm=iso&tlng=p> acessado em 10 de mar de 2019.

SANTOS, Ruth Lyra, GEIGER, Pedro Pinchas. Notas sobre a evolução da ocupação na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Geografia. N°3-. 1954.

SAVIANI, Dermeval. A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: MUDANÇAS E CONTINUIDADES. Poësis Pedagógica - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp.4-17

SCHWARTZMAN, S. Tradição e modernidade da universidade brasileira. São Paulo. 1990

SEBIM, Charlini Contarato. Representações Sociais do ProUni: (Sobre)vivências no ensino superior. 2008. Dissertação de Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo.

SERAFIM, Adriana da Silva. A Missa da Unidade Entre Faixas e Crucifixos: Hierarquia e Política na Diocese de Nova Iguaçu (1982). Dissertação (mestrado) – UFRRJ – Instituto de Ciências Humanas e Sociais – Curso de Pós-Graduação em História, 2013.p 66 e 67.

SOUZA, Antônio Ricardo. As trajetórias do planejamento governamental no Brasil: meio século de experiências na administração pública Revista da ENAP, v. 55 n.4

SOUZA, Celina. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n° 16, jul/dez 2006, p. 20-45

SOUZA, Marluca Santos. Escavando o Passado da cidade: História da Cidade Duque de Caxias. Rio de Janeiro: APPH-CLIO, 2002.

THOMPSON, E.P, Costumes em comum. Companhia das Letras, 1998

THOMPSON, E.P. Costumes em comum, Economia moral revisitada. São Paulo: Cia das Letras, 2002. Pp. 203-267 (“).

UCHÔA JÚNIOR, Cezar Augusto Sales. "PERGUNTE AO BISPO": Em defesa de um projeto cristão de sociedade na Diocese de Nova Iguaçu (1972). Monografia UFRRJ, NOVA IGUAÇU – RJ 2014. encontrado em <<http://rima.im.ufrj.br:8080/jspui/bitstream/1235813/227/1/UCHOA%20J%C3%BAnior%2c%20Cezar%20Augusto%20Sales%202014.pdf>> acessado em 15 mar. 2019.